

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

André Moura Blundi Filardi

As contradições do Programa REUNI: o caso das Ciências Sociais na
UFSCar.

São Carlos - SP

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

André Moura Blundi Filardi

As contradições do Programa REUNI: o caso das Ciências Sociais na
UFSCar.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, na Linha de Pesquisa “Estado, Política e Formação Humana” como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Pinto e Silva

São Carlos-SP

2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

F478cp Filardi, André Moura Blundi.
As contradições do Programa REUNI : o caso das
Ciências Sociais na UFSCar / André Moura Blundi Filardi. --
São Carlos : UFSCar, 2014.
170 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2014.

1. Política e educação. 2. Programa REUNI. 3. Ensino
superior. 4. Trabalho do professor. I. Título.

CDD: 379 (20^a)



Programa de Pós-Graduação em Educação
Comissão Julgadora da Dissertação de mestrado de

André Moura Blundi Filardi

São Carlos 26/02/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Pinto e Silva

Prof. Dr. João dos Reis Silva Júnior

Prof.^a. Dr.^a. Maria Aparecida Segatto Muranaka

Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da UFSCar e aos seus professores, professoras e discentes pela oportunidade de estudo e convivência que me proporcionaram. Especialmente ao Professor Eduardo Pinto e Silva, meu orientador e parceiro de estudos, pela grande dedicação, com quem aprendi muito.

Aos professores membros da banca, obrigado pela atenção e pelas sugestões que me ajudaram muito para melhorar este texto.

Aos meus amigos dos quais dois núcleos principais se destacam. O primeiro da minha juventude em Araraquara com amigos que posso chamar de irmãos. E o segundo da UFSCar, pessoas de todos os lugares, com quem compartilhei à Universidade, o crescimento e a maturidade. São todos meus amigos, da minha família.

Agradeço à minha mãe, meu irmão e irmã e a meu pai e, especialmente, à Maíra, parceira eterna.

Resumo

O tema deste trabalho é a expansão das universidades federais no Brasil a partir da implantação do Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) que é nosso objeto de estudo. Este programa se estabeleceu a partir do ano de 2007 sob a liderança do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Educação Superior (SESU) ligada a este Ministério. Nossa hipótese, desenvolvida ao longo do trabalho, é que o REUNI carrega consigo uma gama de implicações sobre a reforma das universidades federais que está intrinsecamente relacionada com o contexto econômico e político do processo conhecido como mundialização do capital e com o, conseqüente, processo de reforma do Estado no Brasil a partir de meados da década de 1990. O REUNI seria, segundo nossa hipótese, a materialização e a consolidação destes processos na educação superior no Brasil. Tomamos como campo empírico a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e o curso de Ciências Sociais desta instituição para analisarmos o processo de expansão e reestruturação da universidade e do curso com a implantação do REUNI. Analisamos também vasta documentação e bibliografia (teses, artigos e textos) relacionadas ao programa, assim como os discursos de seis professores do Curso de Ciências Sociais da UFSCar vinculados a distintos departamentos e grupos de pesquisa. Assim, buscamos traçar um caminho teórico que possibilitasse estudar a expansão e a reestruturação das universidades sob seus diversos aspectos tanto econômicos e políticos quanto pedagógicos e acadêmicos; desde suas implicações mais genéricas, com sua perspectiva econômica, até suas contradições mais particulares, com a expansão do curso de Ciências Sociais da UFSCar. Nas entrevistas foi possível identificar as implicações do REUNI no trabalho e cotidiano do professor. Foram estabelecidas as seguintes categorias preliminares de análise: política, gestão e prática universitária e trabalho do professor. Estas categorias preliminares nortearam o recorte dos discursos das entrevistas e seu processo de análise. Concluimos que o REUNI faz parte de seu contexto econômico de maneira evidente e que o Governo busca um projeto societário específico com este programa: a possibilidade da inserção plena do Brasil no cenário da mundialização do capital.

Palavras-chave: EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – TRABALHO DO
PROFESSOR – REUNI

Abstract

The theme of this dissertation is the development of federal universities in Brazil, due to the implementation of the Support Program for Plans of Expansion and Restructuring of Federal Universities (REUNI), which is our subject of study. This program was settled in 2007, under the supervision of the Ministry of Education (MEC) and its related Department of Higher Education (SESU). The hypothesis developed along this work is that REUNI brings itself a range of implications concerning to the restructuration of federal universities, and those are intrinsically related to economic and politic context of the process known as globalization of capital, as well as to the consequent process of reorganization of brazilian state since the middle of the 1990 decade. REUNI would be, according to this hypothesis, the materialization and consolidation of these processes into brazilian higher education. Our research field is the Federal University of São Carlos (UFSCar) and the Social Sciences graduation course, where we analyze the process of expansion and restructuration of both, university and course, after the implementation of REUNI. It was also analyzed vast documentation and literature (thesis, papers and texts in general) related to the program. Therefore, we attempted, to develop a theoretical path that allowed us to study the expansion and the restructuration of federal universities under different aspects, such as economical, political, educational and academic. It was approached as well the more generic implications and the more peculiar contradictions, considering the expansion of Social Sciences graduation course as a whole. We concluded that REUNI is evidently related to its economic context and that the government aims a specific societal project with this program: the possibility of complete insertion of Brazil into the scenario of globalization of capital.

Key-Words: EXPANSION – WORK – REUNI

Lista de Tabelas, Gráficos e Organogramas

TABELA 1 – PREVISÃO DE ACRÉSCIMO ORÇAMENTÁRIO A PARTIR DO REUNI	26
TABELA 2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL DO PROGRAMA REUNI EM 2008.....	26
TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL (TODAS AS IDADES E COM IDADES DE 18 A 24 ANOS) E POPULAÇÃO DA FAIXA ETÁRIA DE 18 A 24 ANOS – BRASIL E REGIÕES GEOGRÁFICAS – 2011).	29
TABELA 4 – NÚMERO E PERCENTUAL DE MATRICULAS, INGRESSOS (TODAS AS FORMAS E PROCESSO SELETIVO) E CONCLUINTE DE GRADUAÇÃO (PRESENCIAIS E A DISTANCIA), SEGUNDO A CATEGORIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2010-2011	29
TABELA 5 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DOCENTES EM RELAÇÃO À EXPANSÃO DO NÚMERO DE VAGAS EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS - BRASIL – 2007 A 2011.....	34
TABELA 6 – ACORDO DO REUNI: PACTO DE EXPANSÃO EM ALGUMAS IFES – RELAÇÃO MATRÍCULAS/DOCENTES	46
TABELA 7 – EXPANSÃO PREVISTA NO ACORDO REUNI EM ALGUMAS IFES (NÚMERO DE MATRÍCULAS E NÚMERO DE DOCENTES).....	46
TABELA 8 – VALORES DISPONÍVEIS PARA GASTOS COM CUSTEIO – REUNI/UFSCAR	66
TABELA 9 – VALORES REFERÊNCIA/ANO PARA GASTOS COM CUSTEIO – RENI/UFSCAR.....	66
TABELA 10 – VALORES DE SALDO DAS VERBAS DE CUSTEIO PARA A CONTRATAÇÃO DE DOCENTES ADJUNTOS EM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA (DDE) A PARTIR DO AUMENTO DA UBC.	68
TABELA 11 – PROPOSTA DE NOVAS VAGAS EM CURSOS ESTABELECIDOS NA UFSCAR.....	69
TABELA 12 – DEMANDA DOCENTE PARA A EXPANSÃO EM CURSOS JÁ ESTABELECIDOS NA UFSCAR	70
TABELA 13 – CURSOS NOVOS E DEMANDA DOCENTE – PROPOSTA REUNI/UFSCAR	70
TABELA 14 – CURSOS PRESENCIAIS UFSCAR: TOTAL DE NÚMERO DE VAGAS 2006-2010.....	71
TABELA 15 – CONTRATAÇÃO DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS E DOCENTES 2009-2012 NA UFSCAR	76
TABELA 16 – ACORDO DE METAS DA UFSCAR COM O MEC A PARTIR DO REUNI.....	80
TABELA 17 – PLANILHA DE RECURSOS PACTUADOS COM O MEC – UFSCAR/REUNI	82
TABELA 18 – ORÇAMENTO EXECUTADO PELA UFSCAR NO ANO DE 2010.....	83
ORGANOGRAMA 1: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL-ADMINISTRATIVA DA UFSCAR	93
ORGANOGRAMA 2: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL-ACADÊMICA DA UFSCAR.....	94
GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DAS IES E MATRÍCULAS PRESENCIAIS EM EDUCAÇÃO SUPERIOR POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA (PÚBLICO E PRIVADA) – 1994 A 2006.....	122
GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INSCRIÇÕES NOS PROCESSOS SELETIVOS, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 1993-2003	128
GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE INGRESSOS ATRAVÉS DE PROCESSOS SELETIVOS, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA - BRASIL 1993-2003.....	129
GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRICULAS, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA BRASIL – 1993 - 2003.....	129
TABELA 19 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES EM EXERCÍCIO NO BRASIL, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA, 1995 – 2010.	130
TABELA 20 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS, SEGUNDO CATEGORIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2002 A 2007.....	132
GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES EM EXERCÍCIO NO BRASIL, NA REDE FEDERAL, 1995/2002-2003/2010.....	133
GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES EM EXERCÍCIO NO BRASIL, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA, 1995-2010.....	133
TABELA 21 - COMPARAÇÃO DO CRESCIMENTO DAS MATRÍCULAS E FUNÇÕES DOCENTES, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA (% 1995-2010)	135
GRÁFICO 7 - CRESCIMENTO DAS MATRICULAS E FUNÇÕES DOCENTES, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA (% 1995-2010).....	136
TABELA 22 – CÁLCULO DE ESTIMATIVA DE ALOCAÇÃO DE DOCENTES DO BANCO DE RESERVA PARA CADA CENTRO NO PROJETO REUNI-UFSCAR	140

Lista de siglas

ABPOL Associação Brasileira de Polímeros
ANDES Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAPES Coordenação de Pessoal de Nível Superior
CCA Centro de Ciências Agrárias
CCBS Centro de Ciências Biológicas e Saúde
CCET Centro de Ciência e Tecnologia
CCTS Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade
CECH Centro de Ciências Humanas
CEMA Coordenadoria Especial para o Meio Ambiente
CNPQ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSUNI Conselho Universitário
CCO Conselho de Coordenação
CC Conselho de Curadores
CPG Conselho de Pós-Graduação
CD Conselho Departamental
COC Conselho de Centro
COAD Conselho de Administração
COACE Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis
COEX Conselho de Extensão
COPQ Conselho de Pesquisa
COG Conselho de Graduação
COPG Conselho de Pós-Graduação
DAC Departamento de Artes e Comunicação
DCI Departamento de Ciência da Informação
DCSO Departamento de Ciências Sociais
DDE Docente de dedicação exclusiva
DECIV Departamento de Engenharia Civil
DED Departamento de Educação
DEFMH Departamento de Educação Física e Motricidade Humana
DEMA Departamento de Engenharia de Materiais
DENF Departamento de Enfermagem
DEP Departamento de Engenharia de Produção
DEPSI Departamento de Psicologia
DEQ Departamento de Engenharia Química
DF Departamento de Física
DFISIO Departamento de Fisioterapia
DIFO Divisão de Fiscalização de Obras
DL Departamento de Letras
DM Departamento de Matemática
DME Departamento de Metodologia de Ensino
DMED Departamento de Medicina
DMP Departamento de Morfologia e Patologia
DQ Departamento de Química
DS Departamento de Sociologia
DTO Departamento de Terapia Ocupacional
EAD Educação à Distância
EDUFSCAR Editora da UFSCar
FAI Fundação de Apoio Institucional
FGV Fundação Getúlio Vargas
FUFSCAR Fundação Universidade Federal de São Carlos
FURG Universidade Federal do Rio Grande
IED Investimentos externos diretos
IFES Instituição Federal de Ensino Superior
IFET Instituto Federal de Tecnologia
INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB Lei de Diretrizes e Bases

MEC Ministério da Educação
MCTI Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.
OCDE Organização de Cooperação e Desenvolvimento
PDI Plano de Desenvolvimento Institucional
PPGAS Programa de Pós-Graduação Antropologia Social
PPGCSO Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PPGE Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGPOL Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
PPGS Programa de Pós-Graduação em Sociologia
PROAD Pró-reitoria de Administração
PROGRAD Pró-reitoria de Graduação
PROIFES Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior
RAP Relação aluno-professor
REUNI Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESU Secretaria de Educação Superior
SOC Secretaria de Órgãos Colegiados
SPDI Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
SRH Secretaria de Recursos Humanos
TA Técnico Administrativo
TNS Técnico de Nível Superior
UAC Unidade de Atendimento à Criança
UBC Unidade Básica de Custeio
UEIM Unidade Especial de Informação e Memória
UERJ Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFABC Universidade Federal do ABC
UFF Universidade Federal Fluminense
UFJF Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG Universidade Federal de Minas Gerais
UFPEL Universidade Federal de Pelotas
UFPR Universidade Federal do Paraná
UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSCAR Universidade Federal de São Carlos
UNAERP Universidade de Ribeirão Preto
UNESP Universidade Estadual Paulista
UNICAMP Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP Universidade Federal de São Paulo
UNIPAMPA Universidade Federal do Pampa
USP Universidade de São Paulo

Sumário

Agradecimentos.....	2
Resumo.....	3
Abstract.....	4
Lista de Tabelas, Gráficos e Organogramas.....	5
Lista de siglas.....	6
Apresentação e Metodologia.....	10
1 – O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.....	14
Introdução	14
1.1 – Apresentação do REUNI e considerações acerca de sua natureza econômica.....	20
1.2 – As contradições do REUNI: a crítica formulada e a fragilidade das entidades de classe docente.	38
2- O “Projeto UFSCar” e o REUNI.....	57
2.1 – A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).....	57
2.2 – O REUNI na UFSCar.....	63
3 - O REUNI em sua dimensão concreta e ideológica.	85
3.1 – Breve síntese das entrevistas: introdução.....	85
3.2 – A dimensão ideológica do REUNI.....	88
3.3 - Política, gestão e prática universitária (relações de poder e política na universidade) e as Ciências Sociais.	92
3.4 - Trabalho do professor (relações de trabalho, competitividade e disputas, intensificação, extensificação e auto intensificação).....	102
3.5 – As críticas (operacionais) dos docentes ao REUNI.....	109
4- Mundialização do capital, Estado, políticas públicas e educação superior.....	114
4.1 – Crise do modelo fordista, mundialização do capital e educação superior.....	114
4.1.1 – A educação superior na esfera do ajuste econômico e da reforma do Estado.	121
4.2 – A reestruturação do Estado no Brasil e o REUNI: números e dados da expansão das universidades.....	126
4.3 – As estratégias de regulação e cooptação das IFES e da instituição e sujeitos desta pesquisa.....	136
Conclusão.....	142
Referências bibliográficas.....	144
Anexos.....	149
Anexo A – DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007.....	149
Anexo B – Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020	150
Anexo C – Ata de Aprovação do REUNI na UFSCar	152

Anexo D – Ata de aprovação da Comissão REUNI/UFSCar.....	153
Anexo E – Acordo de Metas UFSCar/REUNI/MEC	154
Anexo F - Orçamento executado pela UFSCAR, em reais, no ano de 2008.....	162
Anexo G - Orçamento executado pela UFSCAR, em reais, no ano de 2009	162
Anexo H – Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de São Carlos – Princípios, Diretrizes Gerais e Específicas aprovados em 2004.	163
Anexo I – Entrevista semiestruturada sobre o REUNI: Tema e Roteiro.....	169

Apresentação e Metodologia

O tema principal deste trabalho é a expansão da universidade pública e nosso objeto de estudo o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), lançado pelo Governo Federal em 2007. Nosso campo empírico de pesquisa do REUNI foi a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mais especificamente, o Curso de Ciências Sociais desta instituição. Estudamos a implantação do programa na universidade e a reformulação e expansão do curso em questão. Este foi reformado, a partir do programa, basicamente por meio da duplicação do número de vagas. Vale ainda informar que o Departamento responsável pelo Curso de Ciências Sociais, logo antes da implantação do REUNI, em 2006, se desmembrou em dois, formando o Departamento de Ciências Sociais (DCSo), que era o departamento que já existia, e o Departamento de Sociologia (DS), mais recente.

A hipótese do trabalho é a de que o Programa REUNI faria parte da implantação de uma política de educação superior no Brasil, que se iniciou na década de 1990, que seguiria a lógica da inserção do país no processo de mundialização e internacionalização do capital.

Assim, e pela razão de sua condição histórica e de seu contexto econômico, como política pública para a reestruturação do ensino superior federal no Brasil, ressaltaria contradições já existentes nas universidades federais. Estas contradições podem ser relacionadas ao que denominamos ser a “face oculta” do REUNI: os interesses do capital privado, a subordinação à lógica empresarial e a inserção no processo de mundialização do capital.

Em relação à suposição de que programa foi implantado sem o devido planejamento, consideramos que ela se justificaria por compreendermos que a falta de planejamento é um problema persistente na execução das políticas públicas no Brasil. Temos a impressão de que, em diversas áreas, e mais especificamente, na área das políticas educacionais, a ausência deste planejamento mais aprimorado e a execução desses programas sem o devido debate com as comunidades acadêmicas, científicas e sindicais são consequências intrínsecas de seu contexto econômico e político.

Assim, o REUNI, da maneira como foi proposto e executado pelo Governo Federal e pelo MEC, acrescentaria e intensificaria os problemas das universidades federais no Brasil.

O estudo destas contradições e implicações deste processo de objetivação do REUNI na UFSCar é um dos principais objetivos desta pesquisa. Ele se deu por meio de análise dos dados oficiais, institucionais e sindicais, documentos de entidades ligadas às universidades, em especial os documentos disponibilizados pela UFSCar acerca da implantação do REUNI na instituição, e entrevistas com os professores dos departamentos do curso de Ciências Sociais.

Assim, buscamos estabelecer uma análise teórica e uma análise da prática, sobre a concretude do programa e a realidade da sua implantação. A base bibliográfica, documental e a base de dados nos trouxeram suporte teórico-analítico e subsídios para entender e analisar a implantação e o contexto no qual o programa se insere.

Os objetivos específicos da pesquisa foram estabelecer os seguintes parâmetros e indicativos:

- Analisar as possíveis contradições e descompassos entre a meta estabelecida pelo governo de elevar a média de conclusão dos cursos para noventa por cento e os dados de como esta tem se concretizado.
- Analisar, por meio dos documentos e circulares, o tempo entre a proposta e a aprovação do programa.
- Analisar a diferença no número de alunos por docente antes e após a implantação do REUNI. Discutir estas diferenças.
- Analisar as novas formas de financiamento propostas pelo Governo e seus impactos na área em questão.
- Analisar as estratégias de maximização do trabalho docente por parte do governo.
- Interpretar a análise que os docentes fazem do programa.

A metodologia do projeto se baseou na coleta e análise de dados qualitativos e quantitativos sobre a expansão da universidade. A revisão bibliográfica foi utilizada para um melhor entendimento das questões-chave do projeto: trabalho e intensificação do trabalho, análise dos docentes sobre o REUNI, expansão e políticas públicas e educacionais, reconfiguração das práticas universitárias, mudanças nos planos de carreira e nas formas de avaliação dos professores nos programas, cursos e instituições.

A interpretação que os docentes fazem do programa foi possibilitada pelas entrevistas com docentes dos dois departamentos que dão suporte ao Curso de Ciências Sociais. Foram realizadas seis entrevistas: duas com professore/as do DCSO – uma delas com

um professor que faz parte de corpo administrativo do departamento e os dois fazem parte dos programas de pós-graduação, o Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGPPOL) e o Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS). Foram três entrevistas com professore/as do DS e as três foram com professores fazem parte do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS). Foi realizada uma entrevista com um/a professor/a integrante da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) da universidade.

Entrevistamos docentes que se mostraram disponíveis para as realizações das entrevistas. Na escolha dos docentes buscamos garantir uma diversidade em relação ao tempo de universidade, a idade, o gênero e as especialidades. Não entraremos em maiores detalhes sobre os docentes para a preservação da identidade de cada um. Mas, acreditamos que há uma diversidade considerável em relação aos itens que listamos acima, ou seja, há docentes que estão há mais tempo na universidade e docentes ingressantes há menos de cinco anos, são homens e mulheres entrevistados e entrevistadas, são docentes dos dois departamentos principais que formam o curso de Ciências Sociais, o DS e o DCSO, e são docentes que estão em linhas de pesquisa e áreas diferentes nos departamentos em questão.

Os aspectos quantitativos foram percebidos e estudados a partir da análise de documentos sobre o REUNI e de dados sobre a expansão do ensino superior e intensificação do trabalho docente. Documentos elaborados por diversas instituições como o MEC, o INEP, a ANDIFES, a ANDES, além de outras instituições governamentais e grupos de pesquisa sobre a expansão do ensino superior, como o Universitas-Br, ligado à ANPEd, serviram para mapear de maneira mais descritiva como este plano foi implantado. Sobre a UFSCar e o curso de Ciências Sociais recorreremos a dados acessados diretamente da página “UFSCar/REUNI”, que continha grande quantidade de documentos e circulares. Alguns destes se encontram no corpo do texto e outros estão nos anexos.

Assim, se divide esta dissertação em três partes. Na primeira parte elaboraremos a análise do Programa REUNI, seu contexto histórico, suas contradições e implicações. A base de dados foram os documentos oficiais, fontes sindicais, teses, artigos e textos sobre a implantação do programa e sobre políticas públicas para a educação superior. Em primeiro momento da análise sobre o programa recorreremos às fontes oficiais e institucionais sobre a implantação do REUNI na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), documentos do Governo Federal, do MEC e da própria UFSCar. A análise toma como base a bibliografia (livros, artigos e teses) que analisa o REUNI como política para a expansão e reestruturação do ensino superior no Brasil.

Documentos de instituições como o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (ANDIFES), a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), esta última da qual faz parte o Grupo de Trabalho (GT-11) “Políticas de Expansão do Ensino Superior no Brasil pós-LDB – Rede Universitas/BR” e o Observatório da Educação (OBEDUC) “Políticas da Expansão da Educação Superior” (os dois últimos dos quais fazemos parte), assim como do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ligado ao Ministério da Educação, serão analisados comparando-se seus termos e discursos reveladores de distintos posicionamentos políticos.

Na segunda parte, analisaremos a interpretação e o entendimento que os professores entrevistados têm do REUNI. Desta maneira, trabalharemos a dimensão ideológica do programa, pois que estas interpretações denunciariam, em maior ou em menor grau, a posição político-ideológica de cada um destes partícipes da universidade. A dimensão concreta e a dimensão ideológica serão confrontadas com os dados da realidade e o discurso do Governo. Perceberemos também com estes depoimentos as várias dimensões políticas da instituição, as questões estruturais e as dificuldades de adaptação de cada departamento ao REUNI. As questões relativas às disputas políticas e ao engajamento de cada docente e de cada departamento à realidade da universidade neste contexto de transformações, isto é, de reconfiguração da universidade pública sob a égide do gerencialismo e de tendências privatistas.

Na última parte, procuraremos elaborar uma análise mostrando a interligação e a interdependência do programa REUNI com o contexto econômico no qual este se insere. Consideramos o processo de mundialização do capital, a reforma do Estado no Brasil, a política educacional brasileira executada nos últimos vinte anos e o REUNI como faces de um (mesmo) processo que está relacionado às profundas transformações, tanto ideológicas quanto concretas, do papel do Estado e suas relações com o mercado em um novo contexto da economia capitalista que se desenvolve em âmbito mundial.

1 – O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI

Introdução

O processo que tomou forma na virada da década de 1960 para a década de 1970, nomeado por François Chesnais (1996) de Mundialização do Capital, foi constituído, entre outras características, a partir de uma maior participação de empresas transnacionais com investimentos diretos externos (IED) em países semiperiféricos, como o Brasil. Também se configurou como uma tendência de flexibilização sobre os parâmetros, instituições e regulamentações do Estado de bem-estar social e pela maior participação da esfera privada nas instituições públicas. A partir de um novo modelo de desenvolvimento - acumulação flexível - que consiste em buscar a desregulamentação das relações trabalhistas e o aumento das taxas de lucro com novas configurações do sistema de produção, conforme Harvey (1994):

A acumulação flexível (...) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, novos mercados de trabalho, dos produtos e padrões. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como, a Terceira Itália, Flandres, vários vales e gargantas de silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). (HARVEY, 1994, p. 140)

Este processo trouxe implicações e contradições que levaram à reformulação do modelo de financiamento das políticas públicas e a uma reformulação do papel do Estado. No Brasil este se apresentou de maneira mais categórica a partir da Reforma do Estado, que foi implantada com a atuação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) sob a liderança de seu ministro Luís Carlos Bresser-Pereira a partir de 1995, concomitantemente à implantação do modelo gerencial de gestão pública.

Distintamente das críticas de Chesnais (1996) e de Harvey (1994), os protagonistas da reforma do Estado, consideravam-na positiva, alegando que os “novos formatos organizacionais” implicavam em “descentralização”, “autonomia” e “competência administrativa por excelência”.

Em 1995 teve início no Brasil a **Reforma da Gestão Pública** ou reforma gerencial do Estado com a publicação, nesse ano, do Plano Diretor da Reforma do Estado e o envio para o Congresso Nacional da emenda da administração pública que se transformaria, em 1998, na Emenda 19.

O objetivo da **Reforma da Gestão Pública de 1995** é contribuir para a formação no Brasil de um aparelho de Estado forte e eficiente. Ela compreende três dimensões: a) uma dimensão institucional-legal, voltada à **descentralização da estrutura organizacional** do aparelho do Estado através da criação de **novos formatos organizacionais**, como as agências executivas, regulatórias, e as organizações sociais; b) uma dimensão de gestão, definida pela maior **autonomia** e a introdução de três novas formas de responsabilização dos gestores – a **administração por resultados, a competição administrada por excelência**, e o controle social – em substituição parcial dos regulamentos rígidos, da supervisão e da auditoria, que caracterizam a administração burocrática; e c) uma dimensão cultural, de mudança de mentalidade, visando passar da desconfiança generalizada que caracteriza a administração burocrática para uma confiança maior, ainda que limitada, própria da **administração gerencial**. (BRESSER-PEREIRA em <<http://www.bresserpereira.org.br/rgp.asp>> acessado em 12/09/2011, grifo nosso).

Neste contexto e sob a atuação do MARE, as instituições constituintes do Estado passam por uma transformação e seus caracteres se modificam a partir das novas necessidades e exigências que se impõem com a “administração gerencial”. O Aparelho Estado passa a ser entendido a partir de setores estratégicos, quais sejam: “(1) o núcleo estratégico do Estado, (2) as atividades exclusivas de Estado, (3) os serviços não-exclusivos ou competitivos, e (4) a produção de bens e serviços para o mercado” (BRESSER-PEREIRA, 1996 p.18). Nesta nova lógica as universidades públicas federais são enquadradas no setor 3 “os serviços não-exclusivos ou competitivos”.

Portanto, e em tese, a reforma da gestão pública teria como desafio trazer para a sociedade civil organizada tarefas de participação e controle até então não utilizadas. Mas, o que ocorre de fato é que as funções do Estado passam a ser terceirizadas e as agências reguladoras passam a ser instrumento de controle dos serviços públicos e privados. A

avaliação externa e a competitividade são implantadas e os órgãos públicos devem responder, supostamente, com maior eficiência às suas demandas.

Estas diretrizes começam a reger os serviços públicos estabelecendo a lógica da racionalidade instrumental dentro do próprio funcionalismo público. O pragmatismo que se apresenta auxilia na composição da ideologia de um funcionalismo empresarial. Ou seja, a competitividade é incentivada como um mecanismo para o aumento da produtividade. Isso demonstra que a partir das mudanças estabelecidas pelo processo de mundialização do capital a estrutura organizacional do aparelho Estado brasileiro estabelece um novo parâmetro para a manutenção e execução dos serviços públicos emprestando-lhes um viés mais ligado à economia de mercado.

Para a educação superior e para as universidades públicas federais, mais especificamente, este modelo de gestão pública elaborado com intuítos mais relacionados à esfera corporativa propõe planos e programas que contrariam determinados aspectos da cultura acadêmica universitária, reeditando, sobre novas bases, padrões da universidade pública “reformanda” (CUNHA, 1988), de forma a nela forjar a consolidação de um *ethos* empresarial.

Para a estrutura e dinâmica das universidades públicas federais estes novos parâmetros de administração incorporam a heteronomia (demandas, gestão, avaliação institucional e financiamento que são organizados por atores institucionais externos ao ambiente da própria universidade), são parâmetros externos vindos do Ministério da Educação.

Os novos rumos da educação superior pública não são mais ditados pelas suas próprias administrações e este novo rumo segue uma lógica emprestada da economia de mercado, de modo a induzir o produtivismo acadêmico, padrões de excelência e qualidade relacionados ao tempo (à periodicidade) e à quantidade de uma produção acadêmica, majoritariamente, condizente às demandas das novas formas de acumulação do capital, segundo Sguissardi (2010):

(...) fenômeno em geral derivado dos processos oficiais ou não de regulação e controle, supostamente de avaliação, que se caracteriza pela excessiva valorização da quantidade da produção científico-acadêmica, tendendo a desconsiderar a sua qualidade. Este fenômeno – cultura ou ideologia – tem sua origem nos anos 1950 nos EUA. Tornou-se mundialmente conhecido pela expressão *public or perish*, significando que os professores/pesquisadores universitários que não publicassem de acordo com os parâmetros postos como ideais pelos

órgãos financiadores, pela burocracia universitária ou pelo mercado, veriam sua carreira definhar e fenecer. (SGUISSARDI, 2010, p.1).

Os planos e programas para o nível de ensino superior se preocupam em dinamizar e melhorar a “eficiência” da universidade pública. Consideramos que este processo histórico se caracteriza por uma contradição entre autonomia e heteronomia. Esta contradição que se faz presente no discurso de implantação do REUNI (Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais) de abril de 2007: o governo escreve e proclama “autonomia universitária”, mas incentiva as universidades a aderirem ao programa a partir de metas pré-estabelecidas e de um modelo de avaliação externa a elas e sobre critérios da lógica produtivista.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, ao definir como um dos seus objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, apresenta-se como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007. Este programa pretende congrega esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década.

Assim, o REUNI tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

É importante ressaltar que o REUNI não preconiza a adoção de um modelo único para a graduação das universidades federais, já que ele assume como pressuposto tanto a **necessidade de se respeitar a autonomia universitária, quanto à diversidade das instituições.** O REUNI efetivar-se-á, portanto, sem prejuízo dos programas em desenvolvimento no âmbito do Ministério da Educação e dos sistemas de ensino e, nessa condição, se propõe substancialmente a agregar esforços e reforçar iniciativas para a ampliação das vagas e a elevação da qualidade da educação nacional. Ao mesmo tempo, os projetos apresentados pelas universidades poderão iniciar-se no conjunto de suas unidades acadêmicas, em algumas delas e/ou em novas unidades a serem criadas, desde que, ao final do período de cinco anos, a meta estabelecida seja alcançada. (BRASIL/MEC, 2007, p. 4, grifos nossos).

Este modelo busca pretensas soluções para a expansão das universidades públicas. Mas esta expansão e esta reconfiguração da universidade pública sofrem ingerências da economia e da política. Estão umbilicalmente relacionadas às concretas funções estruturais que o REUNI desempenha, dentro de um conjunto complexo e inter-relacionado de transformações que se iniciaram com a reforma do Estado no Brasil, no âmbito da economia-política da atualidade.

Este programa se faz necessário a partir do novo modelo de acumulação flexível, e os novos interesses na área de educação superior, implicando, desta maneira, em intensificação e, por vezes a precarização, do trabalho em todos os níveis da universidade. O trabalho docente passa a ser medido a partir de sua produtividade.

Esta lógica incentiva, desta maneira, que a produção acadêmica e científica acompanhe a velocidade da produção e reprodução do capital. E, se possível, participe desta dinâmica de maneira ativa. Busca também a lógica da produtividade e da “otimização” dos investimentos, no sentido em que coloca metas de aprovação a serem cumpridas.

Mas, cabe questionar: como é possível aumentar substancialmente os níveis de aprovação (taxa de conclusão média dos cursos de graduação) e a relação média de professor-aluno e ainda assim resguardar e melhorar a “qualidade” dos cursos e respeitar a autonomia universitária e o trabalho docente, como diz o documento? Como que metas de produtividade pré-estabelecidas poderiam constituir autonomia e ao mesmo tempo melhorias de qualidade se os professores são sobrecarregados por múltiplas demandas? Conforme, apontam Sguissardi e Silva Júnior (2009, p.52):

Os professores-pesquisadores atuam na docência, pesquisa e extensão, dão aulas na graduação e pós-graduação, preparam aulas, corrigem provas, atendem seus alunos; fazem pesquisa, relatórios de pesquisa, artigos e livros para publicação; orientam e, como se verá adiante, em face da sua condição salarial, buscam complemento prestando serviços num tempo e espaço comprimidos, com graves consequências para sua saúde, para suas relações familiares, em razão da jornada de trabalho extra em casa e nos finais de semana. (SGUISSARDI e SILVA JÚNIOR, 2009, p. 52).

Portanto, este processo, esta reestruturação e expansão propostas, carregam consigo uma série de implicações para a dinâmica da universidade e para o trabalho docente. A universidade passa a seguir mais àquela lógica do mercado, ou seja, a lógica da educação enquanto serviço público de natureza não-estatal, segundo Bresser-Pereira (1995), que pode

ser comercializada, e o trabalho docente perde parte de seu sentido e autonomia, na medida em que assume diversas funções que não lhe diz, prioritariamente, respeito.

Por exemplo, funções de valorização do capital e de participação no seu processo global de reprodução, ou ainda, funções de fiscalização e controle de normas e metas heterônomas. O trabalho acadêmico passa a ser visto como uma modalidade de serviço que pode participar da agregação de valor às mercadorias e tecnologias criadas a partir deste modelo de acumulação flexível e da mundialização do capital, de acordo com Chesnais (1996, p. 17).

A expressão *mundialização do capital* é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês “globalização”, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista voltado para a produção manufatureira ou para **as principais atividades de serviços**, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta “globais”. (CHESNAIS, 1996, p. 17, grifo nosso).

Afirma-se neste trabalho que há uma relação entre este processo de mundialização do capital, que é a expansão dos capitais de investimentos diretos (IED) das empresas e corporações dos países centrais – as transnacionais – em determinadas regiões do mundo emergente ou semiperiférico, com as políticas públicas (com destaque para a política educacional para a educação superior) desenvolvidas a partir do processo de reforma do Estado e os atuais programas do Governo Federal para a expansão e a reestruturação das universidades federais no Brasil, como o REUNI.

Estas relações, mesmo que mediadas por uma série de contradições e nuances e, partindo de atores diferentes e interligados dentro do cenário mundial e nacional, guardam entre si o contexto e a lógica da reprodução do capital a partir do regime de acumulação flexível e da mundialização do capital.

Ou seja, há uma relação intrínseca entre o regime de acumulação flexível, o processo de reforma do aparelho de Estado no Brasil, as políticas educacionais para a educação superior desenvolvidas a partir desta reforma e o REUNI. Este seria o produto, a consolidação do modelo supracitado. O entendimento e análise desta relação e desta condição é o que pretendemos deixar claro com este trabalho.

Portanto, quer seja pela necessidade de formação de mão-de-obra para que o Brasil possa receber investimentos externos diretos (IED's) e participe da formação de um mercado global, quer seja, pela função estratégica da universidade para a redução dos custos

de produção do mais-valor com base nos conhecimentos em tecnologia e inovação: “sucção de tecnologia” (CHESNAIS, 1996).

1.1 – Apresentação do REUNI e considerações acerca de sua natureza econômica

O governo brasileiro, no segundo mandato do Presidente Lula, em abril de 2007, instituiu o Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais no Brasil – REUNI. Este programa que, em vários aspectos, se mostra como muito mais que um simples programa, propõe uma reformulação das universidades públicas federais no que se refere ao seu financiamento, aos seus planos pedagógicos, às suas políticas de inclusão, à mobilidade estudantil, às formas de ingresso na universidade, ao número de docentes por professor por disciplina, à taxa de conclusão de curso, dentre outros fatores. O governo declara que há no Brasil uma estrutura universitária atuando abaixo dos níveis de eficiência e o uso material e humano, além das estruturas das universidades, estavam aquém de um ideal almejado pelo próprio governo e pelo Ministério da Educação.

DECRETO N° - 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007.

Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição, que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e considerando a meta de expansão da oferta de educação superior constante do item 4.3.1 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei N°10.172, de 9 de janeiro de 2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - **REUNI, como objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.** (BRASIL, 2007, p. 7, grifo nosso).

Desta maneira, percebemos de início que o Governo mostra que seu intuito principal com o referido programa, já que aparece no artigo 1º do seu decreto, é a otimização dos recursos das universidades. Procuraremos mostrar através dos dados deste trabalho aqui apresentados e analisados que há um sentido econômico e político neste objetivo que é

interdependente e interligado à atual conjuntura da economia capitalista e à sua inserção no Brasil.

O artigo 2º deste decreto presidencial mostra as diretrizes principais do programa. Em primeiro lugar o MEC traz (...) ``a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno`` (BRASIL, 2007, p. 7). Assim, o governo mostra, novamente, que sua preocupação principal, com o programa, é a melhor utilização e dos recursos das universidades. Preocupa-se, também, com o fato de que uma parcela pequena da população brasileira, em idade para cursar o ensino superior, está matriculado neste nível de ensino. Em comparação com países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) – grupo de países industrializados - e outros países emergentes, o Brasil exibe os piores índices de matrícula bruta neste nível de ensino. Assim, o Brasil quando comparado aos níveis de eficiência e qualificação da mão-de-obra é um dos piores neste *ranking*, ou seja, temos dificuldades estruturais e humanas de inserção na economia mundializada.

Segundo o governo em seu Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007:

(...) a educação superior baliza-se pelos seguintes princípios complementares entre si: i) **expansão da oferta de vagas, dado ser inaceitável que somente 11% de jovens, entre 18 e 24 anos, tenham acesso a esse nível educacional**, ii) garantia de qualidade, pois não basta ampliar, é preciso fazê-lo com qualidade, iii) promoção de inclusão social pela educação, **minorando nosso histórico de desperdício de talentos**, considerando que dispomos comprovadamente de **significativo contingente de jovens competentes e criativos que têm sido sistematicamente excluídos por um filtro de natureza econômica** (BRASIL, 2007, p. 26, grifos nossos).

Observa, também, que pela realidade social brasileira, na qual boa parte dos jovens ingressa cedo no mercado de trabalho, faz-se necessário uma maior oferta de cursos de graduação no período noturno, já que, desta maneira, incluiria esta parcela de jovens que iniciam sua vida profissional antes de obterem o curso superior, ou que o fazem concomitantemente. Neste sentido, o diagnóstico que o MEC elabora da realidade da educação superior brasileira e da própria realidade social, é correto, em primeiro momento.

Os meios para a transformação qualitativa e concreta desta realidade é que são discutíveis, como procuraremos mostrar pela apresentação e discussão dos dados, mesmo

porque, o sistema de educação superior demanda investimentos de monta para sua manutenção e, ainda mais, para sua transformação, já que, desde a Reforma do Estado, como discutiremos mais adiante, ocorre uma precarização das condições de financiamento e manutenção destas instituições.

Existem a cultura institucional e a organização acadêmica de cada uma destas universidades, as administrações (Reitorias e Pró-reitorias) e, principalmente, os docentes que não estão dispostos a, simplesmente, cumprir uma demanda governamental sem que se discutam substancialmente quais são os meios e os objetivos concretos para estas transformações.

O segundo inciso do artigo 2º do REUNI promulga:

(...) ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior. (BRASIL, 2007, p. 7).

Ou seja, possibilidades de troca de discentes e aproveitamento curricular de uma instituição para outra, no sentido de não se “perder” um trabalho acadêmico que tenha sido iniciado em outra instituição ou mesmo em outro país. As trocas de experiência acadêmicas, o aprendizado de outras línguas e outras culturas seriam algumas “necessidades” da formação profissional completa, ou esperada, no contexto da mundialização do capital que está em operação no atual cenário do sistema econômico mundial. As corporações se beneficiam sobremaneira com a formação de uma mão-de-obra, principalmente intelectual, que se ajusta muito bem à realidade econômica do mercado global.

Nesse cenário, a mobilidade estudantil emerge como um importante objetivo a ser alcançado pelas instituições participantes do REUNI não só pelo reconhecimento nacional e internacional dessa prática no meio acadêmico, mas fundamentalmente por se constituir em estratégia privilegiada de construção de novos saberes e de vivência de outras culturas, de valorização e de respeito ao diferente. **O exercício profissional no mundo atual requer aprendizagens múltiplas e demanda interseção com saberes e atitudes construídos a partir de experiências diversas que passam a ser, cada vez mais, objeto de valorização na formação universitária.** (BRASIL 2007, p. 5, grifo nosso).

Faz-se interessante ressaltar como, a partir da necessidade econômica, de formação profissional, o intercâmbio cultural e as possibilidades do aproveitamento dos recursos humanos para a produção e reprodução do capital, perante a economia capitalista atuante em âmbito mundial, se coadunam de maneira justa e própria com um discurso de “construção de novos saberes e de vivência de outras culturas, de valorização e de respeito ao diferente”. Esta mesma realidade se fez presente no “Processo de Bolonha”:

O Processo de Bolonha é um movimento que surgiu de fora da universidade, sob o comando dos dirigentes políticos da União Europeia (UE) e está possibilitando um novo desenho de regulação e de reforma na educação superior nesse bloco⁵. A Declaração de Bolonha (1999) estabeleceu as seguintes linhas de ação: adoção de um sistema de graus de acessível leitura e comparáveis no âmbito da UE; implementação de um sistema de ensino baseado em dois ciclos; promoção da maior mobilidade de estudantes, professores e investigadores; estabelecimento de um sistema de acumulação e transferência de créditos; promoção da cooperação europeia para avaliação da qualidade do ensino superior; promoção da atratividade do espaço europeu de ensino superior. A partir de Bolonha, verifica-se: diversificação e hierarquização das IES; aumento do financiamento privado e da parceria com o sistema produtivo; diminuição da durabilidade dos cursos mediante a implantação dos ciclos; modelo gerencial de administração para as IES; sistemas de avaliação da qualidade e credenciamento institucional; criação do Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES) e do Espaço Europeu da Investigação (EEI). Esse movimento tem como meta a atratividade internacional de estudantes e pesquisadores tanto interna como externamente, assim como, a adaptação da formação da graduação ao mercado de trabalho visando alavancar e tornar a Europa mais competitiva no mercado global. (FERREIRA, 2010, p.5).

Por meio da divulgação de novas “tecnologias de aprendizagem” e “novas possibilidades de formação” se permite que haja uma circulação da formação da mão-de-obra que beneficia sobremaneira os esforços das corporações transnacionais na Europa em sua busca por recursos humanos competentes, baratos e “globalizados”. Além disso, houve uma expansão desta ideologia para as universidades dos países em desenvolvimento no sentido de inseri-las nas perspectivas e nas possibilidades da produção. O conhecimento e a ciência se estão atrelando à esfera da produção e do consumo.

Nas últimas décadas do século XX e no início dos anos 2000 têm-se observado mudanças substantivas nas concepções e nos papéis sociais das universidades. Esse movimento dialético que envolve tanto os

aspectos internos como externos das universidades, remete a situá-la não somente no contexto nacional, mas no cenário da internacionalização da educação superior. Discutir as novas concepções e finalidades sociais que estão sendo reclamadas para as universidades públicas no contexto da reestruturação produtiva do capital em âmbito global faz-se necessário, na medida em que o papel social da universidade vem ganhando significativa centralidade, ao ser exigida uma nova relevância social na e para a sociedade da economia do conhecimento, expressão propalada que assume a perspectiva de que sociedade e economia devem estar assentadas no conhecimento como estratégia de competitividade, tanto no cenário local como no regional e no internacional. (FERREIRA, 2010, p.1).

Em seguida, o decreto do REUNI traz a discussão sobre (...) “a revisão da estrutura acadêmica, com a reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a elevação da qualidade”. (BRASIL, 2007, p. 7). Aqui, novamente, se visualiza a questão das novas metodologias. A necessidade destas apenas é justificável em um cenário no qual o objetivo da educação superior se transforma. Por exemplo, nas diretrizes do programa, aparece a discussão da necessidade dos cursos de graduação trabalharem a interdisciplinaridade e a flexibilização e que estes cursos devem estar articulados ao que se pesquisa na pós-graduação. Essas exigências serviriam ao aumento da qualidade, mas, é questionável, em termos pedagógicos, a discussão da maior ou menor qualidade da educação a partir de seus métodos.

Esta formação “flexibilizada” serviria a necessidade de um profissional mais flexibilizado. A interdisciplinaridade serve ao estabelecimento de cursos com uma grade inicial comum, de modo que a especialização se dá em caráter posterior, e se “otimiza” o “recurso humano” professor. A proclamada “qualidade almejada”, que flexibiliza a formação e os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, no entanto, é por nós compreendida como relacionada aos princípios da educação terciária, tal como se aponta com o discurso oficial:

A qualidade almejada para este nível de ensino tende a se concretizar a partir da adesão dessas instituições ao programa e às suas diretrizes, com o consequente redesenho curricular dos seus cursos, valorizando a flexibilização e a interdisciplinaridade, diversificando as modalidades de graduação e articulando-a com a pós-graduação, além do estabelecimento da necessária e inadiável interface da educação superior com a educação básica. (BRASIL 2007, p. 5, grifo nosso).

Com isso questionamos a concretização da melhoria dos cursos de graduação das universidades federais a partir da expansão intensificada de suas vagas como observamos no caso do curso de Ciências Sociais da UFSCar. Inclusive, questionamos o “redesenho curricular” do curso e a articulação com a educação básica. A partir dos depoimentos dos docentes que apresentaremos na seção 2 perceberemos que não houve mudanças substantivas no desenho curricular do curso mas, tão somente, a expansão das vagas.

Como poderíamos trazer transformações substanciais deste porte se não houve tempo hábil para o planejamento do programa? Com isso, o intuito principal concreto do REUNI que é a continuação da articulação e da inserção do ensino superior do Brasil, e de sua economia, na esfera da mundialização do capital, como apresentaremos no capítulo a seguir, começa a se desvelar.

Argumentamos, neste sentido, que certos aspectos da formulação do programa estão carregados de uma ideologia e de um discurso que serve mais à sua própria formulação do que à concretização de fato destas transformações. A distância entre o que está formulado e os objetivos concretos do programa devem ser analisados a partir destas contradições, discursos e ideologias que ficam evidentes, inclusive pela análise dos dados e documentos disponíveis.

Art. 1

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. (BRASIL, 2007, p. 1).

O financiamento da expansão proposta pelo REUNI viria de fontes do MEC na medida em que cada universidade elaborasse um plano de reestruturação e se adaptasse as exigências do governo.

Art. 3º

O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas (...).

§ 1º O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1º, § 1º.

§ 3º O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação.

Art. 6º

A proposta, se aprovada pelo Ministério da Educação, dará origem a instrumentos próprios, que fixarão os recursos financeiros adicionais destinados à universidade, **vinculando os repasses ao cumprimento das etapas.** (BRASIL, 2007, p. 7, grifos nossos).

Tabela 1 – Previsão de acréscimo orçamentário a partir do REUNI

Previsão de acréscimo orçamentário a partir do Decreto nº 6.096/2007 (valores em milhares de reais)					
Ano	2008	2009	2010	2011	2012
INVESTIMENTO	305.843	567.671	593.231	603.232	
CUSTEIO/PESSOAL	174.157	564.247	975.707	1.445.707	1.970.205
TOTAL	480.000	1.131.918	1.568.938	2.048.939	1.970.205

Fonte: BRASIL SESu/MEC Diretrizes Gerais do REUNI, 2007, p. 13.

Tabela 2 – Execução Orçamentária Geral do Programa REUNI em 2008

IFES	PACTUADO			DISPONIBILIZADO				*DIFERENÇA: Disponibilizado - Pactuado	
	Custeio AE + UBC	Investimento	TOTAL exceto Bolsa Capes	Custeio	Investimento	TOTAL exceto Bolsa Capes	%	TOTAL exceto Bolsa Capes	
TOTAL	65.383.199	431.615.330	496.998.529	76.220.896	415.661.444	491.882.340	99%	-5.116.189	-1,0%

Fonte: BRASIL MEC/SESu, 2008, p.12

O governo vincula as verbas que serão utilizadas no plano de expansão de cada universidade ao cumprimento de metas e a elaboração de um plano para o cumprimento destas metas. É um acordo direto entre o MEC e a reitoria de cada universidade. Mas, que está condicionado a existência de verbas e a um esforço de cada IFES para que as verbas deem conta da expansão das vagas, da construção de prédios, de estabelecimento de novos cursos, da elaboração e construção de novos *campi*, da interiorização das universidades federais pelo Brasil.

Para cada universidade federal que aderir a este “termo de pactuação de metas”, ou seja, **um contrato de gestão com o MEC**, o governo “promete” um **acréscimo de recursos limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal**. Entretanto, uma análise cuidadosa do

parágrafo terceiro do artigo 3º e do artigo 7º do Decreto de criação do Reuni deixa claro em que termos ocorrerá esta “expansão”, pois “**o atendimento aos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do MEC**” e “as despesas decorrentes deste processo devem estar circunscritas às dotações orçamentárias consignadas anualmente ao MEC”. (LIMA, 2011, p. 92).

Assim, promulga o governo no PDE de 2007, que mais que um simples programa, ou “abertura de espaço orçamentário”, o REUNI teria a capacidade de incentivar que cada instituição federal encontrasse de maneira autônoma seu caminho, já que, “em plena revolução científica, as fronteiras entre áreas do conhecimento tornam-se tênues e novas possibilidades de formação vão se delineando”. (BRASIL, 2007, p. 28). Ou seja, nesta passagem observamos que o Governo incentiva que as áreas de pesquisa e as pós-graduações entrem de vez neste processo incrementando, se possível, a base de apoio orçamentária e a inserção no processo de “revolução científica”.

Na sequência, na citação abaixo, fica claro este intuito já que a “estrutura universitária deve estar à altura dos novos desafios da ciência”. Assim, percebemos que há uma intrínseca ligação entre a reformulação das universidades com o desenvolvimento da área de Ciência & Tecnologia. O novo Ministério da Ciência se chama Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e está cada vez mais interligado ao Ministério da Educação (MEC), de acordo com o sitio do MEC na internet:

Uma das formas mais eficazes de incentivar as pesquisas é a partir da redução fiscal das empresas que investirem em projetos desenvolvidos por instituições públicas. **O sentido dessa medida é aproximar o setor produtivo e industrial da pesquisa acadêmica aplicada**, de acordo com o que está determinado pela Lei nº 11.487, de incentivo à ciência e tecnologia, sancionada em 2007. (http://portal.mec.gov.br/index.php/?option=com_content&view=article&id=12311.) acessado em 11/11/2013.

A exata compreensão dos fins do programa, portanto, exige atenção quanto aos meios a serem empregados: a expansão dos cursos noturnos, a ampliação da mobilidade estudantil, a revisão da estrutura acadêmica e a diversificação das modalidades de graduação. **Itinerários rígidos, desperdício de créditos, imobilidade e especialização precoce são incompatíveis com uma estrutura universitária à altura dos novos desafios da ciência.** A reestruturação que se espera, portanto, é acadêmica e, como tal, qualitativa. (BRASIL, 2007, p. 28, grifos nossos).

O programa expõe claramente que se faz necessário a interligação dos programas de ciência à pesquisa universitária, ou seja, a construção de um sistema de apoio entre universidades e setor produtivo.

O programa REUNI, neste sentido, é uma plataforma, supostamente, ousada de reestruturação das universidades federais, mas que usa ou vincula, como já dito, o financiamento do programa de cada universidade às metas propostas pelo MEC. Há que se notar que a expansão proposta pelo governo em cada universidade exige um esforço grandioso de cada uma das instituições e há a possibilidade destas não conseguirem cumprir as metas estabelecidas; assim, o MEC poderia suspender investimentos e recursos de maneira unilateral.

A autonomia universitária estaria ferida, portanto, quando o MEC se coloca como guardião dos cumprimentos das metas estabelecidas, mas os recursos não estão concretamente disponíveis para as universidades federais. E o discurso oficial, ao mesmo tempo, que propõe suas metas e contratos de gestão heterônomos, oculta este caráter e busca se legitimar na proclamação de noção de uma “expansão democrática”:

Em linha com proposta da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), feita em 1997, **o REUNI, mediante investimento maciço na educação superior, pretende melhorar os indicadores das instituições federais de educação superior, projetando alcançar um milhão de matrículas de graduação. O REUNI permite uma expansão democrática do acesso ao ensino superior**, o que aumentará expressivamente o contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública. (BRASIL 2007, p. 27, grifo nosso).

Percebemos mais uma vez que o discurso oficial de formulação do programa está na esfera da ideologia quando promulga a “democratização” e o “expressivo aumento de estudantes de camada sociais de menor renda”. Está mais para propaganda do que para o estabelecimento de uma política pública para a educação superior. Como é possível afirmar que o REUNI permite uma expansão democrática antes de implantar o programa e auferir seus resultados concretos? Qual o intuito de inserir uma frase como esta na implantação do programa? Esta é a face ideológica praticada pelo governo e pelo MEC. E os documentos oficiais, apesar de se referirem ao qualitativo, primam por apontar dados quantitativos, como se fossem, per si, evidências da democratização.

Tabela 3 – Distribuição de Matrículas de Graduação Presencial (todas as idades e com idades de 18 a 24 anos) e População da Faixa Etária de 18 a 24 anos – Brasil e Regiões Geográficas – 2011).

Brasil/Regiões Geográficas	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE)				Censo da Educação Superior (Inep)			
	População (18 a 24 anos)	%	Frequente Curso de Graduação (18 a 24 anos)	%	Matrículas de Graduação Presencial	%	Matrículas de Graduandos Presenciais com Idade de 18 a 24 anos	%
Brasil	22.497.453	100,0	3.283.368	100,0	5.746.762	100,0	3.229.755	100,0
Norte	2.098.423	9,3	217.642	6,6	385.717	6,7	186.370	5,8
Nordeste	6.399.491	28,5	664.870	20,2	1.138.958	19,8	607.682	18,8
Sudeste	9.113.639	40,5	1.471.314	44,8	2.755.635	48,0	1.554.273	48,1
Sul	3.128.684	13,9	582.965	17,8	929.446	16,2	570.293	17,7
Centro-Oeste	1.757.216	7,8	346.577	10,6	537.006	9,3	311.137	9,6

Fonte: MEC/Inep e IBGE – PNAD 2011

Tabela 4 – Número e Percentual de Matrículas, Ingressos (todas as formas e processo seletivo) e Concluintes de Graduação (Presenciais e a Distancia), segundo a Categoria Administrativa – Brasil – 2010-2011

Ano	Categoria Administrativa	Matrículas		Ingressos						Concluintes	
		Total	%	Total		Por Processo Seletivo		Outras Formas		Total	%
				Total	%	Total	%	Total	%		
2010	Total	6.379.299	100,0	2.182.229	100,0	1.922.240	100,0	259.989	100,0	973.839	100,0
	Pública	1.643.298	25,8	475.884	21,8	443.292	23,1	32.592	12,5	190.597	19,6
	Federal	938.656	14,7	302.359	13,9	279.811	14,6	22.548	8,7	99.945	10,3
	Estadual	601.112	9,4	141.413	6,5	135.463	7,0	5.950	2,3	72.530	7,4
	Municipal	103.530	1,6	32.112	1,5	28.018	1,5	4.094	1,6	18.122	1,9
Privada	4.736.001	74,2	1.706.345	78,2	1.478.948	76,9	227.397	87,5	783.242	80,4	
2011	Total	6.739.689	100,0	2.346.695	100,0	2.093.368	100,0	253.327	100,0	1.016.713	100,0
	Pública	1.773.315	26,3	490.680	20,9	457.552	21,9	33.128	13,1	218.365	21,5
	Federal	1.032.936	15,3	308.504	13,1	285.985	13,7	22.519	8,9	111.157	10,9
	Estadual	619.354	9,2	146.049	6,2	139.872	6,7	6.177	2,4	87.886	8,6
	Municipal	121.025	1,8	36.127	1,5	31.695	1,5	4.432	1,7	19.322	1,9
Privada	4.966.374	73,7	1.856.015	79,1	1.635.816	78,1	220.199	86,9	798.348	78,5	
Δ% (2010-2011)	Total	5,6		7,5		8,9		-2,6		4,4	
	Pública	7,9		3,1		3,2		1,6		14,6	
	Federal	10,0		2,0		2,2		-0,1		11,2	
	Estadual	3,0		3,3		3,3		3,8		21,2	
	Municipal	16,9		12,5		13,1		8,3		6,6	
Privada	4,9		8,8		10,6		-3,2		1,9		

Fonte: MEC/Inep, 2011

Mas, os números apresentados podem ser “lidos” numa perspectiva distinta da oficial.

A tabela 3 mostra, por exemplo, que, apesar dos esforços, o número de matrículas de graduandos presenciais com idade de 18 a 24 anos ainda é abaixo do esperado, equivalendo a 14.35% da faixa etária com idade entre 18 e 24 anos. O governo esperava

chegar, no início da década dos anos 2010, em 20% de matrículas no ensino superior nesta faixa etária. Além desse dado, se percebe que nitidamente a grande parte destes estudantes está concentrada na região sudeste, onde o percentual de matriculandos entre 18 e 24 anos sobe para 17.05% da população nesta faixa etária. Nesta mesma faixa etária, na região nordeste, apenas 9.49% dos jovens está matriculado no ensino superior, evidenciando as desigualdades sociais e econômicas marcantes no território brasileiro, ou o “desenvolvimento desigual e combinado da educação superior brasileira” (CUNHA, 2004).

Já em relação ao número de matrículas, relacionadas na tabela 4, se percebe que entre os anos de 2010 e 2011 o sistema público federal atingiu o número de 1.032.936 de matrículas, incluindo nestes números todas as instituições de ensino superior público federal, apenas as universidades federais somaram 929.847 matrículas e, portanto, os institutos e escolas federais somam 103.089 alunos.

De qualquer maneira, este número representa 15.3% do total de matrículas no ensino superior no Brasil. O sistema público, como um todo, soma 1.773.315 de matrículas, o que representa 26.3% de todo sistema de ensino superior no Brasil. Ou seja, as universidades, centros universitários e faculdades privadas somam 4.966.374 matrículas o que representa 73.7% de todas as matrículas em ensino superior no Brasil. Assim, mesmo com uma expansão acelerada do sistema público federal de ensino superior, haverá uma diferença quantitativa significativa do número de matrículas no ensino público em relação ao ensino privado.

Os números corroboram, portanto, a análise citada abaixo de que apesar de não ser recente o processo de privatização da educação superior no Brasil, nos últimos governos, a partir de 1995 até 2010, segundo nossa análise, este processo se concretiza de forma evidente. Observamos que entre 2010 e 2011, 73.7% das matrículas eram em instituições privadas, os interesses e a atuação das empresas ligadas à educação superior privada no Brasil, naquele período citado, aumentaram consideravelmente, tanto que o mercado, nesta área, se tornou extremamente competitivo com a atuação de empresas e capitais estrangeiros.

Mas, não apenas pelos números, como também pela maneira da administração pública de organizar a educação superior se percebe uma mudança de enfoque nas universidades públicas da formação e universalidade (ensino, pesquisa e extensão) para a instrução para o mercado e o ensino terciário. O REUNI enfatiza esta mudança.

Todavia, é a partir da década de 1990, que se inicia, no Brasil, um consistente processo de redução de gastos públicos federais para o conjunto das instituições federais de ensino superior (IFES) e se desencadeia a retomada, em grau muito mais aprofundado que na

década de 1970, sob a ditadura militar, da privatização desse nível de ensino. Assim, **muito embora a privatização da educação superior não se restrinja aos dois últimos governos (o de Fernando Henrique Cardoso de 1995 a 2002 e o de Lula da Silva, a partir de 2003), foi neste período que ganhou um curso extraordinário, já que ambos aplicaram a máxima neoliberal, segundo a qual deve haver deserção do Estado de seu necessário protagonismo na implementação da universidade como um bem público e direito de cidadania.** (MANCEBO; SILVA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2008, p.8).

Esta reconceitualização do público é um exemplo paradigmático do processo de descentralização para o mercado. Podemos dizer que é uma forma de privatização da educação que se realiza por um conjunto de reformas que, imbricado ao processo de descentralização para a escola, busca aproximar as “decisões no mercado” (as decisões políticas) das “decisões do mercado”, **criando um quase-mercado em educação.** Isto é, provocando uma gestão do sistema e da escola – com novas formas de financiamento, fornecimento e regulação diferentes das tradicionais, exclusivamente assumidas pelo Estado –, que simule o mercado. (KRAWCZYK, 2005 p.811, grifo nosso)

Está se concretizando no Brasil, na área do ensino superior, um processo de mão-dupla de mercantilização: em primeiro momento, a expansão acelerada das instituições privadas e a inserção da lógica da educação superior como uma mercadoria implicam em um processo de privatização; em segundo momento, e mais importante, as relações do Estado com a área da educação, e da educação superior de modo mais específico, passam a ser regidas a partir da lógica da produção e reprodução de capital.

O Estado como um todo passa a ser administrado desta maneira, esta é a face mais predatória deste processo. Assim, todos os instrumentos de política pública, excetuando-se os programas com viés assistencialista e emergenciais, ou seja, pontuais e não estruturais, são implantados com foco na “otimização” e “eficiência” do trabalho.

O trabalho imaterial e intelectual, como dos professores, está se integrando cada vez mais, junto com a apropriação da produção científica pela lógica do mercado, a esta forma de trabalho produtivo (MARX). Assim, e a partir de uma série de mediações, estamos atingindo um estágio das transformações das relações de trabalho, com o regime de acumulação flexível (HARVEY, 1996) que insere o trabalho do professor no processo de produção e reprodução de mais-valia.

Percebemos este processo nas universidades, principalmente, na atuação de professores-pesquisadores, aqueles que estão intrinsecamente ligados na esfera da produção científica e tecnológica, mas que voltam os objetivos de suas atividades à produção para o

mercado, e este processo, em última análise, traz alienação frente ao seu próprio trabalho, condição *sine qua non* para a transformação destas atividades em trabalho produtivo.

Não obstante, o estranhamento frente à atividade alienada engendra contradições, assim como a efetivação do trabalho imaterial em trabalho produtivo apenas se dá sob uma série de mediações. De qualquer forma, compreendemos que se efetiva nas mudanças de identidade da universidade e de suas práticas sob os eixos da reforma do Estado e das novas formas de produção e valoração do capital.

A compreensão das mudanças da identidade da instituição escolar — lugar da prática da educação básica — da instituição universitária e do trabalho do professor (cujo trabalho é imaterial e superqualificado) deve ocorrer por meio do **entendimento de dois grandes eixos**, dentre outros: o primeiro consiste na **reforma do Estado** posta em movimento em 1995 e em curso até os dias atuais; o segundo realiza-se nas **mudanças na produção e valoração do capital**. O primeiro realiza-se por meio das reformas das instituições republicanas, da reorganização da sociedade civil e da mudança da sociabilidade do ser humano neste momento do capitalismo; o segundo tem como principais orientações, de um lado, a **reestruturação produtiva**, que teve seu início sistematizado no Brasil na primeira metade da década de 1980, e de outro, a **transformação radical no trabalho imaterial superqualificado**, ambos **no contexto da acumulação flexível**. Esta última condensa as formas "pretéritas" e atuais de exploração do trabalho, atualizadas por novas e eficientes formas de controle e valorização do capital. (SILVA JÚNIOR, 2009, p. 148, grifos nossos).

Desta maneira, estas transformações do setor público e, portanto, a implantação destes programas, vão atingir também a esfera do trabalho público e, mais especificamente, o trabalho docente nas universidades federais. Estão inseridos no programa REUNI maneiras e exigências diretas para o aumento da produtividade e “otimização” dos recursos humanos nestas instituições e este é outro processo que já se iniciou há algum tempo.

O aumento da exploração do trabalho docente, no Brasil, ademais como em todos os países latinos, **deu-se em especial pela flexibilidade registrada nos regimes de trabalho e consequente quebra da carreira docente**, onde ela existia. Do total de docentes cadastrados pelo censo do INEP (MEC/INEP, 2006b), apenas 16,9% trabalham em regime de dedicação exclusiva e 18,6% em tempo integral. [...]

Todavia, **a flexibilização não se restringe ao tipo de contrato que é oferecido, pois em nome deste princípio tem-se assistido a um aumento substantivo do trabalho docente, um processo ainda**

inconcluso e que é objetivado tanto na educação privada, quanto na pública. O estratégico dessas alterações é que os novos protocolos destinados aos docentes envolvem mecanismos que têm por alvo a intensificação e extensão do trabalho, relacionando-o às demandas e/ou lógica de mercado. [...]

A partir de 2007, por exemplo, com a aprovação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI, Decreto Presidencial nº 6.096 de 24 de Abril de 2007), até o custeio de atividades básicas dependerá de contratos de gestão com o Estado. Com este Programa – operacionalização, na prática, dos contratos de gestão, ensaiados desde o governo de FHC –, recursos somente serão disponibilizados se a universidade alcançar metas de expansão. (MANCEBO, 2010, p. 78-81).

Assim esta expansão se dá, também, ao custo de intensificação do trabalho docente que vem acumulando, progressivamente, funções técnico-administrativas, além, de suas funções docentes e de pesquisa, na graduação e na pós-graduação. E a relação professor-aluno que, segundo nossa perspectiva, redundava em intensificação do trabalho e massificação do ensino, é apontada como melhor aproveitamento de recursos pelo discurso oficial. Esta é mais uma consequência do processo de mercantilização das relações de trabalho que se configuram nas transformações do Estado no contexto de mundialização do capital.

A relação de dezoito estudantes de graduação presencial por professor foi fixada com base nas determinações contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), no que se refere à carga horária dos professores (art. 57), **estimando-se salas de aulas com 45 alunos de graduação e uma carga horária discente de aproximadamente vinte horas semanais.** (BRASIL, 2007, página 4, grifo nosso).

Art. 57. Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas. (BRASIL, 1996, p.23).

Nesta passagem acima das Diretrizes Gerais do REUNI do MEC de 2007 há esta nota de rodapé indicando que na LDB de 1996 se instituiu a carga horária docente mínima, e esta é de 8 horas semanais, e que se estimando uma carga discente de 20 horas e turmas de 45 alunos na graduação se conseguiria atingir uma das metas do programa de “elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos” (BRASIL, 2007, P.4).

Neste sentido, o governo não percebe ou não reconhece que o aumento da relação aluno-professor (RAP) e a estimativa da carga horária discente na sala de aula de 20 horas, ou seja, cinco disciplinas de quatro créditos por semestre, em um sistema onde já há uma extensificação (acúmulo de funções e aumento da carga horária de trabalho) das tarefas a serem realizadas pelos docentes, onde cada turma teria 45 alunos em média, onde há uma insuficiência de técnicos-administrativos no auxílio da administração dos departamentos, e as exigências da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo aumento da produtividade de pesquisa, seja uma sobrecarga de trabalho além das capacidades físicas e intelectuais do corpo docente das universidades federais. Ademais, a recomendação de uma meta *a priori* para a carga horária em sala de aula por professor fere o princípio da autonomia universitária. O governo promulgou que cada instituição e que cada curso poderiam estabelecer suas próprias diretrizes para a reformulação curricular, mas coloca em suas Diretrizes Gerais do REUNI esta observação acerca da carga horária em sala de aula. Desta maneira, não preserva a possibilidade de cada curso e cada departamento, com suas especificidades, gerirem e promoverem suas próprias transformações.

Tabela 5 - Evolução do número de docentes em relação à expansão do número de vagas em instituições federais - Brasil – 2007 a 2011.

	2007	2011	% 2007-2011
Número de matrículas	641.094	1.032.936	61,12%
Evolução do número de docentes	59.156	90.388 (total) 84.408 (em exercício)	52,20% (considerando o total de docentes)
RAP (relação aluno-professor)	10,83 (alunos/professor)	11,42(alunos/professor) 12,23 (em exercício)	12,92% (diferença da relação alunos por professor)

Fonte: Elaboração própria, segundo dados do INEP/MEC

Considerando o total do número de docentes no sistema federal de educação superior e o número de matrículas no mesmo período, de 2007 para 2011, anos em que o Programa REUNI estava sendo implantado em grande parte das universidades federais, se percebe que o governo consegue “aumentar/melhorar”, segundo sua lógica, ainda que não tão intensamente, o índice de aluno-professor (RAP). Houve um incremento de 12,92% na RAP de 2007 para 2011, segundo dados do INEP na tabela acima. Mas, no primeiro relatório do REUNI de 2008 produzido pelo MEC esta instituição, sem apontar números, afirma [...] ‘No

primeiro ano de execução foi possível observar uma média entre as relações das universidades de 17,8 alunos por professor, o que aponta para o cumprimento da meta'. (BRASIL/MEC, 2009 p. 7).

Aparentemente, mesmo que este aumento não permita apontar de forma cabal a hipótese da intensificação e extensificação do trabalho docente nas universidades federais, segundo nossa compreensão, podem ser melhor apontados com base em aspectos qualitativos (entrevistas e depoimentos dos docentes em relação ao seu cotidiano e jornada de trabalho).

O movimento sindical, por sua vez, resiste, defende-se, procurando organizar ações que preservem o trabalho docente de fato e a autonomia das instituições. Mas, estas ações não encontram eco na sociedade civil e passam despercebidas pela grande imprensa. O governo não escuta as reivindicações do ANDES-SN e não há articulação política de fato para fazer frente às medidas do governo.

A secretaria do ANDES-SN tem recebido várias denúncias de atos da administração, dispondo sobre a carga horária mínima docente, em sala de aula, para cada regime de trabalho, a partir da implantação do REUNI.

Sendo assim, solicitamos que enviem para a secretaria do ANDES-SN, caso haja, cópia do Ato que dispôs sobre o assunto, para que possamos trabalhar com o conjunto das informações. (ANDES, Circular Nº 083/09, 2009).

Sobre a questão da evasão e a tentativa e proposta do governo de reduzir a taxa de evasão para não mais do que dez por cento por curso nas universidades federais esta é uma questão que exhibe as contradições inerentes ao programa e pode nos apontar mais elementos daqueles que estão implícitos no programa, ou seja, seu caráter ideológico.

Como ocorre uma substancial expansão do número de vagas nos cursos de graduação presenciais, a não ser que houvesse uma transformação contundente dos sistemas de avaliação e no sistema acadêmico-pedagógico das universidades e dos cursos, é de se esperar que as taxas de evasão aumentem e não diminuam. Inclusive, neste quesito, é discutível o cálculo destas taxas de evasão, pois, não há o consenso nem administrativo nem pedagógico de como calcular estas taxas. Assim, o cálculo do número médio de alunos por professor também estaria comprometido.

Se, por exemplo, cada aluno que ingressar e sair ou mudar de curso dentro da UFSCar ao longo de um ano, for computado como evasão os números são muito maiores. Na UFSCar a contabilidade dos dados de evasão se dá por vaga, ou seja, se uma vaga em

determinado curso está completa e esta é substituída por outro aluno de graduação vindo da mesma instituição ou não, é uma vaga preenchida, portanto, não haveria evasão.

Existe um colégio de pró-reitores de pós-graduação nas universidades federais que se chama PROGRAD. Ele se reúne a cada dois meses e a gente faz estudos e discussões a respeito das instituições federais e um ponto de pauta muito forte – que o MEC está cobrando esta posição das federais – é sobre a definição de evasão e não consegue se medir o que é que seja evasão. Não consegue se definir o que é evasão. E nós já chegamos a um consenso (...) mas você sabe que essas definições... Essas coisas são muito trabalhosas para afinar.

Existem três tipo de evasão que eles estão colocando lá: a micro, a meso e a macro. A micro evasão é a evasão do aluno de um curso para outro curso da mesma instituição. O aluno entra para as Ciências Sociais e daí ele se transfere para a Psicologia, daí ele se transfere para a Filosofia. Essa é uma evasão por curso. Se você olhar dentro do curso é uma evasão. **Para a instituição não é evasão.** Agora se você pegar um estudante que é das Ciências Sociais daqui e ele vai para as Ciências Sociais da UNICEP, ou da USP, ou da UFMG, ele evadiu daqui. Ele evadiu do curso. Ele é uma evasão para a instituição. **Mas ele não é uma evasão para o sistema de ensino.**

Mas se você pegar um estudante que entrou para fazer Ciências Sociais aqui. Aí ele sai daqui e vai abrir com a mãe dele uma banquinha para vender cachorro quente, aí ele é a macro evasão. Ele evadiu da instituição. Ele evadiu do sistema. E não vai receber diploma de curso superior. **Nos outros dois casos, para o sistema, para atingir as metas de formandos e de acesso ao ensino superior, disso daí, ele cumpre sua função.**

A vaga ociosa. Então assim... Como é que a gente faz a chamada para o vestibular? Tem a primeira chamada. Matriculou todos os alunos. Aí o aluno manda o cancelamento, o aluno não aparece aqui para entregar um documento ou para confirmação de matrícula. A gente tira aquele menino e a gente coloca outra pessoa. Vem a segunda lista e já vai preenchendo aquelas coisas ali.

Lá na UFABC ele conta tudo isso como evasão. Então ele tem um índice de evasão de oitocentos por cento. Entendeu? Aí eu falo assim: “eu só começo a contar o aluno como aluno meu mesmo lá na segunda semana de aula”. (Professor/a entrevistado/a 5).

Se há uma política de inclusão de alunos do sistema de educação básica pública e se, neste nível de ensino na educação pública, é onde se concentram as maiores dificuldades pedagógicas, advindas do processo de precarização e sucateamento da escola pública básica no Brasil é de se esperar que estes alunos vindos da educação básica exibam, em primeiro momento, uma dificuldade de aprendizado na educação superior.

É uma discussão que envolve a questão do acesso e permanência nas universidades federais pela população de “classes sociais menos favorecidas”, como diz o governo. Ou seja, depende também de aportes significativos nos programas de inclusão. Mas, o que o governo vem divulgando é a “democratização” concreta das universidades pelo REUNI.

Como não houve uma política de inclusão que considerasse estas nuances e contradições do programa, além das políticas de inclusão de indígenas e minorias étnicas, historicamente marginalizadas do sistema de educação superior, dificilmente um programa de expansão das vagas poderia ser acompanhado de uma diminuição da evasão nas universidades. O Governo propõe que haja uma taxa média de conclusão de curso de 90%, ou seja, se o curso disponibiliza 100 vagas por vestibular ou ano de ingresso, deveriam se formar por ano 90 alunos. Esta taxa média não considera, também, as especificidades de cada curso.

Ou seja, há uma dificuldade em se mensurar tanto a taxa de evasão quanto a taxa de conclusão média em cada universidade. A evasão é em si um problema recorrente no sistema de ensino no Brasil. As políticas para a manutenção dos discentes menos favorecidos socialmente nas universidades não dependem apenas das condições materiais para obter logro.

A própria universidade pode ser um meio de exclusão, a cultura e o ambiente universitário, as dificuldades financeiras, as dificuldades pedagógicas, podem afastar jovens menos favorecidos deste ambiente, principalmente, nas universidades de excelência, uma realidade concreta destes ambientes, como exemplificado no comentário abaixo:

E até hoje eu estava conversando e chegou uma menina que está vivendo isso, vivendo a falta de habituação do mundo elitista da universidade aqui dentro, ou seja, alguém que tem uma formação do interior da Bahia e caiu aqui, com outros professores, que não tem condição de discutir, até que ela estude tudo isso que está faltando para ela estudar ou até que ela aprenda a falar certo. Isso está aqui dentro ainda. (Professor/a entrevistado/a 4).

Neste sentido analisamos, em primeiro momento, que o REUNI apresenta duas principais faces ocultas em suas linhas e interesses. A primeira, que aparece nitidamente, como uma plataforma para a propaganda política do governo. Este se utiliza do déficit histórico do acesso às universidades públicas de grande parte da população jovem brasileira de baixa renda e assim, teria espaço para a implantação de um programa de acordo com seus interesses, mas travestido de “democratização” ao acesso à universidade.

A segunda face oculta do REUNI é sua intrínseca ligação com os interesses da política econômica desenvolvida no Brasil e no mundo desde a década de 1970 denominada por François Chesnais de processo de mundialização do capital. Esta faceta que já introduzimos na análise nesta seção será melhor trabalhada na seção 3 deste trabalho.

1.2 – As contradições do REUNI: a crítica formulada e a fragilidade das entidades de classe docente.

Evidenciam-se, ao longo da implantação do REUNI, uma série de contradições acerca do modelo proposto pelo Governo para a expansão e reestruturação das universidades federais. Desde as condições materiais de infraestrutura e espaço físico para a expansão da rede federal de ensino superior até as questões de caráter de gestão do pessoal docente e de técnicos-administrativos, além das reformulações pedagógicas que o programa propõe (ou impõem) são alvo de críticas de distintas matizes e especificidades por parte da comunidade acadêmica e das entidades de classe dos docentes (ANDES; PRIFES).

Estas questões técnicas e de infraestrutura são fatores importantes na crítica ao REUNI. Mas, as questões de caráter ideológico e da coadunação aos processos de mercantilização e mundialização do capital estão na essência da crítica que aqui trabalhamos. Procuramos trabalhar cada um destes aspectos do programa.

Uma das principais razões da greve que se organizou em 2012 nas universidades federais são as condições de implantação do programa e as condições do plano de carreira docente destas instituições, além da falta de condições materiais para a execução do plano de expansão em muitas universidades federais do país, principalmente, nos *campi* mais afastados de suas sedes e nos novos *campi* que se implantaram pela rede de ensino superior federal.

Em julho de 2012, o movimento grevista paralisou 56 das 59 universidades federais, além de 34 institutos federais de educação tecnológica. Os professores reivindicavam a reestruturação da carreira e melhores condições de infraestrutura nas instituições, além de melhorias salariais. (<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae.mercadante-tem-1-audiencia-com-professores-de-universidades-federais-apos-fim-de-greve>, acessado em 11/07/2013).

Esta paralização que durou quatro meses no ano de 2012 expôs as condições às quais as universidades estavam sendo submetidas com a implantação do REUNI: condições

de sucateamento, ou seja, o envio insuficiente de verbas para a execução do programa e para a manutenção das instituições, o processo, já descrito acima, da busca pela otimização do trabalho do pessoal docente - intensificação do trabalho, a busca pela gestão mais eficaz que traz como pano de fundo (face oculta) uma série de exigências externas (heterônomas) às universidades.

Dentre as metas estabelecidas pelo REUNI, encontra-se, ainda, a que remete a um prazo de cinco anos para as IFES atingirem ampliação da taxa de conclusão nos cursos de graduação, devendo alcançar a média de 90% de titulação e a que determina o aumento de quase 100% do número de alunos por professor na graduação, atingindo a média de 18 alunos por docente. **Dessas metas, pode-se destacar que a tendência será de precarização das condições de trabalho e de ensino.** Os professores, com o aumento de alunos por turma, deverão se concentrar na tarefa de repassar conhecimentos e os alunos de reproduzi-los nas avaliações que, por seu turno, deverão ser flexibilizadas para o alcance das metas de titulação.

As dificuldades do programa são óbvias para um educador atento; todavia, **não se pode desprezar o forte apelo ideológico que o conjunto da documentação apresenta. As propostas de aumento do acesso de camadas populares à universidade pública, a eliminação do vestibular, uma formação ampla, aumento dos índices de aprovação, dentre outros aspectos sedutores,** ganham adesões de muitos desavisados, mesmo porque essas mesmas metas já foram móveis de lutas por parte dos defensores da universidade pública. (LÉDA; MANCEBO, 2009).

Ou seja, o programa é prejudicial às universidades tanto no sentido da perda de sua autonomia quanto pelas condições que lhes são impostas. Esta seria a indicação do viés da heteronomia que se apresenta com o REUNI, as condições de expansão e reestruturação foram construídas e são monitoradas pelos órgãos do governo que impõe sua lógica. E, como destacado acima pela passagem, o governo se utiliza da propaganda e do discurso da inclusão para a legitimação de suas medidas. Este seria seu “forte apelo ideológico”.

Por isto, em último caso, as críticas e tentativas de diálogo e construção de um projeto alternativo a este proposto pelo governo são rotulados, de uma maneira ou de outra, ou como elitistas, ou de direita, ou ainda, como corporativistas; “além de tudo, o contexto é hostil à crítica, até mesmo porque os discursos, as produções teóricas e os documentos oficiais não costumam revelar tão claramente sua opção pelo projeto neoliberal de universidade!” (LÉDA; MANCEBO, 2009 p.61).

(...) está ocorrendo uma ampla reestruturação da rede federal de ensino superior que vai em sentido contrário à essência dos princípios enunciados (pelo governo). Uma análise das várias ações do governo federal, em especial dos programas REUNI e IFET, remete à constatação que se trata da materialização da **lógica neoliberal**, que indica a **racionalização de gastos públicos na educação, em consonância com as determinações dos organismos multilaterais de financiamento.**

Assim, **a gestão das verbas públicas para o ensino superior foi integralmente reformulada, por meio da imposição, pelo governo federal, de novos parâmetros para o financiamento das IFES, sendo que poucos recursos “adicionais” a serem repassados passaram a ser condicionados, fundamentalmente, ao aumento da oferta de vagas nos cursos de graduação e à taxa de conclusão,** estendendo para o ensino superior a estratégia de racionalização de custos já implementadas na educação básica. Dessa forma, o governo condiciona as IFES a repensarem sua estrutura acadêmica, suas finalidades e seu desenho institucional.

Esse processo de expansão das Universidades Federais foi deflagrado pelo governo por meio do Decreto n. 6.096/2007 (REUNI) e está pautado na reestruturação da universidade, com **sérias implicações na qualidade do ensino e para o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação,** conforme já denunciado pelo ANDES-SN, por vários textos de análise, a partir da publicação do Decreto. **É importante ressaltar que a forma autoritária com que o governo tenta implementar essa política (via Decreto),** com algum sucesso até o presente, foi amplamente contestada pela comunidade universitária, **apesar de aprovada em reuniões dos Conselhos Superiores das IFES** (constituído em sua expressiva maioria por dirigentes ligados às reitorias). **A adesão das IFES ao REUNI deu-se por meio da assinatura de um Acordo de Metas (contrato de gestão) pelos reitores, o qual, na maioria das Universidades, continua inacessível à comunidade universitária.** (ANDES-SN Anexo 1 – Circular 076/2009).

O sindicato nacional dos docentes das instituições federais de ensino – ANDES-SN – que representa a maior parte dos docentes destas instituições já avaliava, em 2007, que o REUNI poderia ser uma ameaça à sobrevivência das IFES e uma forma de diminuição da autonomia destas instituições e que as metas de conclusão de curso de 90% e a relação aluno-professor de 18/1 poderia comprometer as universidades menores e com menos estrutura na pós-graduação.

Mas, analisa também que o REUNI é um programa que mantém a “lógica neoliberal, que indica a racionalização de gastos públicos na educação, em consonância com as determinações dos organismos multilaterais de financiamento” (ANDES, 2009 p.1), ou seja, assim como expressamos, há uma dimensão relacionada à ordem da política econômica

desenvolvida pelo governo e, em última instância, pelo Estado brasileiro, como política de Estado, de alinhamento as determinações de organismos internacionais de financiamento, como o Banco Mundial, ou de traçado ideológico-político (na formulação de políticas públicas para os países emergentes) como a OCDE.

A análise destes elementos e transformações da esfera pública se faz importante no sentido do entendimento do REUNI como um programa que se alinha a uma série de medidas, no campo das políticas públicas, e das políticas para a educação superior que já se desenvolvem no país desde o contexto da reforma do Estado no qual as instituições federais de ensino superior perderam seu caráter institucional de públicas estatais para se transformarem em “um tipo especial de entidade pública não-estatal, as organizações sociais” (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 23).

Esta primeira mudança que poderia parecer tão somente institucional ou administrativa é o início da transformação do sistema federal de ensino superior. A partir desta que se abrem as possibilidades para que as universidades passem a ser administradas aos moldes do modelo gerencial e encaminhem suas áreas de pesquisa e desenvolvimento para dar suporte à produção capitalista que se expandia no Brasil em meados de década de 1990.

A proposta de reforma do aparelho do Estado parte da existência de quatro setores dentro do Estado: (1) o núcleo estratégico do Estado, (2) as atividades exclusivas de Estado, **(3) os serviços não-exclusivos ou competitivos**, e (4) a produção de bens e serviços para o mercado. Finalmente, **no setor dos serviços não-exclusivos de Estado**, a propriedade deverá ser em princípio pública não-estatal. Não deve ser estatal porque não envolve o uso do poder-de-Estado. E não deve ser privada porque pressupõe transferências do Estado. Deve ser pública para justificar os subsídios recebidos do Estado. O fato de ser pública não-estatal, por sua vez, **implicará na necessidade da atividade ser controlada de forma mista pelo mercado e pelo Estado**.

Na União **os serviços não-exclusivos de Estado mais relevantes são as universidades, as escolas técnicas, os centros de pesquisa, os hospitais e os museus**. A reforma proposta é a de transformá-los em um **tipo especial de entidade não-estatal, as organizações sociais**. A ideia é transformá-los, voluntariamente, em “organizações sociais”, ou seja, em entidades que celebrem um contrato de gestão com o Poder Executivo e contem com autorização do parlamento para participar do orçamento público. (BRESSER-PEREIRA, 1996, p.18-23, grifos nossos).

Assim, o REUNI se alinha as transformações que lhe sucederam fechando e dando continuidade às medidas de mercantilização e subserviência ao capital privado, como

analisa Cunha (2007, p. 813), sobre o processo de transição do Brasil para o regime democrático no final da década de 1980, esta transição trouxe a retomada de processos de mercantilização e privatização de setores-chave da administração pública: “A transição para a democracia levou a uma inflexão na política de subsídios indiscriminados às instituições privadas de ensino”.

Observamos que o REUNI vem consolidar elementos que pontuamos acima e que se inserem dentro de um mesmo “projeto” de educação superior: em primeiro momento, o movimento mais genérico, foi em direção ao crescimento acelerado do setor privado nesta área com “subsídios indiscriminados às instituições privadas de ensino” (CUNHA, 2007, p. 813). Este elemento demonstra a tendência para a supremacia do setor privado de ensino superior no Brasil, como os números que apresentamos acima apontam.

Em segundo momento que as instituições públicas federais, por meio da atuação do MEC, com programas como o REUNI e as novas possibilidades que se apresentam com a nova conjuntura do Estado e da economia no Brasil, incorporam a maneira de gestão e administração das empresas. Nestes dois sentidos temos a mercantilização da esfera pública e das universidades federais.

Desta maneira que o ANDES-SN (2007) analisa e denuncia, como exposto abaixo, que estas medidas implantadas a partir do REUNI apresentam “metas pétreas” para a otimização dos recursos humanos das universidades, “privilegia as universidades com nível de pós-graduação já consolidado” e, que, portanto, apresentaria sérios riscos à integridade do sistema federal de ensino superior. O programa procura estabelecer a hierarquia para as universidades entre os “centros de excelência”, universidades mais ligadas à pesquisa e a pós-graduação, e universidades e institutos com o papel principal de centros de formação de mão de obra.

Chamamos a atenção para o fato de que esse Edital (MEC/SESU nº 08/2007- REUNI,) OFICIALIZA o método de cálculo dos indicadores de desempenho do REUNI (ou seja, as fórmulas para definir os valores numéricos para as **metas pétreas: 18 alunos por professor e 90% de taxa de conclusão média**), apresentado no documento 'Diretrizes Gerais', de agosto de 2007. **Esse método de cálculo: privilegia as universidades maiores com pós-graduação no nível de doutorado, consolidada; exige reposição imediata de aluno evadido;** e aponta para a necessidade de considerar a dupla diplomação de alguns estudantes para atingir 90% de taxa de conclusão.

Enfatizamos a necessidade urgente de todas as seções sindicais promoverem debates sobre os desdobramentos do Programa REUNI,

que ameaça a sobrevivência da universidade federal pública, gratuita e socialmente referenciada. (ANDES, Circular nº 282/07, grifos nossos).

Em 2008 em uma circular a respeito da implantação do programa a entidade denunciava práticas abusivas por parte do governo e dos dirigentes das universidades para a implantação do programa.

Em sua última reunião, realizada em Brasília-DF, nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2008, o GTPE (Grupo de Trabalho em Política Educacional) indicou a **constituição de um caderno-denúncia**, nos moldes dos dossiês sobre as fundações de apoio, **que aborde o processo de implantação do REUNI nas universidades federais.**

- o processo de elaboração e tramitação do REUNI na respectiva IFES;

- a composição do Colegiado Superior que aprovou terminativamente a proposta de adesão da IFES ao REUNI, bem como as condições em que ocorreu a deliberação;

- **a ocorrência de ações de repressão, de assédio moral e de tentativas de criminalização das manifestações contrárias à adesão ao REUNI;**

- a comparação entre as várias “versões” do REUNI em circulação nas unidades, da versão de entrada até aquela aprovada no Colegiado Superior, na medida das possibilidades da seção sindical e/ou de seu GTPE local, onde houver;

- **análise prospectiva sobre a qualidade da formação discente e sobre o desempenho das atividades docentes decorrentes da implementação da proposta de adesão da IFES ao REUNI**, nos mesmos moldes do item anterior. (ANDES, Circular Nº 041/08, grifos nossos).

Em 2009 as denúncias sobre as dificuldades e contradições acerca da implantação do REUNI continuam sem que o governo apresente uma resposta que fosse concreta sobre estas dificuldades, sendo que os problemas, principalmente, nos novos *campi* e novos cursos criados pelas instituições, vão aumentando na ânsia que algumas entidades e administrações apresentam em cumprir as metas e adquirir financiamento para a criação destes.

Assim, mesmo com todas estas dificuldades elencadas, as instituições vão implantando o programa. Ocorre a discussão e a denúncia pelo ANDES-SN sobre as condições de implantação do programa. Mas, não há uma organização política nas universidades, em suas administrações e nas reitorias que contestem concretamente o REUNI. Para estas esferas mais altas das administrações o REUNI é um programa inovador que trouxe o renascimento da universidade pública federal no Brasil. Tanto que a própria Associação

Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) se apresenta como uma das precursoras para o programa.

Em seu “Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)” de janeiro de 2010 a ANDIFES promulga em sua apresentação o slogan “O BRASIL e sua gente estão nas Universidades Federais”, em uma clara manifestação de apoio ao programa, diz o relatório:

Prezando pela transparência e pelo respeito à sociedade, a Andifes presta contas dos recursos destinados às universidades federais. Ao compilar os principais indicadores do crescimento propiciado pelo Reuni, este relatório torna públicos os evidentes sinais de que o sistema federal de Educação Superior brasileiro passa por um momento histórico de revitalização, estratégico para o desenvolvimento nacional e para o futuro do país. (ANDIFES, 2010 p. 5).

A ANDIFES é uma instituição claramente entusiasta do REUNI e alinhada à política do Governo. Mas, nas universidades e em seus departamentos a retórica do governo sobre a democratização, a expansão, a melhoria das condições de ensino, além das possibilidades de crescimento dos cursos e dos próprios departamentos, convenceu dentro de um contexto de poucas ou nenhuma outra chance de reformulação e expansão.

Ou seja, argumentamos que, na maior parte das instituições, em suas administrações e a maioria do corpo docente das universidades, pelo menos em primeira instância, acreditou que o REUNI traria possibilidades concretas de expansão e melhoria das universidades federais. Mas, conforme, continuava a denunciar o ANDES-SN as condições estruturais eram outras e as condições não apresentadas pelo Governo começavam a se materializar.

Encaminhamos o relatório da reunião do GTPE do ANDES-SN, realizada em Brasília-DF, nos dias 27 e 28 de março de 2009.

(...) **quanto à situação da implantação do REUNI na respectiva IFES**; a partir destes relatos podem ser destacados os seguintes aspectos da problemática:

✓ que **estão sendo encontrados problemas com o não cumprimento das metas propostas, no que diz respeito à contratação dos docentes aprovados nos concursos públicos**, nos últimos meses de 2008 e início de 2009;

✓ que o Acordo de Metas é um documento que traz informações quantitativas e gerais, não informando os cursos a serem criados, as áreas dos concursos, os turnos dos cursos e o devido **detalhamento do financiamento, que no total é insuficiente frente**

às **metas de expansão acordadas**. É uma síntese, estando o detalhamento no Plano de Expansão de cada IFES;

✓ que, em muitas IFES, obras começaram, mas estão paradas;

✓ que **as vagas de ingresso propostas não correspondem à realidade das construções e do espaço atual, tendo algumas IFES adiado o início das aulas do semestre 2009.1** por falta de espaço para ensino;

✓ que **algumas instituições iniciaram suas atividades contratando substitutos;**

✓ que estão querendo criar cursos de licenciatura nos IFETs e cursos de bacharelado e profissionais como turismo, museologia, licenciatura em ciências, curso de Educação Física na Universidade Rural etc;

✓ que, em algumas universidades, os editais estão chamando vagas para REUNI e para cursos regulares;

✓ que a maioria das contratações estão sendo destinadas a professores para as unidades avançadas, garantindo apenas o ensino na graduação, ao ser **proposta a contratação de professores sem, muitas vezes, a exigência de titulação, enquanto, para as capitais, a exigência por titulação e dedicação exclusiva prevalece;**

✓ que **está sendo implantado o REUNI da Pós-Graduação, com bolsas para mestrado e doutorado condicionadas à exigência de serem dadas aulas na graduação**, tendo, em algumas IFES, as Coordenações de Cursos recebido as bolsas sem solicitação/demanda;

✓ que as solicitações dos **Acordos de Metas foram feitas oficialmente às Reitorias, mas que, até o momento, nenhuma universidade presente à reunião os recebeu, tendo sido discutida a possibilidade de entrar com uma ação judicial ou denúncia junto ao Ministério Público**, nas IFES onde o pedido foi protocolado oficialmente;

✓ que surgiu a figura do professor “técnico equivalente”, sendo necessária a discussão dos cursos de tecnologia propostos;

✓ que estão sendo contratados funcionários para atender as demandas do REUNI, deixando outros setores totalmente descobertos;

✓ **que alguns cursos criados, especialmente em campi de cidades pequenas, não tiveram demandas condizentes e estão fechando e/ou aceitando alunos transferidos de outros cursos.** (ANDES, Circular N° 069/09).

As dificuldades e contradições são evidentes, enquanto que na apresentação do programa o governo fala em investimento maciço no sistema público federal de educação superior e no plano de expansão, a realidade, no plano concreto, na materialização da proposta, nos locais de implantação do programa, é de sérias complicações orçamentárias e de

denúncias de abusos e irresponsabilidades frente a educação superior que demanda seriedade e planejamento na execução da política educacional. A falta de planejamento e diálogo nas propostas que vieram do MEC, ausência de consulta à comunidade acadêmica, a implantação às avessas, materializam uma realidade na qual as universidades encontram sérias dificuldades em acompanhar e cumprir as demandas do MEC.

Duas tabelas elaboradas com dados do ANDES-SN, do MEC e da UFSCar em seu “Acordo de Metas REUNI” (MEC/UFSCar, 2008) evidenciam a intensificação do trabalho e a diminuição relativa dos recursos investidos nas IFES.

Tabela 6 – Acordo do REUNI: Pacto de Expansão em algumas IFES – Relação Matrículas/Docentes

IFES Universidade	Expansão Vagas (anual) 2008/2009	Expansão Docente (DDE) (anual) 2008/2009	Expansão Matrícula (em 5 anos) 2007/2012	Expansão Docente (DDE) (em 5 anos) 2007/2012
Rio Grande	35%	7,70%	78%	31%
Rio Grande do Norte	42%	5,50%	63%	22%
Juiz de Fora	14%	6,00%	71%	29%
Pelotas	18%	8,40%	82%	48%
Fluminense	66%	9,00%	101%	27%
Paraná	23%	9,40%	33%	15%
UFSCar	71%	10.72%	84%	40.51%

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 7 – Expansão prevista no Acordo REUNI em algumas IFES (Número de Matrículas e Número de Docentes).

IFES	Matrículas 2007	Matrículas 2012	Docentes (DDE) 2007	Docentes (DDE) 2012
Rio Grande	6.507	11.570	555,5	727,5
Rio Grande do Norte	20.231	33.029	1.571,60	1.915,60
Juiz de Fora	10.835	18.582	839,4	1.080,40
Pelotas	12.842	23.378	883,2	1.303,20
Fluminense	23.385	46.935	2.166,50	2.744,80
Paraná	20.885	27.806	1.709,00	1.962,70
UFSCar	7.041	12.995	751,61	1.056,61

Fonte: Elaboração própria.

A análise dos números das tabelas 6 e 7 mostram que há um esforço na implantação do REUNI nestas universidades, dadas como exemplo, de se aproximar daquela meta das Diretrizes Gerais do Programa REUNI de relação aluno-professor (RAP) de 18/1.

Na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) a relação alunos/docentes DDE (docentes em dedicação exclusiva) era em 2007 de 6.507/555,5, ou seja, de 11,71 alunos por docente e passou a 11.570/727,5, ou seja, 15,90 alunos por docente em 2012, segundo o plano de expansão. Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), esta mesma RAP, passou de 20.231/1.571,6, ou seja, de 12,87 em 2007 para 33.029/1.915,60, ou seja, 17,24 em 2012. Na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) esta RAP foi de 10.835/839,4, ou seja, 12,90 em 2007 para 18.582/1.080,40, ou seja, 17,19 em 2012. Na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) foi 12.842/883,20, ou seja, de 14,54 em 2007 para 23.378/1.303,20, ou seja, 17,93 em 2012. Na Universidade Federal Fluminense (UFF) esta RAP foi de 23.385/2.166,50, ou seja, 10,79 em 2007 para 46.935/2.744,80, ou seja, 17,09 alunos por docente em 2012. E, na Universidade Federal do Paraná (UFPR) a RAP passou de 20.885/1.709,00, ou seja, 12,22 para 27.806/1.962,70, ou seja, 14,16 alunos por docente.

Na UFSCar, nosso objeto de estudo, a RAP em 2007 era de 7.041/751,61 concretizando uma relação de 9,40 alunos por professor, a menor média dentre as universidades aqui consideradas. E esta relação em 2012 deveria se alterar, segundo o “Acordo de Metas” da UFSCar com o MEC, para 12.995 discentes para 1051,61 docentes (DDE), ou seja, uma RAP de 12,35. Mas, entre estes números é importante ressaltar que não estão descontados os docentes que trabalham também nas pós-graduações. Quando efetuamos este cálculo obtemos o que o MEC denomina de “Corpo Docente Ajustado” – docente de dedicação exclusiva (DDE) menos docente por integração na pós-graduação (DDE-DPG), assim, por exemplo, na UFSCar, e segundo as projeções do MEC, a RAP subiria de 14,56 em 2007 para 19,56 em 2012. Há um número de docentes que podem ser “descontados” por sua integração na pós-graduação, assim, para o cálculo da RAP, ao invés de considerarmos 751,51 docentes, consideramos, 483,73 em 2007 e a relação aluno-professor atinge, assim, sua meta.

Pelo fato da UFSCar ser um dos “centros de excelência” das universidades federais há uma maior compensação do número de professores equivalentes para esta universidade, já que a maior parte dos cursos oferece pós-graduação com notas elevadas na CAPES e, com isso, é aceitável para o MEC, uma relação aluno/professor menor. É notável a diferença que se estabelece entre as universidades.

A expansão planejada de matrículas na graduação nestas sete universidades, com exceção da UFPR, é de mais de sessenta por cento, enquanto que a expansão do número

de professores em nenhuma delas superou os cinquenta por cento. A menor expansão se deu na UFPR tanto em relação às matrículas quanto em relação aos professores. A maior expansão do número de alunos se deu na UFF com mais que o dobro do número de alunos entre 2007 e 2012 e expansão do número de professores da ordem de vinte e sete por cento, o que evidencia a suposta “otimização” do uso do corpo docente, tal como o discurso oficial busca legitimar, a intensificação do trabalho dos professores.

Sobre os números apresentados nas tabelas acima concluiu o documento do ANDES-SN que:

As promessas encaminhadas pelos reitores, tanto em relação ao aumento da carga didática média na graduação quanto ao aumento na “eficiência” quantitativa da instituição - medida pelo “output” de diplomas -, especialmente estando conjugadas, podem tornar-se problemáticas, já que consubstanciam as metas, acordadas desde a concepção do REUNI, de admitir, em médio prazo, nas IFES, uma razão média de 18 estudantes de graduação para cada docente e proporcionar uma razão de diplomação de 90%. Estas metas são incompatíveis com a qualidade da educação superior, segundo comparações internacionais. (ANDES-SN, circular N° 069/09, página 30).

O conjunto das condições estruturais da educação superior no Brasil e o contexto econômico no qual se inserem as transformações que aqui estamos elucidando, além do próprio programa REUNI e suas contradições inerentes à lógica de sua implantação, apresentados até este ponto, nos permite afirmar que a greve que se organizou nas universidades federais no ano de 2012 reflete estas condições que foram expostas. Em 2012 o programa REUNI chegava ao seu quinto e último ano de implantação desta forma, e como não se concretizaram as promessas de democratização do ensino superior, além de toda conjuntura adversa para a classe dos docentes, a greve se torna inevitável.

Mas, este movimento não foi apenas a consequência e fruto da objeção ao REUNI, como de certa forma, o Governo insinuou. Este programa e as suas condições tiveram papel de estopim. É demagógica a postura de acusar a greve de movimento anti-REUNI, pois, assim, as condições estruturais e econômicas que estão na face oculta do programa deixam de ser discutidas.

Para além dos aspectos mais imediatos da implantação do REUNI, muitos docentes e o ANDES-SN criticavam o projeto societário subjacente ao programa e as políticas públicas de modo geral. Ou seja, o desenvolvimento de um projeto diferente de universidade,

de acordo com as propostas desta entidade de classe docente, implicaria no desenvolvimento de um projeto societário diferente deste proposto e concretizado pelo Governo.

O mecanismo ideológico neste ponto se põe a favor de mascarar/encobrir a realidade concreta da implantação das políticas públicas para a educação superior no Brasil. Assim, é possível acusar os sindicatos docentes e procurar a legitimação necessária para a continuação do programa. Desta forma, o movimento grevista que durou quatro meses em 2012 não obteve êxito em evitar ou melhorar as condições das reformas da educação superior.

As condições estruturais e operacionais que levaram a esta derrota de parte da classe docente são, contudo, mais complexas do que aqui nos é possível analisar. Argumentamos que o contexto que se desenvolveu a partir de meados da década de 1990 no Brasil enfraqueceu as organizações sindicais por diversos motivos e estes estão intrinsicamente relacionados às novas formas de organização do trabalho do regime de acumulação flexível. Além do mais existem outras organizações sindicais que se alinham ao projeto societário desenvolvido pelo Governo e participam ativamente do mecanismo de informação e contra-informação que se desenvolve internamente aos movimentos sindicais e pela mídia de modo geral.

Outra instituição de classe ligada ao governo também desenvolveu seu balanço sobre o REUNI e a greve. Apesar das “críticas” escritas esta instituição teve papel central na derrota sofrida pelas instituições na greve de 2012, pois que se colocou como interlocutora com o governo, inclusive, assinando acordo para o encerramento da greve a partir de um novo plano de carreira docente proposto pelo governo, mas que não exprimia as principais reivindicações dos outros sindicatos dos docentes.

O PROIFES deixou claro que é favorável à expansão das vagas públicas nas universidades. **“Somos a favor do programa REUNI por essa razão, mas nossa posição sempre foi de apoio crítico. Publicamos, logo quando da apresentação da proposta, um conjunto de críticas construtivas objetivando o seu aperfeiçoamento. Ao mesmo tempo, é preciso que o governo reconheça as dificuldades existentes no processo de implantação e consolidação dessa expansão, procurando saná-las.** Há situações que têm que ser imediatamente resolvidas, pois há muitos campi novos, como, por exemplo, o de Sorocaba (UFSCar), que têm problemas sérios – dificuldades com falta de energia, inoperância da internet e poucas salas para professores, tornando críticas as atividades de docência, dentre outras”, disse o professor Gil Vicente. (PROIFES/FEDERAÇÃO, <http://proifes.org.br/comissao-de-mobilizacao-nacional-do-proifes-reune-se-com-a-andifes/>, 22/06/2012). Grifo nosso.

O PROIFES (Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior) é uma entidade de classe que representa o corpo docente de uma minoria das universidades federais do país, dentre elas, a UFSCar. Esta entidade também acompanhou o desenvolvimento do programa REUNI e teceu, quando de seu interesse, informações e relatórios sobre este. É notável que algumas análises sobre a política educacional do governo federal analisadas sob a ótica deste outro sindicato também evidenciem as condições de precarização e falta de planejamento na execução do programa. Mas, o intuito principal do PROIFES, com sua crítica, é o aperfeiçoamento do programa. Não questiona, portanto, o projeto societário subjacente à reconfiguração das universidades públicas federais.

No entanto, esta organização aponta onde o REUNI deveria ser mais atento. Um ponto essencial para as condições de trabalho docente nas IFES, que é o caráter da contratação deste corpo docente podendo evidenciar maior ou menor comprometimento do governo em estruturar de maneira adequada o pessoal das universidades, é um destes pontos.

Sobre a contratação de professores-substitutos, aqueles que não têm vínculo empregatício adequado com as instituições e são colocados em situação precária de trabalho (sem estabilidade) e não estão disponíveis para as universidades para pesquisa e extensão, mas, tão somente, para as atividades de ensino e, portanto, preenchem lacunas do corpo docente das IFES quando estas estão impossibilitadas de contratar em caráter efetivo, há o seguinte documento:

Preocupados com a **qualidade da implementação** do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (**REUNI**), o presidente do PROIFES, Gil Vicente Reis de Figueiredo, e o vice, Eduardo Rolim de Oliveira, estiveram no dia 25 de fevereiro de 2011 com o secretário de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa.

O principal ponto de pauta da reunião foi a medida provisória 525, que altera a lei de contratação em caráter temporário no serviço público federal (Lei 8.745).

Editada no último dia 14 de fevereiro, a MP chamou a atenção do PROIFES por aumentar o percentual do número total permitido para contratação de professores substitutos (de 10% para 20%), além de inserir na Lei 8.745, através da criação de um inciso X no caput do Art. 2º, uma nova forma de contratação temporária específica para a expansão das universidades federais, não necessariamente em substituição a nenhum docente ocupante de cargo efetivo.

“O professor contratado em caráter temporário não tem, via de regra, o mesmo compromisso com a Universidade que tem o professor efetivo. Além disso, muitas vezes é obrigado a dar uma carga horária pesada, excessiva mesmo, e por conta disso e do

regime de trabalho em que se dá a contratação, acaba não sendo priorizado o atendimento aos alunos como seria necessário para a manutenção e melhoria da qualidade do ensino. Por essa razão, a MP 525 e respectivos desdobramentos nos parecem extremamente preocupantes e potencialmente danosos”, disseram os representantes do PROIFES. Ainda segundo a entidade, **“É preciso recompor imediatamente o Banco de Professor Equivalente do Magistério Superior, para o que deveriam ser prontamente contratados cerca de 10.000 docentes efetivos.** Além disso, a demanda de ampliação de novas vagas efetivas, para além desse quantitativo, com expansão do Banco em questão, é de no mínimo mais 5.000 postos”. (PROIFES, <http://proifes.org.br/em-audiencia-com-o-proifes-secretario-da-sesu-diz-que-mp-525-e-%E2%80%9Cacao-emergencial%E2%80%9D/>, 10/03/2011).

Assim, o PROIFES deixa claro que não se opõe ao REUNI, mas apenas às questões operacionais de sua implantação, à “qualidade da implementação” do programa. O banco de professores-equivalentes, por exemplo, que deveria ser extinto de acordo com o ANDES-SN, para o PROIFES deve ser “revitalizado”. Assim, este sindicato participa do programa e declara um “apoio crítico”, ou seja, um eufemismo para sua situação.

O professor-pesquisador da UFSCar Gil Vicente, presidente da entidade PROIFES, faz algumas observações acerca da implantação do REUNI, em seu artigo intitulado *Educação Universal e de Qualidade: um Projeto para o Brasil*. Ele ressalta algumas contradições do programa, em primeiro lugar sobre os recursos destinados ao REUNI e sobre as vagas criadas no ensino superior nas últimas décadas como sendo em sua maioria em instituições privadas:

Assinala-se, por outra parte, **que os recursos novos aportados pelo REUNI, embora certamente significativos, não serão sequer suficientes para fazer com que seja possível ao país cumprir as metas contidas no PNE em vigor, que indica ‘prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos’** (LEI N° 10.172, item 4.3, inciso 1). Entretanto, é possível que até 2012, quando o REUNI, estará implantado em sua plenitude, seu impacto tenha levado a um início de reversão do quadro de ampliação do percentual de matrículas privadas, ora em curso. (FIGUEIREDO, 2010, página 33). Grifo nosso.

Estas três partes citadas acima, que foram extraídas dos documentos e do sítio da *internet* da própria página da entidade PROIFES, mostram a relativa preocupação com que esta entidade acompanha os desdobramentos do programa REUNI e as dificuldades consequentes para as universidades e para corpo de pessoal destas instituições em razão de

sua implantação. Três problemas específicos foram levantados. O primeiro acerca da infraestrutura deficitária (falta de energia, salas de professores insuficientes, dentre outros problemas). O segundo sobre a contratação de professores temporários. A precarização do trabalho docente levaria às universidades públicas federais a uma situação contraditória, pois que, como são centros de ensino, pesquisa e extensão, e os professores em caráter temporário ou substitutos não são docentes em dedicação exclusiva estes não podem desenvolver um trabalho concreto de pesquisa e extensão nestas instituições. O terceiro ponto levantado enfatiza que, com estes aportes financeiros direcionados a partir do REUNI às universidades federais, não será possível nem cumprir a meta atual do PNE 2011-2020 (Plano Nacional de Educação) de se colocar 30% dos jovens entre 18 a 24 anos no ensino superior. Com isso, mostra que, mesmo com o esforço propagandeado pelo Governo, o financiamento do ensino superior é insuficiente.

Tais críticas, ou apoio crítico, porém, mais se caracterizaram concretamente como apoio do que como crítico. Sob sua aparência questionadora, como apontamos o PROIFES foi fundamental para arrefecer as críticas mais efetivas do ANDES-SN e de grande parte do corpo docente das universidades federais.

Distintamente do PROIFES, alguns docentes pesquisadores de Política Educacional, dentre outros, e grupos de pesquisas como GT-11 da ANPED (Política de Educação Superior/Rede Universitas/BR), do qual fazemos parte e o ANDES-SN, cujo prisma de análise é o da Economia-Política consideravam que, nestas circunstâncias do REUNI, as universidades públicas federais se assemelhariam às instituições de ensino terciário, ou seja, comparáveis às instituições privadas que, tão somente, ministram aulas para o ensino de atividades profissionais e direcionadas basicamente à formação de mão-de-obra.

As questões de fundo não estariam, meramente, na infraestrutura limitada e no indesejável recurso à contratação de professores substitutos. E o terceiro ponto levantado não seria um erro de cálculo, mas a expressão concreta do efetivo projeto de universidade e sociedade do Governo no qual proclamar ações radicais está longe de representar objetivos reais. O que queremos argumentar é que há uma real vinculação do projeto governamental com uma renovada assunção do enfoque para o capital humano empregado, desta feita em prol do que alguns críticos denominam “educação terciária”.

[...] o referencial de que a **educação terciária** exerce influencia diretamente na **produtividade do país**, determinando sua **capacidade de competição no plano mundial**; o ideal de que o acesso a esse nível de ensino melhora as oportunidades de emprego e renda,

contribuindo para reduzir as desigualdades sociais; a compreensão de que a **diversificação das IES é fundamental para atender a interesses diversos**; a necessidade de ampliar a mobilidade de estudantes e incentivar o surgimento de IES, cursos e programas virtuais; o reconhecimento conjunto de cursos, títulos e transferência de créditos acadêmicos; a implementação de sistemas de avaliação, acreditação e de exames nacionais; **a melhoria da qualidade e da relevância da educação terciária**; o **fortalecimento da investigação, da ciência e da tecnologia articulada às prioridades do país**; o fomento de mecanismos de equidade (bolsas, crédito educativo); **a adoção de gestão mais profissional, gerencial e estratégica para o atingimento de metas**.

Todo esse **processo vem modificando a identidade histórica das universidades (...)**, uma vez que **elas vêm sendo cada vez mais constrangidas pelo Estado e pelo mercado a transitarem de um referencial mais acadêmico, em que a educação superior é vista como bem público e direito social, para um referencial economicista, baseado numa visão que acentua o pragmatismo, a competição e a privatização**. A materialização desse processo vem permitindo a construção de novas concepções de universidades e de finalidades sociais que passam a ser admitidas como necessárias, resultado de um ajustamento entendido como natural e inevitável no contexto atual. (FERREIRA, 2010 p.2 e 10, grifos nossos).

Assim, as universidades, como já foi exposto, passariam a atender a demanda por formação de mão-de-obra, necessidade vinda do mercado, e as áreas de ciência e tecnologia, nos centros de excelência que se formariam, estariam na base da busca por valorização da produção e os professores-pesquisadores entrariam com o trabalho intelectual neste processo “vendendo” sua força de trabalho.

Estas “diretrizes” acompanham as recomendações do Banco Mundial para a educação superior nos países emergentes. As universidades gozam de status privilegiado como instituições centrais para a inserção dos países emergentes no processo de mundialização do capital. Neste sentido a educação superior deve ter como intuito principal ser fornecedora de mão-de-obra para a produção já que estes países não devem se preocupar com a produção de tecnologia, mas tão somente com sua reprodução. Nos países centrais se concentram as preocupações com a produção tecnológica e científica de vanguarda mas, não menos ligada a esfera da produção.

A educação superior, como bem público, na perspectiva da cooperação e solidariedade internacional, bem como da produção e difusão do conhecimento sem limite de fronteiras, confronta-se com o referencial da educação superior como bem econômico, capaz de movimentar cifras monetárias significativas em âmbito mundial, visão

que gera a disputa por mercados em âmbito global entre universidades, grupos educacionais e empresas. **A mobilidade de professores, pesquisadores e alunos ganha uma dimensão mercadológica, tendo em vista atrair os “melhores cérebros” e a compra de serviços educacionais.** (FERREIRA, 2010 p.7, grifo nosso).

Segundo o Jornal Opção (edição 1927 de 10 a 16 de junho de 2012), publicação de Goiânia-GO, em reportagem sobre as Universidades Federais intitulada: “Expansão ignorou o professor”, o projeto REUNI como um todo significou a precarização das condições de trabalho do professor universitário e o número de professores frente à expansão do número de alunos é insuficiente para cobrir a expansão e a reestruturação das universidades (...) “isso porque o Reuni não considerou o passivo de professores, resultado da histórica expansão das universidades e nem levou em conta o número de aposentadorias, e as demissões de professores ocorridas no período anterior ao programa”.

“Os professores estão sendo obrigados a dar aulas em contêineres, fechados, sem janela, com ar-condicionado”, conta Kátia Lima. A situação pode ser comprovada na UFF em Rio das Ostras. Na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), no Rio Grande do Sul, os laboratórios de pesquisas foram montados dentro de banheiros e o material da pesquisa fica ao lado do vaso sanitário. A falta de estrutura leva as universidades a abrigarem em salas de aula, próprias para atender 40 alunos, cerca de 60, 70 até 80 estudantes. Mas essa improvisação é, no futuro, a meta do governo. As salas que vêm sendo construídas a partir do Reuni estão sendo preparadas para receber de 100 a 150 estudantes. “É uma situação de precarização que está chegando ao limite”, avalia a pesquisadora. A greve, segundo ela, aponta para essa situação limite que as universidades estão vivendo. (<http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/expansao-ignorou-o-professor>, acessado em 15/07/2013).

Semelhante análise dos programas de política educacional, e da conseqüente greve de junho de 2012, nos governos Lula da Sila e Dilma Rousseff, é elaborada pelo professor de Sociologia da Unicamp Dr. Ricardo Antunes em artigo publicado pela Folha de São Paulo. Para ele o programa REUNI levaria as universidades federais para um modelo de universidade pautado pelo “produtivismo (anti) acadêmico” onde ocorre a precarização das condições de trabalho. “Os salários são baixos. A carreira mal estruturada”. Ainda assim, o ingresso de muitos novos docentes neste sistema federal de educação superior teria uma conseqüência qualitativa interessante que é a não aceitação destas condições de trabalho, segundo o professor:

Mas o governo não contava que essa ampliação quantitativa tivesse fortes consequências qualitativas: a nova geração de jovens professores, doutores em sua grande maioria, parece não aceitar sem questionamentos esse lado perverso do Reuni, que quer assemelhar universidades públicas àquelas onde viceja o ProUni (universidades privadas).

Dando aulas muitas vezes em galpões, sem salas de professores (quando há, sem condições de pesquisar), os docentes, cujos adoecimentos e padecimentos, para não falar de mortes, não param de se ampliar, decretaram uma ampla e massiva greve nas federais. (<http://folha.com/no1132314> em 20/07/2013).

Seria esta mais uma contradição a ser observada no desenvolvimento do REUNI, os docentes ingressantes no sistema federal de educação superior não aceitam, de maneira passiva, as condições de infraestrutura, as condições precárias e/ou intensificadas de trabalho, as condições e as transformações pedagógicas que o MEC almeja e propõe, as formas de ingerência e a avaliação heterônoma (condições de avaliação e supervisão impostas às universidades e aos departamentos sem o devido debate na comunidade acadêmica), com isso se ressalta que se organizam internamente às instituições universitárias e nas entidades de associação de classe a resistência e o debate das reformas propostas pelo Governo e pelo MEC.

A categoria de jovens doutores, no entanto, não é homogênea, e nela se faz presente aqueles que já entram na universidade conforme e “naturalizadamente adaptados” às suas reconfigurações (GRAETZ, 2013; ATAYDE, 2013). Ou seja, em alguns *campi* interiorizados, que foram estabelecidos conforme as proposições e metas do Governo, e mesmo em alguns “centros de excelência”, como a UFSCar há docentes organizados na discussão desta situação causada pelo REUNI. E outros docentes “novatos” que se diferenciam desses últimos por se preocuparem, principalmente, com seus projetos de pesquisa e com os padrões CAPES/CNPQ de produtividade. Por exemplo, neste depoimento de um professor em início de carreira percebemos algumas destas questões.

Isso veio também do Reuni, ele mudou a cara da universidade também no corpo docente, antes do Reuni tínhamos seis professores e agora estamos com treze. Esses 13 são apenas cinco acima de quarenta e cinco anos. Ou seja, tem uma galera nova é uma geração docente muito diferente da anterior, por quê? Porque é uma geração que teve que fazer formação em pesquisa antes entrar na universidade, então todo mundo aqui entrou com *Pós-doc*. Entendeu? E a geração anterior que passou, pois que teve o *gap* Fernando Henrique e Paulo Renato, passou uma lacuna, só que a geração anterior foi uma geração que começou a dar aula primeiro, entrou na universidade pública e foi

fazendo a sua formação. Depois, aos poucos, e nunca se consolidou uma tradição de pesquisa muito forte. A gente não, a gente teve que ralar fazer uma carreira de pesquisada *strictu sensu* para entrar na universidade e virar docente, administrador, e pesquisador na universidade.

Eu acho que a geração nova tem muito menos compromisso institucional, é uma formação muito mais carreirista em sentido individualista, ou seja: fazer a minha carreira porque é isso que a gente aprendeu a fazer. A gente tinha que fazer o que? Mestrado, Doutorado, *Pós-doc* e mostrar que você é o cara, mostrar que você publica mostrar que circula, que tem nome, construiu nome, para depois estar na universidade. (Professor/a entrevistado/a 4).

Assim, em boa parte das universidades, principalmente nos polos centrais das universidades de ponta, como o *campus* de São Carlos da UFSCar, não se percebe, não se admite ou não se interessam pelas condições de implantação do programa. Há uma hierarquização entre as universidades “centros de excelência” e os polos de interiorização, de maneira que, estes últimos são desprivilegiados do processo econômico e do planejamento e discussão dos programas.

A greve evidenciou esta condição: na UFSCar *campus* São Carlos havia grande articulação contra e pelo fim da greve. E nos *campi* de Sorocaba e Araras o movimento grevista era mais intenso. O PROIFES, sindicato de representação docente da UFSCar, por meio de uma manobra política, encerrou a greve no *campus* São Carlos dividindo o movimento grevista na instituição. Em uma votação pela permanência ou encerramento da greve no cômputo geral da universidade votaram pela permanência. Mas, o PROIFES decidiu que o *campus* São Carlos iria encerrar a greve, pois neste polo haviam votado pelo seu encerramento. Assim, dividiram o movimento e a UFSCar – São Carlos reiniciou as aulas.

Há uma parte dos docentes (como exposto no depoimento do docente citado acima), instituições de classe, diretorias de centros e de universidades e a própria ANDIFES, cooptados pela condição e pela ideologia da “nova universidade” e pelo produtivismo acadêmico: (...) “a proeminência a cada dia maior do produtivismo acadêmico segue a lógica do mercado ou da transformação, no capitalismo atual, de todos os bens materiais e simbólicos em mercadoria, e das universidades e institutos de pesquisa em empresas ou corporações”. (SGUISSARDI, 2010, p.1) Assumem, assim, o papel de que a universidade deve aderir às condições de produtividade do “novo cenário da ciência e tecnologia” em um mundo pautado pela “competição” e pela “eficiência” no qual as universidades e o Brasil devem se comportar segundo esta lógica para se inserir de maneira efetiva no cenário de mundialização do capital.

2- O “Projeto UFSCar” e o REUNI

2.1 – A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Para iniciarmos a apresentação da UFSCar pensamos ser interessante colocar, em primeiro plano, o depoimento de um docente que faz parte da universidade e expôs de forma relevante como esta se caracteriza no cenário nacional das universidades federais. Inclusive, apresentado um termo interessante para se referir à história e a inserção da universidade, o termo “Projeto UFSCar”.

Na verdade eu acho que é mais um termo de um grupo político (“Projeto UFSCar”). Que é um grupo que está na administração há bastante tempo. É um projeto UFSCar que é o quê? Que é fazer uma universidade diferente daquilo que conhecemos no estado de São Paulo como boas universidades. Ou seja, você tem, sobretudo, a Universidade de São Paulo que tem índices de qualidade que são reconhecidos, mas que é uma universidade muito grande com uma burocracia muito forte. As relações são muito distantes. Eu vi colegas que dão aula na Universidade de São Paulo há dez anos e que nunca falaram com o reitor, com o pró-reitor, aqui não. Aqui agora mudou um pouco. Agora tem até pró-reitor adjunto, mas há cinco anos atrás, seis anos atrás se eu quisesse falar com o pró-reitor, eu subia as escadas e conversava com o pró-reitor sobre um problema específico de departamento. Aí tinha esta ideia de Projeto UFSCar e uma representação disso era o modo como a UFSCar era identificada entre as universidades públicas do estado de São Paulo, que era chamada de “pequena notável”. Uma universidade pequena, mas com bons índices de qualidade. Bons não. Excelentes índices de qualidade! Então a UFSCar ocupou esta posição durante um bom tempo. (Professor/a entrevistado/a 6).

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) ocupa, como universidade inserida no cenário nacional na produção de ciência e tecnologia, além da formação de profissionais e pesquisadores, um espaço estratégico na região na qual se insere. É a única universidade federal no interior do estado de São Paulo, além dos *campi* da UNIFESP, e compete diretamente com as instituições estaduais, que se apresentam como vanguarda no espaço brasileiro de produção ciência e tecnologia – a USP e a UNICAMP, principalmente.

No Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI), de 2004, se aponta que muitos dos objetivos atuais, como os de ensino, pesquisa e extensão, a formação qualificada, a integração com o complexo industrial avançado, entre outros, originaram-se em 1969, no

documento “Termos de Referência para o Projeto de Implantação da Universidade Federal de São Carlos”:

Independentemente das peculiaridades de seu início, muitas das características principais da Universidade hoje, bem como a definição de suas mais importantes linhas de trabalho, originaram-se naquela época (1968). Publicações do final da década de 60, em especial o documento “Termos de Referência para o Projeto de Implantação da Universidade Federal de São Carlos”, de 23 de junho de 1969, enfatizavam o papel que a **Universidade deveria exercer no campo científico-tecnológico, atuando de forma criadora ao responder à demanda social por uma tecnologia de ponta, autônoma, com o cunho da multidisciplinaridade.** Tal resposta poderia ser alcançada pelo **desenvolvimento da pesquisa**; pela oferta de cursos de extensão, ao **interagir com o complexo industrial avançado**; e pela formação de profissionais qualificados nos níveis de mestrado e doutorado. **Chegou-se a cogitar a implantação somente de cursos de pós-graduação.** A outra linha marcante nas diretrizes era a predisposição para atuar, de modo decisivo, na formação de professores dos ensinos Médio e Superior, principalmente na área de ciências básicas. (UFSCar/PDI, 2004 p. 4). Grifo nosso.

Desta maneira existe, ao menos no imaginário e em grande parte na prática, o que é corroborado pelas entrevistas que realizamos com os professores da universidade, um “Projeto UFSCar”. Este visa a consolidação da universidade como um centro de excelência, ou seja, esta instituição se coloca como uma das principais do Brasil em suas diversas áreas de atuação, ensino, pesquisa e extensão, e está voltada para o desenvolvimento do “Projeto UFSCar”.

A Universidade Federal de São Carlos tem conseguido aliar a busca da **alta qualificação e competência acadêmico-profissional com o exercício de importantes níveis de democratização, de crítica interna e social responsável e de comprometimento com o caráter essencialmente público da universidade,** tanto pela **origem estatal de seus recursos quanto pela destinação social de sua produção.** A consolidação desta Universidade decorre de um processo cumulativo que se desenvolve ao longo de várias gestões. Nele se constitui uma instituição capaz de implementar **procedimentos democráticos de decisão** e de buscar instrumentos sistemáticos para lidar, de forma qualificada, com suas decisões diárias e com a análise, proposição, acompanhamento e avaliação de suas ações. (UFSCar/PDI, 2004 p. 7). Grifo nosso.

Além de se ressaltar o reconhecimento da universidade, o PDI destaca a “considerável expansão” ocorrida desde 2005 em relação a vagas e cursos de graduação, EAD e pós-graduação:

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) é uma instituição pública de ensino superior, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) que, em pouco mais de 35 anos de existência, transformou-se numa das **mais reconhecidas instituições de Ensino Superior do Brasil e da América Latina**. Tendo iniciado suas atividades letivas em 1970, até a implantação do programa de expansão das Universidades Federais, em 2006, foi a universidade federal instalada no interior do Estado de São Paulo. Oferece ensino público, gratuito e de qualidade a mais de oito mil alunos de graduação e pós-graduação. **Nos últimos anos a UFSCar viveu uma considerável expansão.** Em relação ao número de estudantes, nos últimos dois anos as vagas oferecidas anualmente cresceram de 1130 para 1575 (435 vagas em novos cursos presenciais). Também foram implantados cinco cursos na modalidade de ensino a distância com um total de 1.850 vagas abertas entre 2007 e 2008. Com isso, hoje estão em funcionamento 37 cursos de graduação presenciais e cinco a distância. A pós-graduação também cresceu e, logo após comemorar seus 30 anos, possui 29 programas, com 30 cursos de mestrado e 20 de doutorado, com um total de 2200 alunos matriculados. (UFSCar/REUNI anexo 1, 2007 p.1)

Analizamos neste sentido que a instituição tem relevância nacional no desenvolvimento científico e tecnológico do país bem como na área de formação de professores e nas Ciências Humanas de maneira geral. Mas, também há a questão da propaganda que a universidade faz de si mesma criando, a partir de mecanismos ideológicos, a imagem de instituição democrática e inclusiva. A universidade é uma das que primeiro buscou as políticas de inclusão e ação afirmativa no quadro das universidades federais. É, sem dúvida, um ponto favorável, mas estes programas, assim como o REUNI, merecem ser relativizados em seus aspectos concretos. Ou seja, quais seriam as transformações obtidas, e o real alcance dos objetivos proclamados de democratização e inclusão?

Alguns dos professores entrevistados apresentaram discurso afinado à retórica da universidade inclusiva e de excelência, o que de certa forma, não favorece o aprofundamento de questionamentos que consideramos necessários em relação ao “Projeto UFSCar”. Estes são timidamente explicitados, prevalecendo a menção ao “projeto de excelência”.

Então nesse sentido eu avalio bem a UFSCar e eu acho também que ela conseguiu aliar isso (inclusão) a um **projeto de excelência**. (...) Então eu gosto da UFSCar, mas eu acho que tem muitos problemas para levar este projeto adiante. (Professor/a 1).

Agora, a gente está numa universidade que tem um papel importante, um papel importante inclusive na região. Ela se coloca em projetos de extensão apesar de ter gente que acha, é um discurso velado, que quem faz extensão é porque é fraco na pesquisa, onde os melhores não se destacam. Porque, na verdade, a universidade é um meio competitivo também, não é? (Professor/a 3).

Existe uma perspectiva de que esta instituição, além de ser uma universidade de excelência, também exiba uma perspectiva mais inclusiva, principalmente a partir das políticas de inclusão que se desenvolveram a partir da “Proposta de Programa de Ações Afirmativas para a UFSCar” de novembro de 2006; desde 2004, quando aprovou em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) as diretrizes para sua política de ações afirmativas corroborando com a hipótese de que esta universidade seguiria às políticas de ações afirmativas do Governo Federal, assim, se colocaram como diretrizes:

Desenvolver e apoiar ações que ampliem as oportunidades de acesso e permanência dos estudantes na Universidade e contribuam com o enfrentamento da exclusão social.

Buscar a garantia da permanência de estudantes sem condições financeiras na Universidade, através de políticas e infraestrutura que atendam a toda a demanda; respectivamente diretrizes 3.2.1 e 3.2.10.

A importância da educação pública inclusiva é reafirmada pela UFSCar e por todo o sistema de educação nacional, que discute as políticas de ação afirmativa e a definição dos mecanismos (incluindo o debate sobre cotas) a serem utilizados para sua implantação. (UFSCar/PDI, 2004 p. 29).

Sem entrar ainda no mérito mais específico da questão, colocamos que a UFSCar, no Estado de São Paulo, cumpre, anteriormente às outras universidades públicas do Estado, e de modo mais engajado, as políticas de inclusão, senão das classes mais desfavorecidas da sociedade, de parte desta que se encontrava com dificuldades de acesso ao ensino superior. Ressalta-se, de qualquer modo, que estas políticas de inclusão, assim como as políticas de expansão da universidade exibem contradições inerentes ao seu próprio plano de ação, da própria cultura da universidade e da sociedade de modo geral.

Assim, estes programas apresentam uma série de limitações, questionamentos insuficientes por parte dos docentes que aderem ao discurso oficial, assim como resistências dos próprios professores e estudantes, planejamento incompleto e estruturado “à toque de caixa” e, até mesmo, elitismo inserido na ética universitária. Desta maneira, e pelo alcance insuficiente de suas ações, não se constituem como políticas de democratização do ensino superior no Brasil que teriam possibilidade de transformação do *status quo* e da realidade social do país.

Em uma das entrevistas, cujo discurso era, predominantemente, entusiástico da “diversidade” que teria sido praticada pela expansão da UFSCar, os problemas desta foram atribuídos a um “elitismo arraigado” sem que os determinantes econômicos e políticos do “Projeto UFSCar” fossem devidamente considerados:

Classes, raças, gênero, de deficiência física, de etnia e de tudo, porque eu acho que essas duas coisas marcaram muito a minha experiência docente mas também política porque eu vinha de uma universidade branca e de elite, eu vinha de um colégio de elite, no colegial, embora eu não viesse de uma formação básica de elite, um colégio muito elitizado e elitizante, e depois eu vim de duas universidades de ponta que são inteiramente brancas. Sendo assim, quando eu entrei na UFSCar, a primeira vez, e vi gente de todas as cores, para mim foi espantoso e olha que vim de estudos de movimento popular. E até hoje eu estava conversando e chegou uma menina que está vivendo isso, vivendo a falta de habituação ao mundo elitista da universidade aqui dentro, ou seja, alguém que tem uma formação do interior da Bahia e caiu aqui com outros professores que não tem condição e de discutir até que ela estude tudo isso que está faltando para ela estudar ou até que ela aprenda a falar certo. Isso está aqui dentro ainda.
(Professor/a entrevistado/a 4).

Ou seja, são muitos os desafios até que haja uma concreta interação entre pessoas de classes sociais distintas e de regiões díspares do Brasil, até que as condições acadêmicas e pedagógicas sirvam para um e para outro propósito, ou seja, para a formação e solidificação de um centro de excelência e produção de tecnologia e instrumento de diminuição das desigualdades sociais, étnicas e regionais do Brasil. Podemos colocar como complemento que, enquanto há uma expansão do número de vagas e maiores possibilidades de manutenção de estudantes de classes sociais menos favorecidas na universidade, há também, o elitismo e o produtivismo acadêmico que afastam boa parcela da população jovem da universidade. E, como aprofundaremos no último capítulo, há determinantes políticos e

econômicos da expansão da UFSCar que se divorciam do que é proclamado do discurso oficial, ao qual muitos professores e alunos aderem.

Para finalizarmos esta apresentação preliminar da UFSCar apresentamos os princípios elencados em seu Plano de Desenvolvimento Institucional de 2004 que mostra como a universidade quer ser vista e a busca por uma imagem de instituição de “excelência, democrática e inclusiva”. É interessante destacar os termos utilizados na corroboração de seus princípios: “razão de ser da Instituição, seus valores, sua missão” e “bases consensualmente compartilhadas”. A necessidade de autoafirmação é evidente.

*Princípios expressam a razão de ser da Instituição, seus valores, sua missão. Nos dez Princípios apresentados a seguir, a Universidade expõe suas **bases consensualmente compartilhadas**, seus compromissos fundamentais.*

- **Excelência acadêmica**
- Universidade compromissada com a sociedade
- Gratuidade do ensino público de graduação e pós-graduação stricto sensu
- Indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão
- Livre acesso ao conhecimento
- Universidade promotora de valores democráticos e da cidadania
- **Gestão democrática, participativa e transparente**
- Universidade ambientalmente responsável e sustentável
- Valorização da dedicação integral ao ensino, pesquisa e extensão
- Integração da Universidade no sistema nacional de ensino (UFSCar/PDI anexo 1, 2004 p.1).

É válido ressaltar que pelas mudanças que as universidades veem passando a partir do REUNI e pelas mudanças das próprias perspectivas do papel das universidades no cenário mundial e brasileiro e para se adaptar as necessidades do mercado e ao novo cenário do desenvolvimento científico e tecnológico, que deve estar mais relacionado e voltado à esfera da produção, a UFSCar está “atualizando” seu PDI, segundo a universidade:

O processo de atualização do PDI foi desencadeado a partir da constatação de que, frente ao crescimento e às profundas transformações pelas quais passou a UFSCar nos últimos anos – **especialmente a partir de 2009, com o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais)** –, parte das diretrizes aprovadas em 2004 estavam superadas e, também, havia temas ausentes ou pouco explorados no plano original. (<http://www.pdi.ufscar.br/>, acessado em 16/11/2013).

Um dos temas pouco explorados, segundo nossa compreensão, é o da relação mais estreita da universidade com o “complexo industrial avançado”, a partir de nosso entendimento, reside aí, e não na democratização e/ou inclusão, o guia mestre da expansão da UFSCar. Notadamente aceito nas áreas exatas e tecnológicas da universidade – “áreas duras”, como aponta a dissertação que analisa o discurso de docentes das Engenharias (ATAYDE, 2013), nas Ciências Sociais, de modo geral, como procuraremos explicitar, a adesão, mais ou menos explícita, ao que reveste os objetivos reais da expansão (leia-se reconfiguração da universidade pública às diretrizes dos interesses privados), tende a ser interpretada, senão idealizada, como transformadora.

2.2 – O REUNI na UFSCar

O início da discussão sobre a implantação do programa REUNI na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) se deu logo após a promulgação do Decreto número 6.096, de 24 de abril de 2007, que é exatamente o decreto que deu início e instituiu o programa e suas diretrizes gerais.

Em 11 de julho de 2007, em reunião do Conselho Universitário (CONSUNI) da UFSCar, o Ato Administrativo da Presidência número 931 estabeleceu uma comissão, nominada “Comissão REUNI”, para a discussão deste programa na universidade e para a elaboração de estudos sobre a carga horária docente, a partir das propostas do programa e suas consequências.

O Presidente do Conselho Universitário da Universidade Federal de São Carlos, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da UFSCar e considerando a deliberação do colegiado em 163^a reunião ordinária, realizada em 29/06/2007, resolve:

- 1) Constituir uma comissão com o objetivo de organizar uma discussão no âmbito da UFSCar sobre os temas “Projeto Universidade Nova” e “REUNI”, bem como elaborar estudos a respeito da “carga horária mínima de aulas (graduação e pós-graduação) a ser ministrada pelos docentes da UFSCar”, para embasar a discussão do colegiado em sua próxima reunião prevista para 31/08/2007.
- 2) A comissão será constituída pelos seguintes membros:
 - Prof. Dr. Paulo Antônio Silvani Caetano, CCET, Presidente;
 - Prof. Dr. Pedro Manoel Galetti Jr., CCBS;
 - Prof. Dr. Arthur Autran Franco de Sá Neto, CECH;
 - Profa. Dra. Maria Bernadete Silva de Campos, CCA;
 - Prof. Dr. Antônio Fernando Gouvêa da Silva, *Campus* Sorocaba;

- Aluno a ser indicado
(BRASIL/UFSCar/CONSUNI, Ato Administrativo da Presidência nº 931, 11/07/2007).

Assim, estava constituída a “Comissão REUNI” e a elaboração da proposta REUNI/ UFSCar estava em andamento. Há de se notar que esta comissão instituída em meados do ano de 2007, em julho, deveria, já na próxima reunião de colegiado da UFSCar, dia 31/08/2007, ter elaborado um estudo sobre as consequências no trabalho docente na UFSCar, com a instituição do REUNI, dentre outras consequências possíveis e as questões de financiamento que seriam impostas a partir da adesão ao programa.

O documento “Proposta de adesão ao programa REUNI em 2008 apresentada no conselho universitário com perspectiva de custo docente de R\$55.489,99/ano”, é um documento do sítio UFSCar/REUNI na *internet* que aparece sem data e sem timbre oficial da instituição. Pela disposição pela qual aparece, deve ter sido formulado entre julho e setembro de 2007 pela Comissão REUNI (que assina o documento no final) e apresentado ao CONSUNI entre setembro e outubro do mesmo ano. Em suas disposições, ao longo de sete páginas, podem se visualizar as diretrizes da implantação do REUNI na UFSCar.

O documento se inicia pela apresentação do decreto que instituiu o REUNI e suas diretrizes ressaltando que a adesão ao programa é voluntário e não preconiza a adoção de um modelo único, mas que deve contemplar uma expansão mínima da universidade, em termos de graduação, de 20%. Observa que, para a UFSCar, a relação aluno-professor (RAP) de 18/1, aquela planejada pelo MEC, se daria com uma carga horária docente de quatro disciplinas por ano para turmas de 45 alunos, no mínimo. Observa-se que esta carga horária mínima não considera a pós-graduação na qual cada docente, ou a maior parte dele/as, nesta instituição, também ministra aulas e pratica orientações.

Ou seja, o documento prega a autonomia quando esclarece que a “adesão é voluntária por parte da instituição e não preconiza a adoção de um modelo único”, mas já traz as diretrizes gerais do programa e preconiza a expansão mínima de 20% das vagas na graduação. Desta maneira, prega autonomia, mas impõe diretrizes.

É relevante ressaltar que analisamos que a aceitação de praticamente todas as universidades federais ao REUNI está embasada no fato de que este programa era a única possibilidade de expansão que se apresentou às universidades pelo Governo. Além de ser a adesão elemento condicionante para a expansão, consideramos haver, por parte da ANDIFES,

PROIFES e professores de diferentes áreas, das Engenharias às Ciências Humanas, ainda que com discursos distintos, um apoio às políticas educacionais aos moldes do lulismo¹.

E um agravante a esta situação é procurar medir quais seriam as consequências políticas e para o planejamento a longo prazo destas instituições se não aderissem ao programa. Assim, a adesão era “voluntária”, mas a não aceitação poderia acarretar consequências sérias ao planejamento das instituições.

Mais além, podemos ressaltar que as administrações das universidades, as Reitorias, por exemplo, são ligadas diretamente ao Governo e ao MEC, portanto a oposição à implantação do programa se tornaria uma tarefa política das mais complexas. Em última instância, grande parte da comunidade acadêmica foi seduzida, senão compartilhou, com as propostas do Governo e a possibilidade de crescimento dos departamentos e dos cursos pareceu um alento em um contexto de dificuldades. Mais se interessaram em quantas novas vagas docentes para cada departamento que haveria do que em uma análise mais profunda das medidas.

Aqueles que buscaram as críticas mais efetivas ao programa, denotando seus aspectos econômicos e políticos, foram “rotulados” ou de participarem da direita retrógrada ou da esquerda atrasada. Assim seguiu-se com o programa e com seus cronogramas. Abaixo mostramos a elaboração da expansão e das verbas que poderiam ser disponibilizadas ao programa.

A presente proposta foi elaborada a partir das possibilidades de expansão da graduação apresentadas pela comunidade da UFSCar, tendo como ponto de partida a adequação destas possibilidades aos valores máximos e aos valores referência do REUNI para gastos com custeio. (BRASIL/UFSCar 2008, p. 1).

¹ O lulismo caracteriza-se inicialmente por uma hegemonia de pequena política e nela não houvera o período revolucionário, apenas o consentimento passivo do capital para que os supostos representantes do capital governem em seu nome. [...] O entendimento sobre o lulismo não é uma empresa fácil, pois na condição de objeto está ainda em movimento e, segundo os brilhantes intelectuais que estudam o movimento político, além de faltar densidade histórica, nos faltariam instrumentos teóricos que somente seriam produzidos considerando a história do país e a especificidade do capitalismo brasileiro. (SILVA JUNIOR, Blog Grupo de Pesquisa Economia Política da Educação e Formação Humana: www.joaodosreis.pro.br).

Tabela 8 – Valores Disponíveis para Gastos com Custeio – REUNI/UFSCar

2008	R\$ 1.905.874,34
2009	R\$ 6.485.765,72
2010	R\$ 11.850.133,59
2011	R\$ 17.977.710,75
2012	R\$ 24.815.806,04

Fonte: Brasil/UFSCar 2008 , página 2.

Tabela 9 – Valores Referência/Ano para Gastos com Custeio – RENE/UFSCar

Bolsas de Assistência Estudantil	R\$ 3.000,00
Bolsas de Mestrado	R\$ 11.280,00
Bolsas de Doutorado	R\$ 16.728,00
Bolsas de Pós-Doutorado	R\$ 39.600,00
Bolsas de Professor Visitante	R\$ 39.600,00
Professores DE=1.55	R\$ 55.489,99
Servidores de Nível Intermediário	R\$ 15.905,62
Servidores de Nível Superior	R\$ 18.982,32
Unidades Básicas de Custeio – UBC	R\$ 1.074,95

Fonte: Brasil/UFSCar 2008, página 2.

Observa o documento que elabora a proposta REUNI/UFSCar que os gastos com custeio, estes apresentados nas tabelas acima, são cumulativos, ou seja, este financiamento se repetirá nos anos seguintes com o intuito de dar continuidade ao projeto e garantir a expansão planejada na elaboração da proposta. Para esta expansão coloca a proposta REUNI/UFSCar que seria necessário:

- Contratação de 40 servidores nível superior, 20 em 2009 e 20 em 2010;
- Contratação de 70 servidores nível intermediário, 35 em 2009 e 35 em 2010;
- Contratação de docentes em dedicação exclusiva a partir de 2009;

- Previsão de 1510 UBC em 2008, 380 UBC em 2009, 760 UBC em 2010, 1140 UBC em 2011 e 1520 UBC em 2012; observamos que esta previsão de gastos com UBC (custeio básico, incluindo assistência estudantil) foi sugerida pela Pró-Reitoria de Administração;
- **Previsão de 100 bolsas de mestrado a partir de 2011 para viabilizar a prática docente, na graduação, de alunos regularmente matriculados em programas de pós-graduação** da UFSCar; estes recursos serão direcionados para um Programa de Prática Docente a ser criado na Pró-Reitoria de Graduação, com previsão de oferecer 25 auxílios em 2008, 50 auxílios em 2009, 75 auxílios em 2010 e 100 auxílios a partir de 2011; (Brasil/UFSCar 2008, página 2). Grifo nosso.

Está destacado que nas verbas de custeio está prevista a concessão de bolsas de estudo de mestrado para que estes alunos de pós-graduação possam ministrar aulas na graduação, dentro do Programa de Prática Docente, o que pode levar ao menor compromisso de docentes com a graduação, em uma situação de intensificação do trabalho em todos os níveis da universidade.

As instituições de ensino superior são “convidadas” não só a se adaptar às novas composições trabalhistas, como também ajustar seu produto às exigências mais recentes do capital. Assim, o cotidiano da universidade e a conformação das atividades docentes se vêem duplamente atingidos pela organização produtiva emergente: por um lado, o docente é configurado enquanto trabalhador de um sistema produtivo-industrial, imerso numa nova organização do trabalho (...) onde sua eficiência e produtividade são objetivadas em índices; por outro lado, o professor é produtor das mercadorias “força de trabalho competente” e “tecnologia e conhecimento científico”, fundamentais na dinâmica do novo funcionamento sócio-produtivo. (MANCEBO, 2007 p. 77).

Neste sentido e nestas novas configurações do trabalho docente nas universidades públicas aprofundadas, mas não inauguradas, pelo programa REUNI, há até certa complacência, quando não incentivo, para que docentes que estejam envolvidos em outras “esferas produtivas” das universidades deixem o nível da graduação e se dediquem mais à pesquisa e às pós-graduações.

Não é a toa que no documento de implantação do REUNI na UFSCar estejam previstas “100 bolsas de mestrado a partir de 2011 para viabilizar a prática docente, na graduação, de alunos regularmente matriculados em programas de pós-graduação”.

Não é incomum que professores, em situações de carga horária de trabalho

excessiva, comprometidos com a graduação, pesquisa, extensão e projetos com empresas ligadas à universidade, além das tarefas burocrático-administrativas do cargo, deixem parte do conteúdo a ser ministrado nas matérias da graduação para seus alunos/orientandos da pós-graduação ministrar. É uma forma de compensação ao trabalho excessivo, mas que desvaloriza a formação dos alunos na graduação.

No contexto do REUNI, com trabalho intensificado e extensificado, com mais e maiores exigências do Governo e das agências de financiamento de pesquisas, estas práticas aparecem mais rotineiramente. E nos parece que esta situação pode comprometer a “qualidade” dos cursos tão almejada na elaboração do programa.

Esta demanda por pesquisa e desenvolvimento associada à esfera da produção e ao processo de mundialização do capital está comprometendo a formação dos alunos de graduação, na medida que, afasta docentes da sala de aula. Observamos que, principalmente mas não exclusivamente, nas áreas mais ligadas ao desenvolvimento de pesquisas associadas à produção tecnológica e à produção, as chamadas “Ciências Duras”, na UFSCar são mais afetadas e condicionadas com o problema exposto acima.

De acordo com a verba de custeio incrementada a partir da implantação do REUNI na UFSCar e o possível aumento da UBC (Unidade Básica de Custeio) sobraria um saldo para a contratação de docentes de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 10 – Valores de Saldo das Verbas de Custeio para a Contratação de Docentes Adjuntos em Dedicção Exclusiva (DDE) a partir do aumento da UBC.

ANO	SALDO	ADJUNTOS DE
2009	R\$ 4.530.791,12	81
2010	R\$ 8.222.149,39	67
2011	R\$ 13.659.280,55	98
2012	R\$ 20.088.894,84	116

Fonte: Brasil/UFSCar 2008, p. 3.

Com a implantação do plano de expansão e a contratação de novos docentes adjuntos em dedicação exclusiva e o incremento das verbas de custeio a Comissão REUNI/UFSCar planejava as seguintes possibilidades de reestruturação e expansão da universidade:

Tabela 11 – Proposta de novas vagas em cursos estabelecidos na UFSCar

	CURSOS JÁ EXISTENTES	Período	Vagas Atuais	Novas Vagas
CCA	Biotecnologia	D	25	5
CCBS	Medicina	D	40	10
CCBS	Terapia Ocupacional	D	30	10
CCET	Engenharia Civil	D	50	30
CCET	Engenharia de Materiais	D	60	20
CCET	Engenharia Física	D	30	10
CCET	Engenharia Química	D	60	20
CCET	Estatística	D	30	15
CCET	Matemática	D	30	10
CCET	Matemática	N	30	10
CCET	Química	D	50	10
CCET	Química	N	20	10
CECH	Biblioteconomia e Ciência da Informação	N	40	8
CECH	Ciências Sociais	D	50	40
CECH	Filosofia	N	30	6
CECH	Imagem e Som	N	40	4
CECH	Música	D	20	4
CECH	Pedagogia	D	50	-5
UFSCar	Expansão em todos os cursos	-	-	217

Fonte: Elaboração própria, segundo dados da UFSCar, 2008.

Esta expansão sugerida para alguns cursos já existentes na UFSCar e a reestruturação de outros, como a Pedagogia, que teria a diminuição inicial de cinco vagas para a criação de um curso novo noturno com mais 45 vagas, e o curso de Ciências Sociais, que incrementaria em 80% o número de vagas na graduação, mas passaria a se estruturar em duas turmas, representando um acréscimo de 13,5% em relação às vagas ofertadas no vestibular de 2008 para toda universidade.

Para atender esta demanda a Comissão REUNI/UFSCar calculava que seria necessário incrementar 1 docente (DDE) para cada 90 novas inscrições em disciplinas oferecidas pelos departamentos de cada curso que iria passar por esta expansão. Assim, se determinou a contratação de 47 novos docentes de acordo com as tabelas abaixo:

Tabela 12 – Demanda Docente para a Expansão em Cursos já Estabelecidos na UFSCar

	DEPARTAMENTO	DDE (demanda interna)	2009	2010	2011	2012
CCBS	DTO (de 30 para 40)	1 (1)	1	0	0	0
CCET	DC	1 (0)	1	0	0	0
CCET	DEMa (de 60 para 80)	3 (3)	0	1	2	0
CCET	DQ (de 70 para 90)	4 (2)	2	1	1	0
CCET	DM (de 60 para 80)	8 (3)	3	3	2	0
CCET	DF (de 30 para 40)	4 (1)	2	1	1	0
CCET	DEQ (de 60 para 80)	4 (4)	0	2	2	0
CCET	DEP	1 (0)	0	1	0	0
CCET	DECiv (de 50 para 80)	7 (7)	2	2	3	0
CCET	DEs (de 30 para 45)	3 (2)	1	1	1	0
CECH	DCSo (de 50 para 90)	7 (7)	2	3	2	0
CECH	DFMC	1 (0)	1	0	0	0
CECH	DAC (de 60 para 68)	1 (1)	1	0	0	0
CECH	DL	1 (0)	1	0	0	0
CECH	DCI (de 40 para 48)	1 (1)	1	0	0	0
	TOTALIZAÇÃO	47 (32)	18	15	14	0

Fonte: Brasil/UFSCar 2008, página 4.

Tabela 13 – Cursos Novos e Demanda Docente – Proposta REUNI/UFSCar

	CURSOS NOVOS	Período	Turno	Vagas	Docentes	2009	2010	2011	2012
CCA	Agroecologia – Bacharelado	D	4	40	12	4	2	5	1
CCA	Lic. QUI-FI-BIO	N	4	120	26	9	7	9	1
CCBS	Gestão e Análise Ambiental	D	4	40	10	3	3	4	0
CCBS	Gestão em Gerontologia	D	4	40	15	4	5	6	0
CCBS	Biotecnologia – Bacharelado	D	4	40	8	2	3	3	0
CCET	Licenciatura em Física	N	5	30	13	4	3	6	0
CCET	Engenharia Elétrica	D	5	90	24	5	5	12	2
CCET	Engenharia Mecânica	D	5	90	24	5	5	12	2
CECH	Pedagogia	N	4	45	12	4	3	4	1
CECH	Linguística – Bacharelado	N	4	40	6	3	2	1	0
CECH	Lic. Educação Inclusiva	D	4	40	9	3	2	3	1
CCTS	Administração	N	4	60	7	2	2	3	0
CCTS	Pedagogia	N	4	60	7	4	1	2	0
CCTS	Lic. FI-QUI-MAT-BIO	N	4	100	26	8	7	10	1
CCTS	Licenciatura em Geografia	N	4	60	9	3	2	4	0
	TOTALIZAÇÃO			895	208	63	52	84	9

Fonte: Elaboração própria, segundo dados da UFSCar 2008.

Curso	Cidade	2006 D	2006 N	2007 D	2007 N	2008 D	2008 N	2009 D	2009 N	2010 D	2010 N
Enfermagem	São Carlos	30	0	30	0	30	0	30	0	30	0
Engenharia Civil	São Carlos	50	0	50	0	50	0	80	0	80	0
Engenharia de Computação	São Carlos	30	0	30	0	30	0	30	0	30	0
Engenharia de Materiais	São Carlos	60	0	60	0	60	0	80	0	80	0
Engenharia de Produção	São Carlos	100	0	100	0	100	0	100	0	100	0
Engenharia Elétrica*	São Carlos	0	0	0	0	0	0	45	0	45	0
Engenharia Física	São Carlos	30	0	30	0	30	0	40	0	40	0
Engenharia Mecânica*	São Carlos	0	0	0	0	0	0	45	0	45	0
Engenharia Química	São Carlos	60	0	60	0	60	0	80	0	80	0
Estatística	São Carlos	30	0	30	0	30	0	45	0	45	0
Filosofia	São Carlos	0	0	0	30	0	30	0	36	0	36
Física - Licenciatura Plena*	São Carlos	0	0	0	0	0	0	0	30	0	30
Física - Licenciatura Plena e Bacharelado	São Carlos	50	0	50	0	50	0	50	0	50	0
Fisioterapia	São Carlos	40	0	40	0	40	0	40	0	40	0
Gerontologia*	São Carlos	0	0	0	0	0	0	40	0	40	0
Gestão e Análise Ambiental*	São Carlos	0	0	0	0	0	0	40	0	40	0
Imagem e Som - Bacharelado (Produção Audiovisual)	São Carlos	0	40	0	40	0	40	0	44	0	44
Letras - Licenciatura Plena	São Carlos	0	40	0	40	0	40	0	40	0	40
Linguística – Bacharelado*	São Carlos	0	0	0	0	0	0	40	0	40	0
Matemática - Bacharelado e Licenciatura	São Carlos	0	30	0	30	0	30	0	40	0	40
Matemática - Bacharelado e Licenciatura Plena	São Carlos	30	0	30	0	30	0	40	0	40	0
Medicina	São Carlos	40	0	40	0	40	0	40	0	40	0
Música - Licenciatura Plena (Educação Musical)	São Carlos	20	0	20	0	20	0	24	0	24	0
Pedagogia - Licenciatura Plena	São Carlos	50	0	50	0	50	0	45	0	45	0
Pedagogia - Licenciatura Plena*	São Carlos	0	0	0	0	0	0	0	45	0	45
Psicologia	São Carlos	40	0	40	0	40	0	40	0	40	0

Curso	Cidade	2006 D	2006 N	2007 D	2007 N	2008 D	2008 N	2009 D	2009 N	2010 D	2010 N
Química - Bacharelado	São Carlos	50	0	50	0	50	0	60	0	60	0
Química - Licenciatura Plena	São Carlos	0	20	0	20	0	20	0	30	0	30
Terapia Ocupacional	São Carlos	30	0	30	0	30	0	40	0	40	0
Agroecologia*	Araras	0	0	0	0	0	0	30	0	30	0
Biotecnologia - Bacharelado	Araras	25	0	25	0	25	0	0	0	0	0
Ciências Biológicas - Licenciatura Plena*	Araras	0	0	0	0	0	0	50	40	50	40
Engenharia Agrônômica	Araras	50	0	50	0	50	0	0	0	0	0
Física - Licenciatura Plena*	Araras	0	0	0	0	0	0	0	40	0	40
Química - Licenciatura Plena*	Araras	0	0	0	0	0	0	0	40	0	40
Administração*	Sorocaba	0	0	0	0	0	0	60	60	60	60
Ciência da Computação	Sorocaba	0	0	0	0	60	0	40	0	40	0
Ciências Biológicas - Bacharelado	Sorocaba	40	0	40	0	40	0	40	0	40	0
Ciências Biológicas - Licenciatura Plena	Sorocaba	40	0	40	0	40	0	0	0	0	0
Ciências Biológicas - Licenciatura Plena*	Sorocaba	0	0	0	0	0	0	60	25	60	25
Ciências Econômicas	Sorocaba	0	0	0	0	60	0	60	0	60	0
Engenharia de Produção	Sorocaba	60	0	60	0	60	0	40	0	40	0
Engenharia Florestal	Sorocaba	0	0	40	0	40	0	0	0	0	0
Física - Licenciatura Plena*	Sorocaba	0	0	0	0	0	0	0	25	0	25
Geografia - Licenciatura Plena*	Sorocaba	0	0	0	0	0	0	0	60	0	60
Matemática – Licenciatura*	Sorocaba	0	0	0	0	0	0	0	25	0	25
Pedagogia - Licenciatura Plena*	Sorocaba	0	0	0	0	0	0	0	60	0	60
Química - Licenciatura Plena*	Sorocaba	0	0	0	0	0	0	0	25	0	25
Turismo – Bacharelado	Sorocaba	40	0	40	0	40	0	40	0	40	0
Total de vagas oferecidas por Ano/Turno		1135	240	1175	270	1295	270	1794	783	1794	783
Total geral das vagas oferecidas (por ano)			2006		2007		2008		2009		2010
			1375		1455		1565		2577		2577
Cursos Existentes	57										

Fonte: Elaboração própria, segundo dados da UFSCar 2008. Grifo nosso.

A partir da Tabela 14 se pode inferir que a expansão 2006-2010, em todos os *campi* da UFSCar, em todos os cursos existentes e aqueles criados a partir do REUNI, significou um aumento de, aproximadamente, 87% das vagas em relação ao ano de 2006. Ou seja, houve um incremento significativo das vagas em graduação presencial na UFSCar. Este incremento se concentrou na virada 2008-2009, justamente, quando da implantação do programa.

Dos 21 novos cursos, considerando cada licenciatura criada em Química, Física, Matemática e Biologia, como um curso novo, 13 são cursos noturnos e representam 515 das 895 vagas novas na UFSCar, ou seja, 57,54% das vagas criadas na graduação presencial, nestes cinco anos considerados. Para esta expansão total de 1202 vagas na graduação seriam acrescentadas, até 2012, 255 vagas docentes em dedicação exclusiva na instituição. Assim, a relação aluno/professor na universidade aumentou, consideravelmente, entre os anos 2006-2010, de acordo com a UFSCar/REUNI, em 2007 esta RAP era de 14,57 e em 2010 era de 23,81.

Porém, neste ponto há uma consideração importante: poucos destes cursos onde ocorreu esta expansão, além dos cursos novos instituídos com o programa REUNI na UFSCar, conseguiram manter a evasão abaixo dos 10%. Assim, a RAP para o período pode ser inferior ao apresentado. Mas, a própria Pró-Reitoria de Graduação assume que não há condições administrativas de apresentar estes números.

São dois pontos cruciais. Em primeiro momento, não há consenso entre as instituições e o MEC de como calcular “evasão”. Em segundo momento, o trânsito de discentes pela UFSCar é muito intenso e, dificilmente, há uma estatística que avalie o número real de alunos por turma e por curso na universidade.

Portanto, estas considerações nos levam a outro cenário importante: com o programa REUNI a evasão, medida que deveria ser uma das metas principais do programa, ao invés de diminuir aumenta com o programa. As propostas acadêmicas que deveriam ser implantadas para a diminuição do problema ou não forma ou não surtiram efeito. Os programas de permanência de assistência estudantil ficaram abaixo do esperado. As dificuldades pedagógicas dos alunos não foram trabalhadas. Esta é mais umas das características da face oculta do REUNI, o nível de evasão aumenta e não diminui a partir do programa. Segundo depoimento da própria administração da universidade não há uma maneira específica definida para se calcular “evasão”, mas as listas de ingresso e vagas de transferência para a universidade “rodam” e muito. Segundo o que colocaram docentes e funcionários técnicos-administrativos do curso de Ciências Sociais, neste curso a média de

alunos que frequentam efetivamente o curso está entre 75% e 80%. Para administração da universidade o problema do cálculo de evasão se circunscreve pelo seguinte:

E aí tem o compromisso lá que a gente assinou de ter essa taxa de conclusão de noventa por cento e dezoito pros professores... No RAP de dezoito para um.

Para a gente ter a taxa de evasão por curso ou por instituição... A não ser que eu tivesse umas duas pessoas para trabalhar com isso aqui.

A gente poderia pegar um relatório por curso... Assim pelo curso de Ciências Sociais... De pegar a situação de todos os ingressantes de... Vamos supor de dois mil até agora e verificar a situação dele [do curso].

Uns oitocentos e dez alunos. São uns mil alunos... Você tem que pensar nessa situação... Por que tem ingressantes, tem refugiados e tem aquelas transferências. O que talvez fosse mais interessante fazer é pegar de dois mil e seis pra cá. Dois mil e seis um número também sem muita lógica. Quer dizer... Com alguma lógica. Que [a partir de] dois mil e seis você pegaria quatro anos, seis anos, seis, sete, oito...

E depois dessa outra parte nessa situação... É... Acontece o seguinte. Esse relatório não é complicado de [eu] pegar. Poderia pegar isso daí. Mas daí vem naquela nossa sistemática. Quanto que é eu posso passar disso para você? Se eu tivesse alguém ou alguma coisa que me resumisse esses dados e me passasse estes dados resumidos, era uma coisa. Para eu poder fazer isso, mesmo que eu tire os nomes dos estudantes, em mando o RA, certo? E aí tem alguma... ética envolvida. (Professor/a entrevistado/a 5).

Segundo um dos depoimentos de nossa pesquisa, de docente que ocupava cargo administrativo na Pró-reitoria, observamos que não há uma metodologia para se calcular a taxa de evasão na UFSCar. Há uma taxa média de conclusão de curso, mas não há consenso no MEC de como seria o procedimento para calcular esta taxa de evasão. Portanto, o Governo e o MEC escreveram e divulgaram o programa sem ter definido ao certo como se calcula e como se mede umas das principais diretrizes traçadas por estas mesmas instituições.

De acordo com os apresentados abaixo na tabela 15, retirados do sitio da UFSCar/REUNI, houve o provimento de 139 técnicos administrativos de 2009 a 2012 das 189 vagas autorizadas na UFSCar e, no caso dos docentes, das 305 vagas autorizadas, que seriam aquelas 255 colocadas na “Proposta de Adesão ao Programa REUNI” de 2008, mais 50 docentes do banco de professores equivalentes, apenas 148 vagas (pouco menos da metade prevista) tinham sido providas no início de 2013.

Tabela 15 – Contratação de Técnicos Administrativos e Docentes 2009-2012 na UFSCar

		2009		2010		2011		2012		TOTALS		
		Vagas autorizadas	Provisões realizados	Vagas autorizadas	Provisões realizados	Vagas autorizadas	Provisões realizados	Vagas autorizadas	Provisões realizados	Vagas autorizadas	Provisões realizados	
Técnicos Administrativos (TA's)	São Carlos	NM	17	17	20	20	0	0	35	9	72	46
		NS	12	12	17	17	0	0	23	11	52	40
		Total	29	29	37	37	0	0	58	20	124	86
Sorocaba		NM	11	11	11	11	0	0	8	1	30	23
		NS	3	3	2	2	0	0	5	4	10	9
		Total	14	14	13	13	0	0	13	5	40	32
Araras		NM	8	8	4	4	0	0	6	3	18	15
		NS	4	4	1	1	0	0	2	1	7	6
		Total	12	12	5	5	0	0	8	4	25	21
TOTAL NM			36	36	35	35	0	0	49	13	120	84
TOTAL NS			19	19	20	20	0	0	30	16	69	55
TOTAL TA's			55	55	55	55	0	0	79	29	189	139
DOCENTES												
São Carlos			51	51	46	46	65	0	34	0	196	97
Sorocaba			17	17	12	12	19	0	18	0	66	29
Araras			13	13	9	9	14	0	7	0	43	22
TOTAL DOCENTE			81	81	67	67	98	0	59	0	305	148
TOTAL GERAL			136	136	122	122	98	0	138	29	494	287

Fonte: Elaboração própria, segundo dados da UFSCar. Grifo nosso.

Em relação ao banco de professores equivalentes explicitamos o Decreto Presidencial N 7.485 de 18 de maio de 2011 que o promulgou:

Dispõe sobre a constituição de banco de professor-equivalente das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação e regulamenta a admissão de professor substituto, de que trata o inciso IV do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

Art. 1º Fica constituído, em cada universidade federal vinculada ao Ministério da Educação, como instrumento de gestão de pessoal, banco de professor-equivalente, nos termos do Anexo.

Art. 2º O banco de professor-equivalente corresponde à soma dos professores de 3º Grau, efetivos, visitantes e substitutos, lotados em cada universidade federal, expressa na unidade professor-equivalente.

No anexo:

UFSCar	Fundação Universidade Federal de São Carlos	1.637,60
---------------	---	----------

Brasil, 2011. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7485.htm). Acessado em 04/12/2013.

Segundo o entrevistado que participava da administração da universidade temos a seguinte situação decorrente dos cálculos de docentes equivalentes e de docentes que participam também das pós-graduações:

[...] Encontra na Internet. Nos documentos do REUNI tem... Essa situação. Aí o que é que você faz? Total de docentes equivalentes divididos por um e cinquenta e cinco que é docente em dedicação exclusiva. Porque o governo fez uma mágica agora para deixar fixo o número de docentes equivalentes que a universidade pode ter. Então se fez lá uma conta de um tempo histórico, alguma coisa, e diz assim, você tem a universidade que tem mil e oitocentos, mil e novecentos docentes equivalentes que pode ter, ou mil e quinhentos, não sei, docentes equivalentes que podem ter. Aí a gente conta docente equivalente que não são cabeças, é um número.

Então o que é que acontece? Cada docente com dedicação exclusiva conta um e cinquenta e cinco. Desde que não estoure os docentes equivalentes que você tem... Esse número também... Quase mágico que ele situa. Aí você tem uma dedução da pós-graduação, que é uma fórmula que é feita colocando o número de alunos de mestrado mais o número de alunos de doutorado vezes o fator de avaliação do curso... A nota do curso da Capes. Então quer dizer... Quanto maior a nota da Capes, maior essa dedução que você pode ter, tá? Aí tem um limitador aí para essa dedução de uma situação e de outra colocada aqui. Aqui são duas fórmulas porque tem uma... Se a universidade é maior, é mais bem avaliada na pós ou não, essa avaliação então pode ser mudada, aí então o que é que você vai fazer? O número de matrículas que você tem dividido pelo número de professores que você tem. Não mais docentes equivalentes, mas o número de professores que você tem. Feita pela transformação. Só que no denominador você tira uma parcela devido à pós-graduação. Então o que é que acontece? Você diminui o denominador. Você aumenta o valor da fração nessa situação. Então esse aí é um outro indicador do REUNI também. Que você tem. Uma outra meta que você tem. (Professor/a entrevistada 5)

Assim, constatamos que pelo esforço feito pela universidade de expansão das vagas em cursos presenciais não ocorreu, em sua totalidade, a contrapartida da expansão no número de técnicos administrativos e da expansão do corpo docente da UFSCar. Portanto, a única possibilidade, neste contexto descrito, é a intensificação e a extensificação do trabalho na universidade.

Neste sentido se aprimora o “instrumento de gestão de pessoal” no intuito do

governo de flexibilizar as possibilidades de contratação de docentes para o cumprimento de tarefas diferenciadas em cada universidade e polos interiorizados de cada instituição. Ou seja, como enfatizou a docente entrevistada: as universidades com mais estrutura podem contratar mais docentes em DE para suprir suas necessidades na pós-graduação e na pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Mas, aquelas universidades menores e com menos possibilidades de pesquisa e desenvolvimento contratariam mais docentes no regime de 20 horas ou quarenta horas para trabalhar mais na graduação. Observamos um contexto de flexibilização do trabalho docente e a hierarquização das instituições, segundo uma lógica de administração gerencial e atrelada as possibilidades do regime de acumulação flexível, segundo Lima.

Para viabilizar esta política, as Portarias Interministeriais números 22 e 24/07 (Brasil, MEC/MPOG, 2007) representam as primeiras medidas efetivas de implementação do Decreto Presidencial, constituindo, em cada Universidade, “um instrumento de gestão administrativa de pessoal”: o banco de professores-equivalentes. O “banco” está sendo operacionalizado dando-se a cada docente em exercício em 31/12/06 um peso diferenciado, segundo o seu regime de trabalho. Na medida em que o REUNI objetiva a expansão do ensino de graduação, fica evidente que ações do governo estimulam as universidades federais à contratação de professores em regime de trabalho de 20 horas para o trabalho em sala de aula, esvaziando o sentido do regime de trabalho em dedicação exclusiva, base de realização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A adesão das universidades federais ao REUNI implica diretamente dois níveis de precarização: a da formação profissional e do trabalho docente. A precarização da formação ocorre através do atendimento de um maior número de alunos por turma, da criação de cursos de curta duração e/ou ciclos (básico e profissionalizante), representando uma formação aligeirada e desvinculada da pesquisa. Considerando a necessidade do cumprimento das metas de “expansão” indicadas no decreto, através do aumento do número de turmas, de cursos e da relação professor-aluno em sala de aula da graduação, a dinâmica de contratação de professores nas universidades está pautada no “banco de professores equivalentes”, precarizando ainda mais as condições de trabalho docente. (LIMA, 2011 p.4-5).

O documento oficial que estabelece o REUNI na UFSCar é de 14 de abril do ano de 2008, chega do Ministério da Educação/SESu e é denominado “Termo de Acordo de Metas” e coloca as seguintes condições:

Acordo de Metas nº 12, que entre si celebram a União, representada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior,

e a Universidade Federal de São Carlos, para os fins que especifica o Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo o Plano de Reestruturação e Expansão, composto pelo projeto de reestruturação da **Universidade Federal de São Carlos**, apresentado através do Formulário de Apresentação de Propostas, disponibilizado, pela SESu eletronicamente, com as seguintes metas:

- elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento;
- e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início da assinatura deste termo.

CLAÚSULA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

I- DO MEC/SESU:

1. **custear** as despesas com a execução do presente instrumento;
2. **acompanhar, supervisionar e fiscalizar** a execução deste Acordo de Metas;
3. **exercer a função gerencial fiscalizadora** dentro do prazo regulamentar de execução/prestação de contas deste instrumento de Acordo de Metas, ficando assegurado a seus representantes o poder discricionário de reorientar ações e de acatar, ou não, justificativas com relação às disfunções porventura havidas na execução;

II- DA UNIVERSIDADE:

- 1- **executar** o Plano, conforme aprovado pelo MEC/SESU (...) e buscando **alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade**;
- 2- utilizar os recursos (...), exclusivamente, na execução de seu objeto;
- 3- **cumprir integralmente as obrigações pactuadas** neste instrumento;
- 4- **restituir eventuais saldos dos recursos** (...) e os de rendimentos decorrentes de aplicações no mercado financeiro para o objeto deste;
- 5- (...) realizar concurso público para o provimento de pessoal;
- 6- **encaminhar** (...) os documentos necessários para a liberação de recursos;
- 7- **encaminhar** os dados para a Plataforma PingIfes;
- 8- **restituir ao MEC/SESU o saldo eventualmente existente na data de encerramento**, denúncia ou rescisão do Acordo;
- 9- **permitir o livre acesso e as inspeções cabíveis** aos bens e serviços adquiridos com recursos do Acordo de Metas;
- 10- **assegurar** a adequada manutenção e conservação das obras (...) **responsabilizando-se por eventuais danos**;
- 11- **fornecer todas as informações que o MEC/SESU solicite** sobre o Plano, sua situação financeira e documentos de licitação, quando houver, nos prazos previamente estabelecidos.

(Brasil/MEC/SESU, Acordo de Metas UFSCar/REUNI, 03/2008, grifos nossos).

Assim, entendemos que o plano de reestruturação e expansão proposto pelo MEC e pactuado com cada uma das universidades presentes neste programa e pela UFSCar, em particular, foi um programa desenvolvido com uma fiscalização intensa do MEC. No documento oficial, em várias partes, se enfatiza a necessidade de cumprimento total das metas e da vinculação do repasse de verbas a este cumprimento. Além desta exigência e do caráter

fiscalizatório do MEC/SESu enfatizado no documento, a qualquer momento a universidade deve ceder documentos e se abrir às inspeções do Ministério da Educação. Deve, também, devolver o saldo restante, se houver, da verba não utilizada com o REUNI, inclusive, aquela provinda de investimentos financeiros da própria instituição (feitos com a verba REUNI).

Enfatizamos que, com estes instrumentos, o Governo “amarra” as universidades e, em específico, a UFSCar ao cumprimento de suas metas. Vejamos que, como exposto acima, não havia espaço ou disposição política para o enfrentamento, para a oposição ao programa, assim como não há dispositivos das universidades para se precaver do “acordo leonino” que firmaram com o MEC. Em linguagem popular seria um “ou vai ou racha”.

Tabela 16 – Acordo de Metas da UFSCar com o MEC a partir do REUNI

Indicadores			2007	2008	2009	2010	2011	2012	2017
	Número de cursos	Total	35	37	57	57	58	58	58
		Noturno	8	8	21	21	22	22	22
	Vagas Anuais	Total	1455	1555	2557	2557	2717	2717	2717
		Noturno	270	270	823	823	873	873	873
Graduação	Matrículas Projetadas	Total	7041,6	7545,2	12771	12771	12995	12995	12995
		Noturno	1196,8	1196,8	3704,6	3704,6	3928,6	3929	3929
	Alunos Diplomados	Total	941	1004	1143	1231	1423	2151	2458
		Noturno	170	206	211	243	253	718	793
	Taxa de Conclusão Graduação (TCG)		0,85	0,91	1,01	1,09	1,03	1,49	0,91
	Número de Cursos	Mestrado	22	30	32	33	33	33	33
		Doutorado	16	19	22	23	23	26	25
Pós-Graduação	Matrículas	Mestrado	1250	1417	1535	1796	1898	1954	2178
		Doutorado	1011	1051	1137	1232	1327	1451	1815
Número de Docentes Equivalentes			1165	1165	1290	1394	1546	1637	1637
Número de Docentes Equivalentes (DDE)			751	751	932	899	997	1056	1056
Dedução por Integração à Pós-graduação (DPG)			267	302	335	303	373	392	499
Corpo Docente Ajustado (DDE-CPG)			483	449	497	536	623	664	557
Relação de Alunos por Professor (RAP)			14,56	16,89	25,7	23,81	20,83	19,56	23,31

Fonte: Elaboração própria, segundo dados do MEC/UFSCar 2008.

A tabela acima expõe as exigências e expectativas que o MEC estabelece com a implantação do REUNI na UFSCar. Segundo este plano de metas, assinado pelo MEC e pela UFSCar, o número de cursos deve ir de 35 para 58 em cinco anos, a expansão das matrículas, em números absolutos, deve ser de 1.262 vagas em cinco anos, as matrículas projetadas irão de 7.041 para 12.995, no mesmo período considerado; o número de alunos diplomados deve ir de 941, em 2007, para 2.151 em 2012, e 2.458 em 2017, e a taxa de conclusão de graduação deve ir de 0,85, em 2007, para 1,49, em 2012, e 0,91, em 2017. A relação aluno-professor que em 2007 era de 14,56 alunos por professor deveria atingir 25,7, em 2009, 19,56, em 2012 e 23,31, em 2017.

A pós-graduação que, em primeira instância, não está contemplada no projeto REUNI, também, deve cumprir metas com a implantação do projeto na UFSCar. O número de programas de mestrado deve ir de 22, em 2007, para 33, em 2012 e programas de doutorado de 16 para 26, respectivamente. O número de matrículas no mestrado deve ir de 1.250 para 1.954, em cinco anos, e o número de matrículas no doutorado deve ir de 1.011 para 1.451, no período considerado 2007-2012.

Estes números e estas expectativas demonstram que o MEC percebe o projeto REUNI na UFSCar como uma possibilidade de grande transformação, em termos numéricos e, em até certo ponto, em termos acadêmicos, da universidade. O que constatamos na realidade é que há um esforço para otimizar a estrutura física e humana da mesma, a busca pelo uso “eficiente” e “eficaz” dos recursos empenhados na universidade. Mas, a infraestrutura, tanto física quanto humana, não foi capaz de acompanhar o plano de expansão almejado pelo Governo.

A tabela abaixo retirada do sítio da UFSCar/REUNI mostra que até 2012 havia uma diferença substancial entre o montante acordado entre a UFSCar e o MEC para implantação do REUNI na UFSCar, principalmente, em relação às verbas de investimento, de 2008 a 2012 esta diferença chegou a um total de R\$ 19.000.006,97, para menos.

Tabela 17 – Planilha de recursos pactuados com o MEC – UFSCar/REUNI

REUNI - QUADRO SÍNTESE DE ORÇAMENTO								
UFSCAR - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS								
Orçamento		2008	2009	2010	2011	2012	Total	
Custeio	Pessoal	Professores Equivalentes	0,00	4.494.689,19	8.212.518,52	13.650.537,54	16.924.446,95	43.282.192,20
		Servidores de Nível Superior	0,00	379.646,40	759.292,80	759.292,80	1.328.762,40	3.226.994,40
		Servidores de Nível Intermediário	0,00	556.696,70	1.113.393,40	1.113.393,40	1.908.674,40	4.692.157,90
		Total	0,00	5.431.032,29	10.085.204,72	15.523.223,74	20.161.883,75	51.201.344,50
	Bolsa	Assistência Estudantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Mestrado	0,00	394.800,00	564.000,00	846.000,00	1.240.800,00	3.045.600,00
		Doutorado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Pós-Doutorado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Professor Visitante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Total	0,00	394.800,00	564.000,00	846.000,00	1.240.800,00	3.045.600,00
	Unidades Básicas de Custeio		1.905.864,85	659.933,30	1.200.923,39	1.608.479,93	3.413.116,74	8.788.318,21
	Total Projetado		1.905.864,85	6.485.765,59	11.850.128,11	17.977.703,67	24.815.800,49	63.035.262,71
	Créditos Autorizados		1.905.874,34	6.485.765,72	11.850.133,59	17.977.710,75	24.815.806,04	63.035.290,44
	Diferenças		9,49	0,13	5,48	7,08	5,55	27,73
Investimento	Edificações	5.612.552,00	5.309.460,00	5.143.000,00	2.587.500,00	0,00	18.652.512,00	
	Infra-Estrutura	547.000,00	809.000,00	906.470,00	263.010,00	0,00	2.525.480,00	
	Equipamentos	392.448,00	330.540,00	284.530,00	107.490,00	0,00	1.115.008,00	
	Total Projetado	6.552.000,00	6.449.000,00	6.334.000,00	2.958.000,00	0,00	22.293.000,00	
	Créditos Autorizados	3.292.933,97	0,00		0,00	0,00	3.292.933,97	
	Diferenças	-3.259.066,03	-6.449.000,00	-6.334.000,00	-2.958.000,00	0,00	-19.000.066,03	

Fonte: http://www2.ufscar.br/interface_frames/index.php?link=http://www.reuni.ufscar.br, acessado em 17/05/2013.

As verbas de custeio, aquelas que envolvem despesas com pessoal, bolsas de estudo e assistência estudantil, além das unidades básicas de custeio, apresentavam uma diferença para mais de 27,73% ao longo dos cinco anos.

De toda maneira há que se ressaltar que em relação ao todo das verbas da UFSCar o projeto REUNI não apresenta uma diferença substancial. Em 2008 o orçamento executado pela UFSCar entre pessoal, custeio e capital foi de R\$ 213.561.086,54 (vide Anexo F, p.162).

O total de verbas REUNI autorizadas, de acordo com a tabela acima, foi de R\$ 66.328.224,41, ao longo dos cinco anos de implantação do programa. Ou seja, o montante total envolvido com o projeto UFSCar/REUNI ao longo de cinco anos equivale a 31,05% do orçamento executado pela universidade no ano de 2008. Se todo o montante projetado no Acordo de Metas de 2008, que era de R\$ 22.293.000,00 para investimento e de R\$ 25.687.810,98 para custeio/pessoal, fosse executado, o que não está bem claro pelos orçamentos apresentados, já que estão disponíveis no sitio da UFSCar somente as planilhas até o ano de 2010, este montante de R\$ 47.980.810,98 equivaleria a 15,07% do orçamento executado pela UFSCar no ano de 2010, que foi de R\$ 318.367.241,30. Segundo a tabela abaixo:

Tabela 18 – Orçamento executado pela UFSCar no ano de 2010.

ORÇAMENTO EXECUTADO PELA UFSCAR, EM REAIS, NO ANO DE 2010			
		2010	%
PESSOAL (RTN)	TOTAL	237.831.364,12	74,70
	Ativo	154.709.173,16	48,59
	Inativo	39.736.349,14	12,48
	Professor Substituto	3.823.228,00	1,20
	Pensionista	5.085.562,46	1,60
	Obrigações Patronais	32.753.116,48	10,29
	Sentenças Judiciais: Ativos/Inativos/Pensionistas	1.723.934,88	0,54
CUSTEIO	TOTAL	61.368.876,13	19,28
	RECURSOS DO TESOIRO/EMENDA/SOROCABA	31.807.927,49	9,99
	BENEFÍCIOS	13.412.800,97	4,21
	PASEP (RECURSOS DO TESOIRO)	1.541.587,00	0,48
	RECURSOS PRÓPRIOS	3.607.518,88	1,13
	RECURSOS BOLSAS ESTUDO E TAXAS ACADEMICAS/PROAP	2.616.795,45	0,82
	RECURSOS DE CONVÊNIOS/DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO	8.382.246,34	2,63
CAPITAL	TOTAL	19.167.001,05	6,02
	RECURSOS DO TESOIRO/EMENDAS/SOROCABA	14.760.861,29	4,64
	RECURSOS PRÓPRIOS	363.159,66	0,11
	RECURSOS DE CONVÊNIOS / DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO	4.042.980,10	1,27
TOTAL	GERAL	318.367.241,30	100,00

Fonte: <http://www.proad.ufscar.br/menu-lateral/orcamento/orcamentos-1/2008-2011/2010/demostrativo2010>, acessado em 31/07/2013.

O documento que estabeleceu a Comissão REUNI na UFSCar (já citado acima) data de 11 de julho de 2007 e previa a organização na universidade da discussão sobre a implantação do REUNI e sobre o “Projeto Universidade Nova”. No Parecer nº 402 do Conselho Universitário da UFSCar se apresenta a seguinte deliberação:

O Conselho Universitário da Universidade Federal de São Carlos, reunido extraordinariamente em **sessões realizadas nos dias 19 e 25/10/2007, após ampla discussão sobre o assunto em tela, DELIBEROU**

1. Aprovar a participação da UFSCar no Programa de Apoio de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.
2. Aprovar a anexa proposta elaborada pela Comissão designada pelo ConsUNi, construída a partir das contribuições da comunidade acadêmica, através de deliberação dos Conselhos de Centro/Campus, as quais foram sistematizadas e organizadas com base nas diretrizes discutidas nas reuniões abertas ocorridas durante o processo de elaboração da proposta.

Da formação da Comissão REUNI em 11/07/2007 até a reunião do ConsUni que aprovou a participação da UFSCar no programa se passaram, aproximadamente, cem dias; e a “Apresentação de Propostas” encaminhada ao MEC/SESu pela UFSCar contendo todo o plano e prazos para a implantação do programa na mesma data de 30/10/2007.

Ou seja, não houve tempo hábil para “uma ampla discussão” sobre o programa na UFSCar. Este teve de ser enviado no final de outubro de 2007 para que, no começo do ano letivo de 2008, houvesse possibilidade para o início de sua implantação, já que na “Apresentação das Propostas” é colocado que todos os cursos serão implantados em 2009 e que, portanto, toda a infraestrutura e pessoal necessários ao seu pleno funcionamento deveriam estar prontos e contratados em 2008. Neste documento de “Apresentação de Propostas” de outubro de 2007 é ressaltado que (...) “pesa o tempo relativamente curto disponível para a elaboração de um projeto com alto grau de complexidade”. Assim, as “urgências” da “agenda institucional” implicam em poucas possibilidades de uma expansão que, para usar os termos oficiais, seja “sustentável” e “democrática”.

Como o Governo Federal e o MEC tinham grande interesse neste programa de reestruturação e expansão das universidades federais, pois que o sistema federal de educação superior sofreu grande estagnação nos anos 1994-2004, e o sistema privado tinha se expandido, neste mesmo período, de maneira contundente, não havia muito espaço político, e talvez disposição, para um planejamento mais cuidadoso deste plano de expansão, assim como para uma reflexão acerca do distanciamento entre os objetivos proclamados e os objetivos reais.

E se fez, cada vez mais necessário, um programa que propusesse, pelo menos no discurso, a “expansão com a democratização” do ensino superior público no Brasil. Desta maneira, o REUNI foi um instrumento de reformulação que contemplou as necessidades de interligação das universidades públicas com os setores produtivos e privados, que já vinha se concretizando desde os anos 1990, e serviu à retórica da “democratização do ensino superior”, que em grande medida, foi reproduzida pela maior parte dos depoentes desta pesquisa, ainda que em graus distintos e nunças.

O Governo aliou uma necessidade concreta – a expansão do sistema federal de ensino superior, com as necessidades também concretas dos setores produtivos, inclusive estrangeiros e utilizou o REUNI como plataforma para propaganda político-ideológica para a legitimação dos interesses privado-mercantis subjacentes, revestidos dos ideais de “inclusão” e “diversidade”, que ecoavam interesses e reivindicações de segmentos de docentes, tais como a de vários depoentes entrevistados do curso de Ciências Sociais.

3 - O REUNI em sua dimensão concreta e ideológica.

3.1 – Breve síntese das entrevistas: introdução.

Nesta parte trabalharemos com os entendimentos e análises que os/as docentes e gestores entrevistados têm em relação ao Programa REUNI. Portanto, a ideia de que sua visão sobre a realidade das políticas públicas educacionais é constituída a partir daquilo que estas trazem de concreto e palpável para o cotidiano e para a mudança da universidade, é aqui trabalhada em sua forma mais direta. Apesar de entendermos, também, que este entendimento, e a própria realidade concreta, são constituídos a partir da condição política de cada um destes atores envolvidos com a universidade.

Assim, a dimensão ideológica, a propaganda e o projeto apresentado pelo Governo como plataforma para a reestruturação das universidades, faz parte e influencia este entendimento e análise que são trabalhados pelos docentes. Ou seja, não há na realidade concreta uma análise desprovida de sua condição política, do lugar teórico e prático de onde esta foi gerada. Esta dimensão e a própria condição dos docentes de estarem inseridos na universidade e no REUNI é uma situação *sui generis* que deve ser considerada.

Afirmamos que com estes depoimentos, os argumentos que foram trabalhados ao longo do texto, e os documentos que foram analisados, ganham uma dimensão mais concreta, apesar destes não serem menos carregados ideologicamente. Estes depoimentos servem para a elucidação de como há uma distância entre o planejamento e a execução de políticas públicas, em todos os níveis, e também, para que entremos em um campo onde a análise é desenvolvida pelo próprio alvo e ator destas mudanças na universidade, de forma a nos possibilitar o melhor desenvolvimento e a consolidação de nossos argumentos e análises.

Estes são atores envolvidos politicamente e academicamente com a universidade e com os departamentos em questão. Portanto, procuraremos localizar cada um destes atores em seus espaços políticos e acadêmicos no sentido de apresentar subsídios para suas análises e compreensões do REUNI.

Foram realizadas seis entrevistas com professore/as (os critérios para a escolha dos docentes está na metodologia). Três são do Departamento de Sociologia (DS), dois do Departamento de Ciências Sociais (DCSo) e um que ocupa cargo administrativo na Reitoria, entrevista esta que tinha como objetivo subsidiar a análise dos demais entrevistados e coletar dados sobre o REUNI na UFSCar. Os cinco professores dos referidos departamentos são

professores dos programas de pós-graduação, a saber: Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS), Pós-graduação em Ciência Política (PPGPol) e Pós-graduação em Sociologia (PPGS).

A numeração utilizada para designar cada entrevista (Exemplo: Professor entrevistado 4) está relacionado à sequência na qual esta entrevista foi analisada e não à cronologia à qual ela foi realizada.

1- Primeira entrevista: novembro de 2012. Professor/a entrevistado/a número 3 (no texto).

Integrante do Departamento de Ciências Sociais já participou do quadro administrativo do referido Departamento.

Não tem uma visão negativa do programa REUNI. Destacou alguns pontos de incongruência do programa, mas o visualiza, de maneira geral, como um programa importante para a universidade. Ele considera ser uma maneira que a universidade tem de se expandir e se sustentar. Destacou pontos importantes da atuação do corpo docente na universidade em relação aos diversos “papéis acadêmicos” que estes desempenham, por exemplo, “professores-pesquisadores”, “professores-engajados”, “professores-de-extensão”, dentre outros.

2- Segunda entrevista: novembro de 2012. Professor/a entrevistado/a número 2 (no texto).

Integrante do Departamento de Ciências Sociais já participou do quadro administrativo da Pós-Graduação.

Apresentou uma análise mais negativa do Programa REUNI. Para ele este programa foi influenciado, de maneira negativa, pelas relações políticas entre os departamentos em questão. Também considerou ainda que a pós-graduação seja um instrumento de “desvio” de pessoal e recursos que deveriam atuar na graduação. Destacou a intensificação do trabalho com a expansão da universidade. Considerou, no entanto, que o que seria mais desgastante seriam as disputas de poder e a competitividade entre os professores.

3- Terceira entrevista: dezembro de 2012. Professor/a entrevistado/a número 6 (no texto).

Integrante atual do corpo administrativo da universidade.

Destacou as formas de ingresso na universidade e as diferenças e mudanças a partir do Programa REUNI. Fez considerações sobre as formas de evasão e como se discute, inclusive, em comissões nacionais, o cálculo da evasão e formas de equacionar este problema das universidades públicas. Esclareceu que não há consenso nem teórico nem prático, na

atualidade, sobre o conceito de evasão. Apresentou destaques sobre as relações políticas da universidade e sobre as hierarquias que nela se apresentam.

4- Quarta entrevista: março de 2013. Professor/a entrevistado/a número 1 (no texto).

Integrante do Departamento de Sociologia já participou do quadro administrativo do Departamento.

Fez uma análise dos aspectos contraditórios do Programa REUNI. Ou melhor, destacou pontos favoráveis e desfavoráveis. É a favor do programa e do que denominou universidade “inclusiva”, apesar de considerar suas falhas, argumentou que não haveria outra maneira de desenvolvimento e expansão da universidade. Além de destacar as contradições do programa, elaborou uma análise interessante e elucidativa dos aspectos políticos e das relações de poder dentro da instituição.

5- Quinta entrevista: abril de 2013. Professor/a entrevistado/a número 5 (no texto).

Integrante do Departamento de Sociologia, já participou de comissões representativas.

Destaca a época da divisão dos Departamentos e o fato de ter sido imediatamente anterior ao REUNI. Enfatizou que o Departamento de Sociologia atenderia mais ao *campus* do que o Departamento de Ciências Sociais e que esta seria uma diferença substancial. Considerou o REUNI como mal planejado e, nas Ciências Sociais, mal executado. Argumentou que o REUNI poderia ter sido utilizado para a modificação estrutural do curso e para a reformulação político-pedagógica do mesmo. Destacou a intensificação do trabalho docente e apontou sua jornada de trabalho como muito extensa.

6- Sexta entrevista: junho de 2013. Professor/a entrevistado/a número 4 (no texto).

Integrante do Departamento de Sociologia participante de projetos de extensão e do quadro administrativo do departamento.

Destacou, de maneira enfática, as relações sociais e as dificuldades dos alunos que entraram na universidade pelas políticas de inclusão, apesar de considera-las desejáveis senão imprescindíveis. Caracterizou, desta maneira, que a partir da expansão da universidade, pessoas de classes sociais anteriormente excluídas deste meio se inserem na atualidade, mas com diversas consequências, nem todas benéficas.

Destacou, também, a intensificação do trabalho docente e a falta de quadro técnico administrativo. Há, segundo seu depoimento, instâncias burocráticas na universidade

que dificultam em demasia para os docentes que necessitam apoio para uma viagem, uma conferência no exterior, sendo que se cobra, também em demasia, a inserção do programa de pós-graduação e do curso na esfera internacional.

3.2 – A dimensão ideológica do REUNI

Não tenho a menor ideia (sobre o número de vagas nas Ciências Sociais - 90). **O que eu sei é o seguinte: eu participei agora no mês de março da colação de grau da primeira turma REUNI.** Eu fui patrono da primeira turma REUNI. Da turma que entrou em 2009. Da primeira turma REUNI que se formou. **Todos estavam espantados. A mesa inteira. Inclusive representantes da Reitoria.** E, a própria diretora do centro, comentou comigo que aquele era um **momento histórico porque foi a maior turma que já colou grau na história do sudeste.** O Sudeste nunca teve uma colação de graduação com 60, 63 alunos. De um único curso. **E ali estavam colando grau 63 alunos.** (Professor/a 6).

Buscamos ao longo de toda argumentação e desenvolvimento deste trabalho demonstrar como existem diversas facetas ou características mais ou menos diretas e perceptíveis na elaboração, planejamento e execução do programa REUNI. Assim, afirmamos que este programa exhibe uma dimensão ideológica que representa aquilo que o Governo Federal e o MEC procuram passar com a sua elaboração e com sua propaganda.

Por meio de diversos documentos e análises elaboradas pelo MEC, a propaganda mais intensiva que apareceu foi a ideia de que o REUNI serviria como um programa de democratização do ensino superior no Brasil. E, por meio de dados, documentos, textos e análises, mostramos que este programa de expansão e reestruturação não conseguiu atingir nem sequer a meta de absorver 20% da população entre 18 e 24 anos para o ensino superior. Então, fica a pergunta: como que o Governo consegue passar a ideia de que o programa é um programa democratizante?

Todas as administrações públicas em todos os sistemas de governo que existem elaboram de uma maneira mais rebuscada ou de uma maneira mais coloquial formas de passar uma imagem daquilo que estão praticando. Estas formas tem uma ligação direta com a necessidade que estas mesmas administrações tem de legitimidade política e aprovação.

Portanto, afirmamos que diversas propostas que permeiam o texto e as análises do MEC relacionadas ao REUNI fazem parte mais da esfera da ideologia do que da realidade concreta de suas ações. E buscamos com o apoio dos depoimentos dos docentes envolvidos na

execução deste programa amostras desta relação e diferença entre as dimensões ideológica e concreta.

No caso da entrevista com o Professor/a 4 consideramos ter sido um depoimento mais direto neste sentido. Neste se ressaltam “retórica institucional” e a concretude do que se passa nos departamentos da área de Ciências Humanas no *campus* da UFSCar em Sorocaba. O entrevistado se referia à pretensão do REUNI de colocar em suas linhas a ideia de interdisciplinaridade.

Isso é parte da **retórica institucional, mas não é o que se implementa**. Olha o que está acontecendo em Sorocaba: entrou um monte de professores novos e ninguém que escrever lá que é professor em humanidades, entendeu? Não tem essa, você quer ser professor na área de sociologia urbana, entendeu? Especificamente em periferias urbanas e como *pós-doc* em um centro de alto estudo em periferias urbanas. **É isso que conta por isso que é tão maluco, pois tem toda uma retórica. O Reuni fala isso, mas tem a CNPQ que é federal e a Capes que também é federal que não falam isso, falam outra coisa.** Por exemplo: em Ciências Sociais, os programas interdisciplinares que significa Sociologia, Política e Antropologia, Programas de Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais, tendem ou a sumir ou serem abarcados por uma área. **O Programa da Unicamp de Ciências Sociais acabou de ser rebaixado na sua avaliação por justamente ser interdisciplinar.** Eu acho que essa é uma tendência histórica na qual eu não estou vendo oposição nenhuma se constituindo. Na federal de São Carlos, por ser ainda hoje gerenciada, há 20 anos por um grupo que preza esses princípios, prezou mais ou prezava mais, sei lá! Ela ainda tem algumas iniciativas de querer fazer grupos alternativos, diferentes e etc., mas está diminuindo e vai diminuir cada vez mais. (Professor/a 4).

Aparecem nesta passagem duas dimensões. A primeira de que há um discurso de interdisciplinaridade, mas as agências incentivam a especialização. A segunda de que, portanto, o discurso do REUNI, neste aspecto das suas dimensões pedagógicas, não passaria de “retórica institucional”. E ainda, afirmamos, este discurso estaria se reportando às questões acadêmicas, como a da “interdisciplinaridade”, mas o objetivo principal que está oculto nesta ideia, é a máxima da “eficiência no uso dos recursos humanos” e da “otimização” destes mesmos, de acordo com a estratégia da “administração gerencial”.

Em outro sentido, pudemos identificar que, em diversos momentos que os docentes se colocaram a favor do Programa REUNI, se utilizando do mesmo artifício da “retórica institucional” utilizada pelo Governo.

Eu acho que a principal diferença é que a universidade pública, nesse governo que você mencionou (FHC), foi responsabilizada por várias das desigualdades sociais como se fosse ela que tivesse criado essas desigualdades. No projeto do Fernando Henrique se dizia que a universidade só atendia as elites, que o que tinha que fazer era privatizar, cobrar para as universidades, que a universidades eram improdutivas, que eram cabides de emprego para as pessoas não produzirem nada. Então houve na lógica que predominou, que foi uma lógica de crítica, que eles interpretaram como corporativismo da universidade, uma certa tentativa de esfacelar uma lógica da universidade pública. **A lógica que a gente está vendo agora é expandir a universidade pública para ela atender melhor a formação do ensino fundamental e médio. O que tem é gente reagindo contra uma universidade tão inclusiva.** (Professor/a 1).

É certo que alguma forma de inclusão está se consolidando na universidade e desde antes do REUNI, mas afirmar que a lógica que predomina é a de “atender melhor a formação do ensino fundamental e médio” e que a reação “contra” o que está ocorrendo é fruto de uma “universidade tão inclusiva”, faz parte da retórica elaborada pelo Governo e aceita e divulgada em algumas instâncias da universidade.

Sobre democratização: este termo apareceu diversas vezes nos depoimentos coletados. Não há como não notar que o Governo foi bem sucedido em “amarrar” o termo ao programa e assim, quando se fala sobre o REUNI, mesmo que partindo de uma postura crítica (ou aparentemente crítica) o termo “democratização” é por vezes sugerido. Na página do MEC/REUNI² um dos “propósitos” citados para o programa, dentre outros, é “o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país”. É difícil o estabelecimento de uma oposição séria a um programa que se auto-intitula “promotor da diminuição das desigualdades sociais” e da “democratização do ensino superior no Brasil”.

Não tenho a menor dúvida de que ele é um projeto democratizante. Agora como todo projeto democratizante ele tem seu preço na dimensão da excelência, do elitismo. A questão é como você articular essas duas dimensões.

Recentemente um aluno meu falou para mim que ele gostava muito do REUNI. Um aluno que está ingresso pelo REUNI. Um aluno mais velho. Falou para mim: “Poxa. **A universidade, quando eu era jovem, a universidade era só para filhinho de papai e eu não podia.** Mas por causa do REUNI hoje eu estou velho, mas eu posso. Eu estou aqui fazendo”. Você não está incluindo só o jovem excluído. (Professor/a 1)

² (http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28)

Eu acho que é um processo de expansão, democratização etc. Eu acho que é uma experiência, que foi uma iniciativa importante. O REUNI fez o sistema crescer, se diversificar. Ele não só cresceu. Porque você estudou dialética, né? **O quantitativo gera o qualitativo.** Então isso foi muito bom. (Professor/a 2).

Neste sentido, estão abrindo mais vagas, eu **vejo uma perspectiva muito de inclusão. Porque a universidade é isso, eu acho que isso aparece no discurso.** (Professor/ 3).

É importante considerar também a possibilidade de diversificação do público universitário com a política de ações afirmativas, **a oportunidade de ingresso de alunos de classes sociais mais baixas do ponto de vista econômico.** Eu avalio tudo isso como também um melhoramento dentro da universidade. (Professor/a 6)

Analisamos estes depoimentos como inseridos dentro de um contexto que tem algo de concreto, pois, que há a dimensão real da expansão e a abertura de novas vagas e, portanto, o aumento das possibilidades de ingresso no sistema federal de ensino superior. Mas, estas possibilidades são supervalorizadas quando o discurso e as expectativas sobre a realidade destas medidas e sua concretude não se coadunam. Ou ainda, as possibilidades, circunscritas pela casualidade posta, mediadas pelas condições econômicas e políticas (vide cap. 3), nos parecem limitadas senão contraditórias à reconfiguração da universidade no sentido apregoado pelas políticas educacionais e seus adeptos.

O programa passa ser visto e anunciado como a solução máxima e definitiva para problemas que extrapolam sua esfera de influência real, por exemplo, a “diminuição das desigualdades sócias”. Alcançaria este programa este “propósito” em um plano de longo prazo, e mais indiretamente do que diretamente, e ainda, dependendo de outros programas e circunstâncias econômicas e políticas bem distintas das atuais.

Portanto, analisamos que houve um superdimensionamento das possibilidades concretas do REUNI, que este não tem o impacto na expansão do sistema como o sugerido pelo Governo e que, ainda, da maneira como foi elaborado, ele insere e continua, em uma outra dimensão, o plano econômico-político que satisfaz as exigências do mercado e que ideologicamente, faz a propaganda da “democratização” do ensino superior.

3.3 - Política, gestão e prática universitária (relações de poder e política na universidade) e as Ciências Sociais.

As políticas e ações que são desenvolvidas para “democratização” ou “reestruturação”, ou ainda, “transformação”, da universidade pública federal no Brasil, passam pelas decisões e pelas maneiras como são implantadas em cada unidade específica desta instituição nacional. Portanto, as relações de poder e os agentes que são responsáveis pela implantação e execução das políticas do Ministério da Educação, permeiam as universidades federais de maneira dialética. Aquelas ações governamentais se estruturam a partir da prática universitária formando um terceiro nível de concretização na qual estão inseridos os jogos de interesse de cada agente e instituição envolvidos no processo. Segundo um dos depoentes a “função administrativa” é uma “função de poder”, e não uma “posição administrativa pura e simples”:

Porque mal ou bem a **função administrativa é uma função de poder**. Entende? Você não perceber isso é não ver muito bem como **funciona o negócio**.

Essa **não é uma posição administrativa pura e simples** (Coordenador de Curso). Essa é uma posição administrativa que tem motivo numa posição de poder que as pessoas usam de uma forma ou de outra [...] por exemplo, validar um concurso público cujos segundos, terceiros e quartos lugares não são pessoas que você acha que preenchem o perfil daquela vaga. (Professor/a 1).

Ainda segundo este depoimento, o REUNI (e/ou a universidade) se caracteriza por ser um meio competitivo e, portanto, político. E se faz necessário indicar que, esta visão, deste depoimento, exemplifica o que nele se admitia. Os depoimentos não são “depoimentos puro e simples”, pois se inscrevem em relações de poder. E estas foram reiteradas por vários docentes, bastante enfatizada pelo Professor/a 2, sendo que cada qual deles, de alguma forma, se refere às relações de poder buscando dar ênfase a um determinado aspecto. De modo geral, foram mencionados, pelos mais evidentemente adeptos ao discurso oficial e do lulismo, como presentes numa relação de força entre os defensores de uma universidade inclusiva (como se representavam) e os que eram arraigados ao “elitismo”. De outro modo, as relações de poder foram consideradas, pelos docentes dos dois departamentos, frutos da cisão de apenas um departamento anterior, como rotineiros, interessados e competitivos, sendo que cada um dos docentes tende a representar as ações e visões de seu próprio departamento como desejáveis e de “bons propósitos” com base em anátemas e antinomias em relação ao “outro”.

Em relação ao depoimento do Professor/a 1, vale explicitarmos alguns aspectos do Regimento Geral da UFSCar. Aprovado em 02/01/2012, nele são estabelecidos o que consideramos ser os órgãos de poder e administração da universidade:

Art. 3º. São órgãos deliberativos da Universidade, na forma do Estatuto, os situados nos diferentes níveis de administração, conforme disposto a seguir.

I - Nível Superior Máximo:

- Conselho Universitário (ConsUni).

II - Nível Superior Específico:

a) Conselho de Graduação (CoG);

b) Conselho de Pós-Graduação (CoPG);

c) Conselho de Pesquisa (CoPq);

d) Conselho de Extensão (CoEx);

e) Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis (CoACE);

f) Conselho de Administração (CoAd).

III - Nível Setorial:

- Conselho de Centro (CoC).

IV - Nível Constitutivo:

a) Conselho Departamental (CD);

b) Conselho de Coordenação (CCo);

c) Comissão de Pós-Graduação (CPG).

(UFSCar/, 2012 p.1)

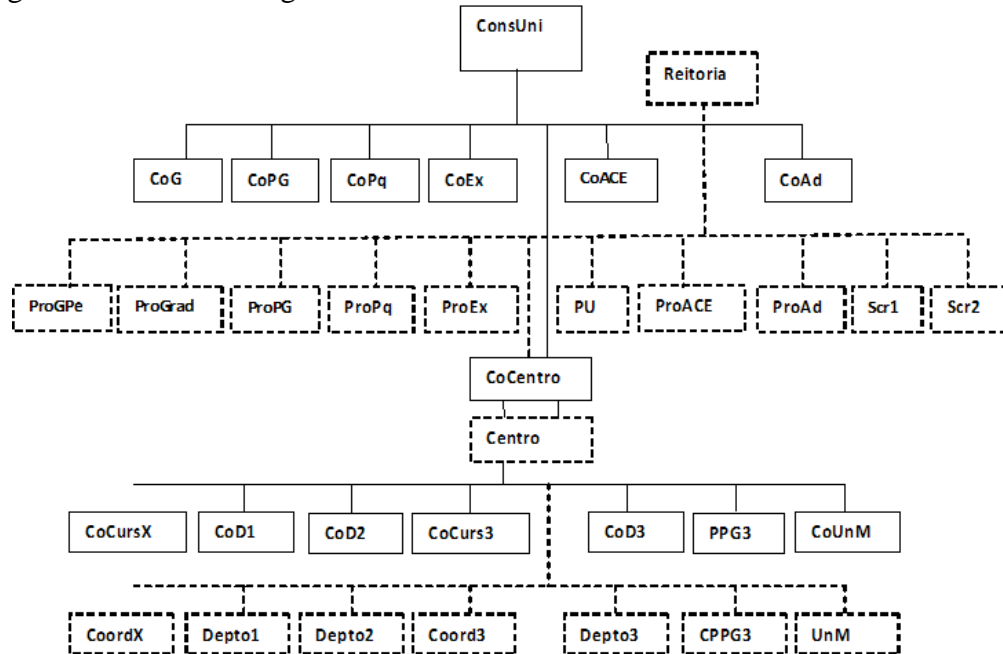
E a Secretaria dos Órgãos Colegiados apresentam a seguinte estrutura:

Organograma 1: Estrutura organizacional-administrativa da UFSCar



E as instâncias acadêmicas e administrativas apresentam a seguinte estrutura:

Organograma 2: Estrutura organizacional-acadêmica da UFSCar



Fonte: <http://www2.ufscar.br/administracao/organograma.php>, acessado em 21/11/2013.

A Fundação da universidade (FUFSCAR) com seu Conselho de Curadores que é um órgão fiscal, está acima do ConsUni, pois tem a função de analisar e aprovar as contas da universidade, ele é formado por membros

(...) escolhidos entre pessoas de ilibada reputação e notória competência, nomeados pelo Ministro da Educação. (...) Ao Conselho de Curadores compete analisar e emitir parecer sobre a Tomada de Contas elaborada anualmente pela Universidade, encaminhando-a aos órgãos competentes, bem como tomar conhecimento de todas as atividades desenvolvidas na UFSCar. (http://www2.ufscar.br/interface_frames/index.php?link=http://www.ufscar.br/~soc/). Acessado em 22/11/2013.

Desta maneira, as funções e cargos político-administrativos são cargos de poder que influenciam na configuração de cada curso em questão e na formação do corpo docente destes. Assim, podemos dizer, que parte dos problemas da execução de programas governamentais e, talvez, parte da solução destes mesmos problemas é a influência dos professores-gestores em sua concretização, ainda que, em seu conjunto, sofram mais intensamente as influências das condições macro-políticas e macro-econômicas.

Nas instâncias dos centros e dos departamentos os cargos de chefia e de administração se estruturam da seguinte forma:

Art. 34. O Conselho de Centro (CoC), órgão deliberativo do Centro para os assuntos de administração, ensino, pesquisa e extensão, será integrado pelos seguintes membros:

I - Diretor, como seu presidente;

II - Vice-Diretor, como vice-presidente;

III - todos os chefes de Departamento do Centro;

IV - todos os coordenadores de Cursos de Graduação vinculados ao Centro;

V - todos os coordenadores de Programas de Pós-Graduação vinculados ao Centro;

VI - por representantes do corpo discente de pós-graduação, eleitos por seus pares;

VII - por representantes do corpo discente de graduação, eleitos por seus pares;

VIII - por representantes do corpo técnico-administrativo, eleitos por seus pares.

Art. 36 A administração de cada Departamento será constituída, nas diferentes esferas de ação, pelos seguintes órgãos:

I - Conselho Departamental;

II - Chefia.

Art. 43. A administração de cada Coordenação de Curso de Graduação será constituída, nas diferentes esferas de ação, pelos seguintes órgãos:

I - Conselho de Coordenação;

II - Coordenadoria de Curso.

Art. 50. A administração de cada Coordenação de Programa de Pós-Graduação será constituída, nas diferentes esferas de ação, pelos seguintes órgãos:

I - Comissão de Pós-Graduação (CPG);

II - Coordenadoria de Programa de Pós-Graduação.

(UFSCar, 2007 p. 15, 16, 17 e 18).

Assim, cada uma destas instâncias, além dos cargos na Reitoria e nas Pró-reitorias são hierarquias políticas de decisão onde a universidade se estrutura em torno daqueles projetos e programas que ela almeja promover. Mas, conforme, a instância hierárquica aumenta nestes níveis da universidade o contato e a subordinação em relação ao Governo e ao MEC vai se intensificando, de maneira que, é mais provável que se estabeleçam nos cargos mais elevados aqueles docentes que compartilham dos projetos e programas que o MEC quer implantar, além das disputas e grupos políticos que se organizam no âmago da própria instituição.

O problema da universidade pública é que os professores são os próprios gestores e são gestores interessados. [...] É um cara interessado que quer fortalecer a sua área e o seu grupo. [...] **E os acadêmicos – gestores de si mesmos – fazem o que querem em última (instância).** (Professor/a 2).

Controlar determinados segmentos dessa paridade (professores, alunos e funcionários) faz uma diferença muito grande com o resultado eleitoral. Então, às vezes, as pessoas também não querem simplesmente delegar a outras posições que no fundo também são **posições de poder** [...] Não é à toa que as pessoas estão disputando. **Tem disputa pra reitor, tem disputa pra diretor de centro. Só não tem disputa para chefe de departamento** [...] Quer dizer que a posição perdeu poder. Porque essa pessoa já teve mais poder. Hoje ela tem menos poder [...] chefe de departamento na estrutura da UFSCar. (Professor/a 1).

Por outro lado, como se evidencia acima, as relações de poder e a forma hierárquica das universidades vão se transformando com o passar do tempo. Em certos contextos políticos é mais interessante um ou outro cargo, dependendo do intuito ou do papel social no qual se insere aquele gestor/a-professor/a. E certas instâncias que poderiam auxiliar nas reformulações pedagógicas dos cursos em expansão ou reestruturação não detêm mais condições de legitimidade para tal.

Conselho de curso nem existe. **Quando se escolhe docente são os departamentos que definem.** Conselho de curso não existe. Conselho de curso não é ouvido. **Conselho de curso é totalmente formal.** Tem que ter. [...]. Ele existe mais formalmente do que qualquer outra coisa. (Professor/a 2).

E, em outro depoimento que corrobora, por outro viés, a informação acima:

Essa foi uma posição que foi perdendo posições na hierarquia da universidade (Chefe de Departamento). [...] **Eu acho que ela foi perdendo o “interessante politicamente” para outras, principalmente as de Pró-reitoria, as de Direção, de Centro.** Eu me lembro que na primeira vez em que fui chefe de departamento, que era ainda nas Ciências Sociais, o reitor convocava os chefes de departamento para tomar decisões numa instância da universidade que sumiu. O reitor não convoca chefes de departamento para mais nada [...] A universidade mudou a sua forma hierárquica. (Professor/a 1).

Com a expansão e maior influência da universidade no cenário regional e nacional, basta dizer que dos três últimos prefeitos da cidade de São Carlos dois haviam sido

Reitores da UFSCar e um destes é um quadro político importante do Governo Nacional. E há o deslocamento das funções de maior prestígio para as Direções de Centros ou para as Coordenações de Pós-Graduações, ou ainda, para as Pró-reitorias.

Portanto, a partir destas configurações políticas e culturais da universidade, é que se estruturam, em seu nível mais essencial, as salas de aula e os departamentos de cada curso em questão, a concretização das políticas públicas para a educação superior no Brasil. O REUNI, como último programa de reestruturação e expansão das universidades federais, está inserido nesta lógica da universidade pública e, supostamente, dialogando com gestores, professores, estudantes, funcionários destas instituições, tal como se proclama no PDI e documentos congêneres.

Em cada uma destas esferas existem possibilidades de maior ou menor inserção das propostas do Governo, ou seja, estes programas não percorrem vias de mão única até as salas de aulas, mas vão e voltam com demandas e possibilidades que se criam e se estruturam em cada ambiente pedagógico no qual estão inseridos, inclusive, em cada universidade federal e em cada uma de suas esferas de hierarquia de modo diferenciado.

No caso do REUNI na UFSCar e no Curso de Ciências Sociais, em particular, este programa levou a uma reformulação e a uma reestruturação bastante significativa do curso. Foram formadas duas turmas distintas com 45 alunos cada para que fosse possível, em termos pedagógicos e físicos, o ingresso de 90 alunos de graduação por ano.

Mas, como este curso em questão que era estruturado a partir de um Departamento, o de Ciências Sociais (DCSo), tinha acabado de se transformar em dois Departamentos, ou seja, o DCSo e o Departamento de Sociologia (DS), o processo de estabelecimento do REUNI e a reestruturação do curso foram permeados, senão prejudicados, por estas mudanças. Podemos dizer que parte da demanda do próprio programa, como o estabelecimento de cursos noturnos e o estabelecimento de licenciaturas, não foram contemplados, no caso do Curso de Ciências Sociais, por falta de planejamento estratégico e pedagógico e por divergências internas ao curso entre os dois departamentos em questão.

[...] começou toda uma disputa, **um conflito no departamento**, o que gerou outro departamento, departamento de Sociologia e tal. Eu fiquei no departamento de Ciências Sociais. **Aí o projeto do REUNI, do curso, do REUNI, que é da graduação, o REUNI é mais vinculado à graduação, eu acho que ele foi muito impactado por isso tudo**, tanto pela quebra da pós-graduação nas três áreas e também na disputa que gerou a criação de outro departamento. [...] havia a necessidade de se fortalecer estas novas pós-graduações que se criam – Antropologia,

Ciência Política e Sociologia – aí muito do REUNI, porque o REUNI significou uma ampliação, mais vagas; acho que muitas destas novas vagas foram pensadas mais para estes novos programas de pós que precisavam se estruturar, do que propriamente para a graduação. (Professor/a 2).

Agora ela só é viável (possibilidade de licenciatura nas Ciências Sociais) se for possível criar outro curso. Outro REUNI. Um curso novo. Você tem que criar um novo curso e esse curso tem que entrar no “pacote” REUNI de alguma coisa. **Porque a gente propôs licenciatura em Sociologia e essa proposta não passou no departamento de Ciências Sociais.** (Professor/a 1).

Ou seja, temos dois problemas aqui levantados: em um primeiro momento, que a reformulação do curso foi prejudicada por esta “quebra de departamento”, e que o REUNI, ou a reestruturação proposta pelo REUNI, foi utilizada para o fortalecimento das Pós-Graduações que se formaram a partir deste processo. Em um segundo momento, a antiga demanda da Licenciatura em Ciências Sociais, ou em Sociologia, não foi adiante pelo conflito político que envolve o surgimento dos dois departamentos que, prioritariamente, dão suporte ao curso. Este conflito também pode ser evidenciado nas passagens seguintes:

[...] eu te diria que a maior parte das atividades que vinculam as Ciências Sociais com o restante do *campus*, e com o restante da Sociedade, são desenvolvidas na **Sociologia**. **A Sociologia oferece mais disciplinas para o *campus* e a Sociologia tem mais projetos de extensão. E as Ciências Sociais parece ter uma preocupação mais centrada com a formação do cientista social.** Então nós tentamos fazer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão da forma como nós concebemos. **E o departamento de Ciências Sociais (eles)** acham que priorizam mais a excelência e querem **nos** rotular de ser “extensualistas”. Mas eu acho que **eles** não se propuseram a serem interdisciplinares. Eu acho que isso está muito associado à necessidade de consolidar a área da Antropologia, a área da Ciência Política como um projeto autonomizado e não dentro das Ciências Sociais. (Professor/a 1).

Em outro depoimento:

[...] os departamentos estão mais preocupados em brigar um com o outro, todo mundo preocupado com as pós-graduações que se criaram, então a licenciatura. [...] não houve uma reflexão, investimento na qualidade do curso, só aumentou quantitativamente o número de alunos e o número de docentes. E esse número de docentes aumentou pensando mais na pós do que na graduação.

[...] o curso de Ciências Sociais hoje está mais um **palco de disputa entre as três áreas**, sabe, pra ver quem arregimenta mais alunos para a pós-graduação. [...] O nosso aluno de primeiro ano e você já tá aliciando, cooptando. [...] É velado, lógico. Não é aberto. [...] Virou mais um campo de disputa entre departamentos, entre áreas do que um espaço de discussão. E isso cria no curso de Ciências Sociais uma disputa, **alta disputa**.

Mas eu acho que o que acontece com o curso de Ciências Sociais, depois dessa implantação do REUNI, que veio junto com essa divisão, é que é um curso que está meio fadado, está destinado, predestinado a certa **acomodação**. [...] O que é que está acontecendo com o **curso de Ciências Sociais** nesses últimos cinco anos? **Ele está estagnado**. Por que é que você estagna o curso? Para evitar briga com o outro. [...] E não há perspectiva de melhoria. [...] Eu sou meio pessimista. Ele está fadado, então por isso que eu defendo um pouco quebrar os cursos.

Vou te dar um exemplo. **Curso noturno. Nunca se falou nisso!** [...] Até hoje não ouvi ninguém falar em curso noturno de Ciências Sociais. Eu acho isso elitismo. Elitismo total. Vamos manter do jeito que está. Só aumenta as turmas e aí contrata mais gente para a pós. (Professor/a 2).

Assim, temos em vista que, as questões políticas, pedagógicas e acadêmicas são estruturantes das especificidades nas quais estão inseridas, em cada contexto micropolítico, denotando que, as universidades federais, são ambientes claros de disputa de poder e legitimidade e que, o maior ou menor “sucesso”, das políticas de reestruturação do ensino superior público federal no Brasil depende, em certa medida, destas configurações e como elas são trabalhadas em cada um destes ambientes.

As tensões geradas no interior da divisão departamental prejudicaram também o próprio projeto de expansão. Por quê? “Porque aí se cria licenciatura e que área se beneficia com isso?” Cada área tem a sua avaliação e no final das contas a licenciatura não foi apoiada por conta disso e em razão das avaliações feitas por cada área. Uma área queria e a outra área achava que não seria beneficiada porque com a expansão do REUNI havia uma programação para a contratação de um número X de docentes, e se expande a licenciatura, então a Sociologia acaba tendo mais disciplinas porque será umas das ênfases em Sociologia. Aí uma outra área se sentiu prejudicada e aí passou a não apoiar. Então foi uma triste coincidência. (Professor/a 6).

O REUNI, em si, pode ser um instrumento de mitigação de disputas internas e, portanto, solução para problemas e impasses pedagógicos e acadêmicos, ou pode ser instrumento de intensificação destas disputas e problemas. Quando não há uma estrutura política “saudável”, ou possibilidade de diálogo e consenso entre as partes envolvidas no

processo de reestruturação ou a implantação destas medidas, todo o planejamento e gestão dos cursos criados e reformulados pode não obter êxito e não atingir o todo, ou boa parte, do que era almejado na sua formulação.

Em um dos depoimentos, no qual se destacou a tensão e disputas entre departamentos, se argumentou a inexistência de um “projeto coletivo do REUNI”. Impedimentos micro-políticos foram enfatizados sem que fossem considerados os limites estruturais de um projeto cuja heteronomia de metas contraria totalmente a autonomia que pretensamente seria concedida às IFES, como apontamos nos capítulos precedentes.

Briga de departamento basicamente. Porque aqui tinha um **momento de produção do projeto das Ciências Sociais do Reuni é o momento de maior tensão de criação do Departamento de Sociologia** e de uma ruptura sem precedentes do outro departamento que estava aqui no período, **foi uma briga selvagem**. Isso significou que **não tinha a mínima condição de propor um projeto coletivo de Reuni**. Que pensasse, por exemplo, em um curso no noturno ou de licenciatura. Essas eram demandas na época do curso de sociologia, pelo que me foi dito, pois eu não estava aqui. Mas isso foi lido lá como uma demanda de desqualificação da pesquisa em ciências sociais. Então tinha gente do grupo da antropologia dizendo: “Imagina que eu vou ficar dando aula para professorzinho, ficar formando professorzinho sendo que eu posso formar profissionais de pesquisa de alto nível?” Ou “Essa é uma demanda da sociologia porque a sociologia tem que dar aula, tem como dar aula no ensino médio. Tem uma área trabalho específica para professor de escola pública no ensino médio!”.

Era óbvio utilizar os recursos que a universidade tem não passou e não tem cenário para passar de nenhum jeito por agora (a licenciatura no curso). **É muito mais provável ou possível, porque não tem sido discutido, mas é muito mais possível que se encaminhe para cursos de graduação disciplinares em Sociologia, em Antropologia, Ciência Política, e alguma coisa assim, do que uma proposta unitária de licenciatura.** (Professor/a 4).

Ou seja, desta maneira se percebe também que apesar do discurso pela interdisciplinaridade, que é ponto estratégico do discurso do REUNI, as condições políticas na universidade e nos departamentos apontam para a especialização dos cursos. As agências de fomento primam pela especialização, as pós-graduações primam pela especialização, os docentes estão inseridos neste contexto, estão montando grupos de pesquisa que trabalham em áreas específicas.

Podemos concluir que a ideia da interdisciplinaridade entra no programa como uma necessidade pedagógica que se almeja ou se que se faz presente enquanto discurso, mas

que não se concretiza, pois é o avesso das exigências do mercado e do desenvolvimento científico e tecnológico da atualidade, na prática.

Desta maneira, a suposta interligação com a educação básica também é comprometida. Se a universidade caminha para a especialização e se os docentes não estão dispostos a trabalharem para o desenvolvimento da licenciatura e se a universidade mais se especializa, e se preocupa mais com a pós-graduação, do que se engaja na graduação e na formação para a licenciatura, a educação básica fica cada vez mais distante da universidade, e não mais próxima como propõe o texto do REUNI, conforme propõe o depoimento:

[...] Que pensasse, por exemplo, em um curso no noturno ou de licenciatura. Essas eram demandas na época do curso de sociologia, pelo que me foi dito, pois eu não estava aqui. **Mas isso foi lido lá como uma demanda de desqualificação da pesquisa em Ciências Sociais.** Então tinha gente do grupo da antropologia dizendo: “Imagina que eu vou ficar dando aula para professorzinho, ficar formando professorzinho sendo que eu posso formar profissionais de pesquisa de alto nível?” Ou “Essa é uma demanda da Sociologia porque a Sociologia tem que dar aula, tem como dar aula no ensino médio. Tem uma área de trabalho específica para professor de escola pública no ensino médio!”. (Professor/a 4).

Este depoimento ajuda a corroborar que diversas metas e propósitos daqueles que são elencados nas “Diretrizes Gerais do REUNI” estão mais por conveniência do que por coerência. As agências de pesquisa, as empresas, as universidades, o MEC e o Governo estão direcionando seus esforços para uma direção. Mas, o principal programa de política pública para a educação superior escreve em outro sentido. A CAPES, a internacionalização da pós, subjacente à dimensão ideológica revela-se a face oculta do REUNI, que como alertamos, é muito mais, que um mero programa circunscrito à inclusão de segmentos antes alijados da graduação, outrossim, uma diretriz alinhada ao novo papel da universidade no contexto de ajuste da economia e do Estado brasileiro à mundialização do capital e às suas contraditórias demandas.

3.4 - Trabalho do professor (relações de trabalho, competitividade e disputas, intensificação, extensificação e auto intensificação).

Neste contexto descrito de disputas políticas e a busca por maiores possibilidades de consolidação e reestruturação das diversas especialidades e departamentos, além das pós-graduações, que formam determinados cursos nas universidades federais, a realidade que se concretiza, de forma mais cabal, nos diversos centros e institutos destas universidades, é a realidade do produtivismo acadêmico, como já citado e referenciado por nós, a partir das afirmações do Professor Valdemar Sguissardi:

A adoção, no Brasil, de parâmetros baseados em critérios quantitativos de produção acadêmica, dá-se de forma mais intensa a partir dos anos 1996/1997, quando se implanta o atual *modelo Capes de avaliação* da pós-graduação *stricto sensu*, pela agência estatal de financiamento, regulação e controle, CAPES, que tem nesses parâmetros a base de sua notação e classificação dos cursos de mestrado e doutorado em todas as áreas. Este *modelo* é visto pela crítica como um processo que considera muito mais o quanto um docente/pesquisador publica do que a qualidade ou o benefício científico, público e social do que é publicado. Enfatiza-se a produtividade, não a recepção ou o interesse público-social do produzido.

Ainda no caso brasileiro, o produtivismo acadêmico alimenta-se do e no processo de competição - interuniversidades, inter-programas de pós-graduação e entre docentes/pesquisadores – engendrado por agências financiadoras de pós-graduação e pesquisa, seja pela Capes e seu *modelo de avaliação* (regulação e controle), seja pelos mecanismos e normas adotados pelo CNPq e outras agências para concessão de auxílios à pesquisa e de bolsas, que têm no *Currículo Lattes* seu principal instrumento indicador da produtividade (SGUISSARDI, 2010 p.1).

Ou seja, por conta de diversos fatores tais como: incentivo das agências de financiamento à competição entre os pares com intuito de aumentar quantitativamente o número de trabalhos e publicações acadêmicas nestas instituições, indução da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) em diminuir paulatinamente o tempo hábil para a conclusão dos cursos de pós-graduações *strict sensu*, a necessidade da manutenção de uma quantidade mínima de publicações e orientações para que o docente possa ministrar disciplinas na pós-graduação, um conjunto de atividades burocrático-administrativas que devem ser cumpridas pela/os docentes para a consolidação de suas tarefas

como docente nas instituições federais de ensino superior, participação em comissões e reuniões de Centros, de Departamentos, de Pró-Reitorias, dentre outras funções.

Essa intensificação veio muito forte, muito forte. A jornada de trabalho é muito extensa, não é raro trabalhar 15 horas por dia. [...] Estou vice-chefe do Departamento de Sociologia. Então vamos lá, em termos de funções: eu sou vice-chefe do Departamento de Sociologia. Eu sou representante do CECH no Conselho de Pesquisa da universidade. E sou representante da categoria professores-adjuntos no Conselho Universitário. Eu tenho reuniões semanais ou reuniões de departamento. Ou reunião do Programa de Pós-Graduação em Sociologia em que eu sou professor. Tenho reunião do Conselho Universitário ou reunião do Conselho de Pós-Graduação. E as aulas. E as orientações. E, além disso, atividades de pesquisa.

É. Muita coisa. Pareceres (...) de todos os lugares. Pareceres para revistas acadêmicas. Parecer para projeto de pesquisa da Capes, da FAPESP, do CNPq. Parecer para o PIBIQ. E pareceres internos, né? A vida departamental... Nós temos autonomia universitária. Que bom! Só que autonomia representa o quê? Nós temos que administrar a universidade! O meu colega nesse momento está no exterior. Num congresso no exterior. Para que ele saia, ele precisa fazer um pedido de afastamento que alguém do departamento precisa dar um parecer. Ou seja, avaliar o pedido de afastamento para recomendar a aprovação ou não. Então você precisa ler o processo, fazer o parecer... Estou te dizendo uma coisa cotidiana. Isso é algo que aparece o tempo inteiro. Ainda bem... O quê. Que o nosso departamento é um departamento bem posicionado em termos de pesquisa e todo mundo tem redes de pesquisa para sair para congressos, para conferências, para tudo isso (...). Só que isso tudo gera trabalho interno. Então o tempo inteiro nós estamos fazendo isso. A jornada de trabalho é muito extensa.

Bem mais de quarenta horas. Bem mais de quarenta horas porque eu não trabalho oito horas por dia, trabalho mais de oito horas por dia e eu trabalho final de semana. Final de semana é quando eu consigo, então: “é bom, tem aquele texto que eu vou entregar para o congresso e tal. Opa. Que bom que eu vou poder fazer”. O que é um absurdo. Absurdo! Por quê? Porque eu tinha de fazer isso no meu expediente de trabalho. É impossível. (Professor/a 6).

Portanto, neste ambiente de sobre-trabalho e competição, de intensificação e extensificação do trabalho e de precarização do trabalho, os docentes estão em situação de risco de adoecimento, dentre outros problemas físicos e, principalmente, emocionais, psicológicos e sociais.

Está ficando cada vez mais exaustivo, a universidade como um todo. Está ficando muito exaustivo a participação, e formulários, e

comissões... Você tem coisas com o CNPq, com a FAPESP. [...] Trabalho de gestão, administrativo, o trabalho docente, a orientação, a participação nos colegiados e **a universidade também está um espaço cada vez mais competitivo.** [...] Você compete com seus colegas, você compete com os outros departamentos. **É uma competição generalizada.** [...] você vê que se você diminuir o ritmo, os outros pegam.

Então eu acho que a gente tem mais trabalho na pós-graduação, graduação, atividades de gestão, e além de ter mais trabalho você está num **ambiente mais competitivo.** (Professor/a 2).

Outra questão que aparece no discurso dos professores é que diversas funções que eles devem desempenhar como docentes nas universidades federais não são funções e tarefas que deveriam ser executadas por docentes. Há uma diminuição relativa importante no número de técnicos-administrativos, conforme já demonstrado por dados na seção 2 deste trabalho, que dificulta a reestruturação dos cursos e sobrecarrega os docentes. Nos dois departamentos estudados mais de perto neste trabalho, o de Ciências Sociais e o de Sociologia, há apenas um responsável técnico-administrativo para fazer o trabalho relacionado à Graduação em Ciências Sociais. Sobre esta situação relata um/a docente:

Eu não te vou dizer que atrapalham meu trabalho docente [o trabalho administrativo]. Eu vou dizer que gratificam menos o meu trabalho docente. Gratificam [menos] inclusive em termos de satisfação. [...] Se eu gostasse tanto de administração eu tinha feito curso de administração, não é? E na sala de aula você tem a oportunidade de aproveitar da criatividade alheia. Que é muitas vezes a criatividade do próprio aluno. E é mais difícil você aproveitar da criatividade do formulário. É difícil você aproveitar da criatividade do relatório. É mais difícil da ficha que você tem de preencher.

Mas eu fico meio abismada de ver, por exemplo, que nós temos uma universidade que tem um funcionário para cada professor enquanto a USP tem quatro funcionários para cada professor. Então isto dá uma ideia de que o professor tem que fazer funções que em outras universidades são feitas por funcionários.

O que eu sinto mais é que o projeto REUNI [...] não pensou que a operacionalização disso tudo envolvia não só a área fim, não só professor, mas também o corpo técnico-administrativo da universidade. Esse está muito, muito deficitário. E as atividades de gestão também não foram muito contempladas. Universidade que tem excesso de pessoal eu ainda não fui apresentada a ela. O Centro de Educação e Ciências Humanas tem 250 professores e 40 funcionários. Há um déficit no quadro de técnicos administrativos. (Professor/a 1).

Agora, o Reuni jogou todos nós em outra situação que é muito negativa por isso que eu acho paradoxal: o Reuni nos jogou em uma condição infraestrutura de trabalhar mínima e a gente está em uma das melhores federais do país. A gente tem 0,7 funcionário por docente na universidade federal de São Carlos hoje, esse número era de quase 1 antes do Reuni, era 1 para 1. A USP tem 3,3 funcionários por docente e os professores da USP ganham mais do que a gente, os professores da USP produzem mais ou menos igual à gente. A gente tem uma sobrecarga de trabalho que é impressionante, eu não tinha noção as pessoas falavam isso, mas eu achava que não. A gente dá 8 horas de aula aqui no departamento de sociologia por semana, tem vários cursos da UFSCar que estão dando mais que isso, a gente orienta na média uns 12, 13 alunos na média por cabeça, todo mundo tem representação em conselho, todo mundo tem que assumir cargo, todo mundo tem que fazer pesquisa para caramba o nosso programa é nota 6, tem pressão de publicação, pressão de internacionalização, pressão de viagem, eu fui para fora do Brasil 6 vezes o ano passado, eu já fui 4 vezes esse ano e tenho mais 2 viagens marcadas. (Professor/a 4).

Ou seja, estes docentes revelaram, não apenas a questão do quadro deficitário de funcionários técnicos-administrativos, como relataram, também, que estas funções desempenhadas pelos docentes criam um descontentamento, e uma sobrecarga de trabalho, por não gratificarem em termos profissionais, não são tarefas de pesquisa ou docência, mas tarefas burocráticas que não estão relacionadas com as expectativas profissionais dos professores.

A comparação com as universidades estaduais, USP, UNESP e UNICAMP, em relação ao número de técnicos administrativos aparecem nos dois depoimentos mostrando que este foi um dos problemas operacionais mais claros com a implantação do REUNI. Já foram ressaltados com os dados apresentados do programa e aparece neste momento nas análises dos docentes que, como apontamos, não consideram suficientemente, ou desconsideram, os limites estruturais postos pelo contexto de reconfiguração do Estado Nacional e dos ditames da economia mundializada.

O trabalho administrativo “suga” boa parte da energia dos professores, assim, quando analisamos o discurso de 8 ou 12 horas semanais de sala de aula por docente nos parece bastante razoável. Porém, quando buscamos a carga horária semanal dos docentes nas universidades federais percebemos que muito além do trabalho em sala de aula existe uma exigência para o cumprimento de outras tarefas que consomem uma quantidade de trabalho extra bastante considerável. E, estas exigências não aparecem quantificadas em nenhum programa ou plano que ajude a elucidar esta situação de sobre-trabalho. Neste contexto os

relatos (e fatos) sobre adoecimentos, principalmente, na esfera emocional e social já são bastante vastos:

Enorme! A quantidade de gente ficando louca dentro da universidade não é normal, a quantidade de gente tendo câncer, a quantidade que tem problemas seríssimos psicológicos, a quantidade de gente deprimida, de gente de mal, é enorme, entre os colegas e eu estou falando de colegas de várias gerações. Tem gente muito nova enlouquecendo dentro da universidade e tem gente velha saindo da universidade dizendo “eu nunca mais quero pisar nesse ambiente de gente louca”. Tem um desgaste enorme do profissional e é uma coisa louca porque a gente tem que racionalizar, a gente tem que produzir cada vez mais então tem que produzir mais dissertações, mais teses, teria que ficar convidando pessoas o tempo inteiro. Para o nosso programa ser nota 5 a Quarta Sociológica tem que estar muito bem, esse semestre a gente teve eu acho que foram 10 Quartas Sociológicas, ou seja, 10 eventos com os professores de fora sendo 7 internacionais: da Inglaterra, dos Estados Unidos, da França, da América Latina. Teve colombiano, argentino, mexicano. A gente chama os caras e eles chamam a gente alguma hora. Significa que você tem que trabalhar que nem louco, entendeu? (Professor/a 4).

Mas, mais um relato pode nos trazer e demonstrar a dimensão da dificuldade da qual trata esta parte do trabalho. É mais um alerta para a maneira como estes e outros programas, além de todo contexto pelo qual as universidades passam nos últimos 20 anos, estão reforçando condições de trabalho que afastam os profissionais destes ambientes. Este mesmo docente que evidencia as condições de adoecimento relata que dificilmente conseguirá acompanhar o ritmo empregado na universidade atualmente. (Detalho que este não é um dos “docentes veteranos” dos que foram entrevistados).

A pegada que eu estou eu não aguento muitos mais anos não! Isso para mim é bem claro, na pegada que estou nesses quatro anos eu não aguento muito mais, tanto por desgaste pessoal de falar, putz: Não está valendo a pena! Quanto cara, porque, assim, eu tenho 2 filhos, tenho uma mulher, tenho a minha casa, entendeu? E você precisa também se dedicar a isso, chega uma hora que você fala, entendeu. A hora que seu filho está indo mal na escola você não vai falar: Não, não vou correr atrás de não sei o quê? Não sei o quê lá? E vou cuidar dele. Agora se ele está mal na escola é porque já é sintoma de alguma coisa, parece que está faltando alguma coisa. (Professor/a 4)

Assim, percebemos que o local e o cotidiano do trabalho do corpo docente das universidades federais, além das exigências externas, estão pressionando estes profissionais a

cumprirem tarefas cada vez mais intensas, por exemplo, com o aumento do número de alunos em sala de aula; e cada vez mais extensas, por exemplo, com as exigências para publicação de artigos e aumento do número de orientandos na pós-graduação. E, esta realidade, foi intensificada e consolidada com o Programa REUNI, pois que, a reestruturação e expansão propostas e consolidadas por este programa concluíram com êxito a tarefa de “otimização” do uso do pessoal docente, e de funcionários, nas universidades, colocando assim mais uma peça na concretização do produtivismo acadêmico.

Este processo de intensificação do trabalho se intensificou no curso de Ciências Sociais com o REUNI. O Departamento de Sociologia é um dos que, em específico, mais ministra matérias para alunos que não são do Curso de Ciências Sociais, de acordo com os professores deste departamento. A demanda com a expansão considerável que aconteceu na universidade a partir de 2008, com os novos cursos e com o incremento do número de vagas, foi substancial.

Mas, como o REUNI desconsidera esta particularidade de alguns departamentos, que prestam apoio a vários cursos e não a um apenas especificamente, a demanda foi maior ainda do que se dimensionou.

Nós fomos fortemente impactados pelo REUNI sem a cobertura necessária de docentes. Eu não tenho dúvida. Até porque participei de uma comissão interna que fez o balanço disso no próprio CECH. **O departamento mais prejudicado em termos de esforço docente com o REUNI foi o Departamento de Sociologia.** Não há a menor dúvida. Porque nós saímos de um atendimento, antes do REUNI, um atendimento em torno de 500 alunos por semestre incluindo Ciências Sociais e *campus*. E hoje nós atendemos mais de 1250 alunos por semestre.

Exatamente. Então, para que você tenha ideia nós trabalhamos para que isso não ocorra, mas nós chegamos a ter turma de 100 alunos. Turma de 100 alunos não porque escolhemos concentrar os alunos de uma turma. Não! É porque nós tínhamos uma disciplina com mais de 400 inscritos. E aí nós fizemos quatro turmas.

Quatro turmas de 100 alunos. **Sociologia Industrial e do Trabalho.** Então... Agora... Quem faz Sociologia Industrial e do Trabalho? Esta é uma **optativa para todas as engenharias.** Então no REUNI, todos os cursos que foram criados no REUNI. **Os alunos pegam Sociologia Industrial e do Trabalho e o impacto disso na contratação docente no Departamento de Sociologia é mínimo.** É que não dá para explicar isso tão detalhadamente. Mas para você ter uma ideia os alunos de Engenharia Elétrica que fazem Sociologia Industrial e do Trabalho, se eles dessem uns 50 alunos, para fazer essa disciplina, o impacto numa planilha para esse esforço docente nosso é de 0,01! E para atingir uma vaga nós precisamos chegar a 1. Então, não tem

como conseguir uma vaga pelo esforço nosso. A Administração, a Reitoria, até diz: “Não! Há um algoritmo que calcula” e ok. Há! Só que para que um departamento que está lá na ponta ofertando disciplinas consiga um docente porque ele está ofertando para novas áreas, ninguém consegue! Ninguém consegue! Nós fomos muito impactados. (Professor/a 6).

Aqui visualizamos outra dimensão interessante, e pouco analisada e planejada do programa REUNI: quais as consequências da expansão e reestruturação como um todo para a universidade? Pois que, este docente, evidencia mais um elemento de distorção da simples aplicação de um cálculo de “esforço docente” para o Departamento de Sociologia que é obrigado a cumprir uma demanda excessiva de matérias optativas que não são consideradas no momento da previsão da expansão dos cursos de engenharia e suas consequências em outros cursos da universidade.

Estes depoimentos ressaltam estas características do trabalho docente das universidades federais no Brasil do início do século XX e corroboram as análises sobre a política educacional que se desenvolve a partir da inserção do Brasil no cenário da economia mundializada. As universidades, assim como boa parte dos serviços públicos que se voltaram à lógica da administração gerencial, estão desenvolvendo seus próprios métodos de “otimização” e “melhor uso de pessoal”.

Analisamos que, de maneira geral, o programa REUNI reuniu elementos que intensificaram, ainda mais, a cobrança por resultados na esfera acadêmico-científica das universidades e introduziu mais elementos para a interligação das esferas dos setores privados com a universidades públicas. Este processo que não vem a ser uma novidade, mas, que com a introdução do REUNI, atingiu outro nível de aplicação. Ainda mais, porque o Governo buscou maneiras de aceitação de seu projeto para as universidades que passam por uma dimensão ideológica através de promessas de um programa de “reestruturação, expansão e democratização” do ensino superior no Brasil. E, também, pela dimensão da cooptação de docentes e instituições de classe para que o projeto possa ser difundido pela um universidades federais.

3.5 – As críticas (operacionais) dos docentes ao REUNI.

As considerações anteriores trabalhadas neste texto, as questões sobre a macro e a micro política nas instituições de ensino superior federais no Brasil, as formas e o planejamento pelos quais se estruturaram a implantação do Programa REUNI, as contradições e implicações das políticas públicas para a educação superior no Brasil, as consequências para o desenvolvimento do trabalho docente e a competitividade nas universidades, o produtivismo acadêmico, são todas características inerentes ao contexto no qual o programa se materializa.

As contradições entre as propostas e a realidade aparecem e se materializam na execução do programa nas universidades e, em particular, na UFSCar e no Curso de Ciências Sociais. Vejamos como aparecem estas implicações e quais as contradições inerentes ao programa em questão com base nos depoimentos dos docentes.

Uma questão recorrente nos comentários foi em relação ao projeto pedagógico do curso que não sofreu grande alteração, mas, tão somente, a expansão das vagas. E, portanto, aquelas metas relativas às transformações acadêmico-pedagógicas ficaram, pelo menos se considerando o caso das Ciências Sociais na UFSCar, em segundo plano. Mas, analisamos que este foi o contexto na maior parte dos cursos que passou pelo “programa de reestruturação”.

Não, não. A expansão nas Ciências Sociais. **O curso de Ciências Sociais fez uma expansão para entrar no REUNI.** O projeto foi o quê? Foi a expansão do número de vagas. **Eu acho que o projeto poderia ter sido diferente.** Com o aumento do número de vagas, mas com uma nova habilitação. Acho que deveria haver uma nova habilitação. **Uma habilitação de licenciatura.** Ou com 45 com bacharelado e mais 45 com licenciatura. Ou então uma nova composição disso. Sobe para 60 no bacharelado e mais 30 para licenciatura. Não sei. Mas eu acho que 90 vagas por ano só para o bacharelado, eu não acho uma boa saída para os estudantes. Pensando de fato não apenas no chamado mercado de trabalho e nas possibilidades futuras, mas principalmente pensando também o que nós observamos que é o que traria o impacto regional. Nós temos a disciplina de Sociologia no Ensino Médio. Por que não ter uma habilitação nas áreas de ensino de Sociologia e História? Seria muito bom para os alunos. Para que os alunos pudessem escolher. Então eu acho que a expansão poderia ter tido resultado melhor do que o que nós temos hoje em termos de titulação. (Professor/a 6).

Já havíamos analisado, em outro momento, esta característica. O programa proclama a transformação pedagógica dos cursos que iriam se reestruturar com o REUNI. Mas, o que se concretiza é a expansão, dimensão mais urgente do programa e as ações acadêmico-pedagógicas se perdem nas burocracias e nas disputas internas entre departamentos, intensificadas com o programa. Podemos, portanto, afirmar que estas transformações fazem parte da “propaganda” do programa e não de sua realidade.

A distribuição das verbas entre os cursos e as universidades é um elemento de discussão e de ressignificação do programa interessante para se perceber as contradições e as ideias sobre política educacional e a atuação do Governo em relação às políticas públicas, pelo entendimento dos professores:

Porque quanto mais tarde um curso é criado, menos recursos tem para esse curso criado abocanhar. Então tem um pouco disso. Os cursos que foram criados mais cedo tiveram mais recursos, mais bolsas, mais funções gratificadas. **Os cursos que foram criados depois tiveram menos e o REUNI de alguma forma [...] ele aguçou isso.**

Porque agora se a universidade não vai criar um curso enquanto não parar de ter greve de gente dizendo que não tem hospital. Porque tem todos estes problemas dos cursos que estão criados: que o prédio não existe, que o cara está dando aula embaixo da árvore [...] **as condições materiais não estão dadas. Só estão dadas as subjetivas que são os alunos e os professores.**

Eu acho que ele foi inovador (Programa REUNI). Eu acho que o problema é sempre esse problema. **Que a gente recebe os alunos antes das vagas, dos professores e dos prédios. E do resto que tem que vir.** Mas é! Quem está na universidade há muito tempo conhece a universidade e não pode acusar o REUNI disso. **Primeiro faz e depois arruma um jeito de. A universidade cresceu assim.** (Professor/a 1).

As condições materiais para a execução das políticas públicas chegam depois das necessidades por elas criadas. Ou seja, falta planejamento e há, evidentemente, falhas na execução. Mas, de acordo com o depoimento do docente esta é a forma de expansão das universidades federais brasileiras. Há o intuito camuflado pelo discurso de não culpar esta gestão pública pelas mazelas das universidades, mesmo porque, apesar de toda esta conjuntura, “o projeto foi inovador”. A racionalidade que o orienta, as diretrizes do Estado, seu papel instrumental para a simulação, não são sequer considerados.

Mas, os cursos e as universidades que esperam as condições ideais para a execução destes programas nunca serão contempladas com recursos apropriados para esta

expansão. Esta é uma das maiores contradições: não há a possibilidade de execução dentro de um quadro de planejamento adequado. Talvez esta situação fosse de antemão conhecida pelo Governo ou sua previsão estava nos “riscos de execução do plano”.

Se fosse esperar para ter, não tinha nada. Então... Nós temos Departamento de Sociologia, nós temos uma pós-graduação em Sociologia muito bem avaliada. Se nós fôssemos esperar tudo, nós não íamos, sabe? E nós saímos fazendo. **E a universidade tem sido assim. Não é verdade que só com o REUNI foi assim. Porque realmente primeiro a gente começa a dar aula e depois você arruma o professor e a sala.** E a gente jura de pé junto que vai fazer para abrir e depois... Agora nem todo mundo pensa da mesma forma. **Tem gente que preferia ter as condições ideais antes. Esses que estão esperando as condições ideais não ganharam uma vaga. Não é mesmo?** Pelo simples fato que eles continuam esperando pelas condições ideais. (Professor/a 1).

Concordamos que, de fato, esta não é uma situação das políticas públicas no Brasil inaugurada pela gestão que propôs o REUNI. Mas, não podemos aceitar que esta conjuntura se justifique pela sua história. Até pelo fato de que analisamos que não é de todo circunstancial esta posição. Existem interesses (face oculta) na execução das políticas públicas e estes se concretizam na materialização dos planos. Em outra passagem com análise semelhante:

Agora, o REUNI é para a graduação não tem muita verba para a pesquisa diretamente falando, **mas na prática eu vejo o programa de maneira geral como positivo. Foi feito um pouco às pressas, mas de certa forma criou o projeto.** Para aderir ao projeto ou vão aumentar o número de vagas ou vão criar um curso novo. **E há contrapartida, não é? “Que bom, porque se vocês estão aderindo ao programa há a possibilidade de novas contratações de professores”.** Esta é a contrapartida. (Professor/a 3).

Primeiro se adere ao programa depois começam a chegar, aos poucos, as condições para a expansão – os professores, os prédios. E está evidente que os departamentos se sujeitam a trabalhar por um tempo com um número reduzido de docentes e funcionários para que haja a possibilidade da contrapartida – a contratação de pessoal.

É uma tática utilizada em um contexto no qual aqueles cursos e universidades que não se sujeitam a esta situação não são contemplados com financiamento e pessoal,

assim, a única possibilidade de expansão e reestruturação está em trabalhar “no vermelho” por um tempo.

Outra estratégia a contratação do professor para o fortalecimento da pós-graduação, já que, de outra maneira, dificilmente, se concretizam os programas recém-criados. No curso de Ciências Sociais a concretização dos novos programas de pós-graduações se fez com o auxílio para a contratação de professores que o REUNI possibilitou após a aceitação de suas diretrizes. Esta possibilidade é uma das estratégias do MEC para a cooptação do corpo docente.

O que preocupou mesmo foram as três pós-graduações. **Então, o que significou o REUNI, mais vagas. [...] o curso de Ciências Sociais quando entrou no REUNI estava de olho mais nas vagas de docentes para as pós-graduações** do que, propriamente, para a graduação.

[...] **o REUNI podia ser um momento não só de expansão quantitativa, mas também qualitativa.** E aqui estes alunos do primeiro ano aprendem que ser cientista social é depois fazer mestrado. (Professor/a 2).

A ideia de que, com o programa, certas condições de disputa política e espaço no cenário já competitivo da universidade se acirram, aparece também como uma contradição presente na execução da política pública.

O REUNI, em si, não trouxe novos problemas, apesar de que em algumas situações, principalmente, em cursos novos e em novos *campi*, em polos avançados e interiorizados pelo Brasil, surgiram grandes dificuldades para sua implantação. Mas, na situação que estamos descrevendo, a potencialização de disputas internas aparece como uma das principais implicações do programa.

Os cursos já estabelecidos já vêm com seus vícios, com seus probleminhas. E que o REUNI às vezes **potencializa os probleminhas** daquilo que já tem. Eu acho que você tinha que ter REUNI mais para abrir curso novo. [...] **O problema aqui do curso de Ciências Sociais aqui é que o REUNI acabou potencializando problemas que já existiam. Ele não criou problemas. Ele ampliou.** E depois da implantação do REUNI, no nosso curso de Ciências Sociais, aumentou essa disputa entre as três áreas. Com quem, qual que está com mais alunos. Então o nosso curso virou este **campo de batalha** e isto é tenso. A gente está numa disputa. Você não pode relaxar. Entram novos alunos, você tem que ir lá, vender seu peixe, fazer seu *marketing*. Então **hoje a ciência está muito marketing.** Vendendo o meu peixe. O tempo todo na graduação. (Professor/a 2).

Com este destaque encerramos, assim, esta análise preliminar do contexto no qual está inserido o REUNI, colocando que este foi um instrumento importante na reestruturação e expansão das universidades federais no Brasil. Expansão que se faz necessária em um contexto cada vez mais competitivo da economia mundial e com a perspectiva de que, no Brasil, uma porcentagem baixa (menos de vinte por cento, como já foi destacado) de jovens com idade de cursar o ensino superior estão inseridos neste nível de ensino.

As condições, contradições e implicações econômicas, sociais e pedagógicas que são intensificadas com o desenvolvimento das políticas educacionais para o ensino superior no Brasil em um contexto específico e com a implantação do REUNI, serão analisadas de forma mais abrangente no capítulo a seguir, considerando-se o contexto da Economia-Política na qual o país se insere na atualidade.

4- Mundialização do capital, Estado, políticas públicas e educação superior.

4.1 – Crise do modelo fordista, mundialização do capital e educação superior.

O capitalismo é orientado para o crescimento. Uma taxa equilibrada de crescimento é essencial para a saúde de um sistema econômico capitalista, visto que só através do crescimento os lucros podem ser garantidos e a acumulação do capital, sustentada. Isso implica que o capitalismo tem de preparar o terreno para uma expansão do produto e um crescimento em valores reais (e, eventualmente atingi-los), pouco importam as consequências sociais, políticas, geopolíticas ou ecológicas. Na medida em que a virtude vem da necessidade, um dos pilares básicos da ideologia capitalista é que o crescimento é tanto inevitável como bom. A crise é definida, em consequência, como falta de crescimento. (HARVEY, 2012, p. 166).

A crise do modelo fordista-keynesiano é um ponto de inflexão na análise de diversos autores sobre a retomada da economia liberal. Esta crise tem início com alguns fatores, dentre estas destacamos a tendência da queda acentuada das taxas de lucros a partir do avanço tecnológico e da mecanização que se dá com a revolução tecnológica que se apresenta no sistema industrial capitalista a partir da década de 1970.

Este ponto é uma referência à teoria marxiana e marxista de que quanto maiores são os avanços tecnológicos e a mecanização há uma tendência à queda das taxas de lucro, pois que, não se extrai mais-valia do trabalho mecânico, não se explora o trabalho de máquinas para obtenção de lucro.

Como qualquer outro elemento do capital constante, as máquinas não criam valor, mas transferem seu próprio valor ao produto para cuja feitura contribuem. Enquanto a máquina possui valor e, conseqüentemente, transfere valor ao produto, ela constitui um componente do valor do produto. Em vez de barateá-lo, encarece-o na proporção de seu próprio valor. (MARX, 2011, p. 443).

Assim, o desemprego estrutural – associado às inovações tecnológicas e ao aumento da mecanização – dificulta ainda mais a situação da classe trabalhadora. No modo de produção fordista e no Estado keynesiano as corporações conjuntamente com os Estados sustentavam, respectivamente, a partir da exploração da mão-de-obra e da alta carga tributária, um Estado de bem-estar social. A classe trabalhadora tinha um sistema de proteção social que lhes assegurava acesso a serviços públicos e a direitos sociais e trabalhistas.

A intervenção econômica do Estado assumiu o nome de *política econômica*, conjunto de medidas discricionárias que afetavam a economia nacional: através do orçamento (política financeira), da política monetária (ação sobre o crédito e a taxa de câmbio), da política social (regulamentação dos salários, instalação de regimes de seguro). As despesas do Estado não apenas aumentaram consideravelmente em relação ao produto interno bruto, mas a sua própria significação também mudou. (BRUNHOFF, 1991, p. 22).

Com a crise produtiva e financeira do sistema capitalista e com o aumento da taxa de juros nos EUA, o acordo Bretton Woods, sistema no qual a economia mundial tinha se fixado desde o fim da Segunda Guerra Mundial e que auxiliava na estabilidade econômica do Estado de bem-estar social, rompeu-se. [...] “A fase do bom funcionamento, afinal muito breve, da regulação fordista situa-se, grosso modo, desde o fim da reconstrução após a Segunda Guerra Mundial, até a morte de Bretton Woods.” (CHESNAIS, 1996, p. 297).

Assim, as estruturas da sociedade de consumo de massa e do pleno emprego estavam ameaçadas. Ocorrem as crises do petróleo de 1973/1979 que puseram fim à oferta de recursos energéticos com valor de mercado insignificante para os países industrializados, a crise fiscal do Estado, com diminuição paulatina das receitas e expansão das despesas e o início da crise ambiental, ressaltada pelo sistema produtivo de caráter predatório. Segundo Brunhoff (1991, p. 44): [...] “A crise econômica tornou-se aberta em 1974, por ocasião da quadruplicação do preço do petróleo, que cristalizou as tendências a “estagflação” nos países capitalistas desenvolvidos”.

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da “estagflação” (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento de social e político. (HARVEY, 2012, p. 140).

Este contexto somado ao processo de mundialização do capital e à flexibilização da regulamentação sobre o trabalho e a consequente modificação das relações sociais de produção se processam em um novo modelo de sociedade. A tese de que o sistema de bem-estar social estava falido e que era necessária uma reforma do Estado passa a vigorar como nova ideologia.

O ressurgimento da ideologia do *Big Market*, no fim dos anos 70, tem uma função: impor a todos os agentes econômicos a disciplina do

mercado. Este parece indicar que existe um excedente “normal” de mão-de-obra nos países capitalistas desenvolvidos (“desemprego natural”) e, em contrapartida, uma escassez relativa de capital, definido como os fundos a serem aplicados de maneira mais rentável possível. Depreciação da mão-de-obra, nível elevado das taxas de juros: sinais do mercado que devem ser levados a sério. Manter o rigor para os assalariados e restaurar a rentabilidade das empresas (mesmo que a queda desta última não seja o efeito de salários elevados demais) seria a saída liberal para a crise, como mostrou a retomada americana de 1983-84. (BRUNHOFF, 1991, p. 47).

Este processo é mais visível inicialmente nos países centrais – Inglaterra e Estados Unidos com os governos de Margareth Thatcher e Ronaldo Reagan - exercendo um papel de vanguarda na implantação de políticas de ajuste das economias nacionais.

A “desregulação” estatal das economias nacionais é frequentemente interpretada como a expressão de enfraquecimento relativo dos Estados nacionais, sob o efeito da nova economia mundial. A administração da crise não poderia ser feita com os meios da política keynesiana, que operava em um quadro nacional. (BRUNHOFF, 1991, p.171).

O documento fundante, em termos mais formais, deste novo modelo foi o do *Consenso de Washington* – conjunto de medidas formuladas por economistas estadunidenses no final da década de 1980 que previam a saída para a crise do Estado e da economia capitalista.

Entre 14 e 16 de janeiro de 1993, (...), o Institute for International Economics, destacado *think thanks* de Washington, tendo à frente Fred Bergsten, reuniu cerca de 100 especialistas em torno do documento escrito por Jonh Williamson, in: *Serch of a Manual for Technopols*, num seminário internacional cujo tema foi *The Political Economy of Policy Reform*. Durante dois dias de debate, executivos de governo, dos bancos multilaterais e de empresas privadas, junto com alguns acadêmicos, discutiram com representantes de 11 países da Ásia, África e América Latina, “as circunstâncias mais favoráveis e as regras de ação que poderiam ajudar um *technopol* a obter o apoio político que lhe permitisse levar a cabo com sucesso” o programa de estabilização e reforma econômica que o próprio Williamson, alguns anos antes, havia chamado de “Washington Consensus”. (FIORI, 1995, p. 233).

Previa dez indicações básicas:

- Disciplina fiscal
- Redução dos gastos públicos
- Reforma tributária
- Juros de mercado
- Câmbio de mercado
- Abertura comercial
- Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições.
- Privatização das estatais
- Desregulamentação (flexibilização das leis econômicas e trabalhistas)
- Direito à propriedade intelectual

Percebe-se que as medidas preconizadas tinham como base os pressupostos de visão e comprometimento com a defesa do papel do Estado para a reprodução e acumulação do capital. Assim, proclama-se a menor intervenção do Estado na economia, diminuição dos gastos públicos, abertura de mercados, a desregulamentação da legislação trabalhista e previdenciária desenvolvida a partir dos anos 1940 e a desregulamentação e liberalização das atividades financeiras no mundo.

Este é um dos principais pontos do Consenso – liberalizar capitais e desonerar a produção. Mas, esta conjuntura está intimamente relacionada à crise estrutural do modo de produção capitalista. Assim, não se trata tão somente de desregulamentação e incremento das possibilidades de extração de mais-valia e aumento das taxas de lucro. O que há é um embate para a reprodução do sistema capitalista em sua forma mais clássica (capitalismo industrial) e sua forma mais moderna (capitalismo financeiro):

O termo “regime de acumulação” (...) exprime a possibilidade teórica da existência de configurações político-econômicas nas quais a importância assumida pela forma $D \dots D'$, e pela formação de importantes camadas sociais que dependem de retiradas financeiras sobre o valor, incide pesadamente sobre a forma $D-M \dots P \dots M'-D'$ e, portanto, tais configurações constituiriam precisamente um obstáculo ao crescimento.” (CHESNAIS, 2003. p.47)

Assim, a partir do desenvolvimento do modelo baseado na financeirização para a reprodução do capital, o próprio modelo capitalista como um todo entra em novo processo

de crise. Explicamos do seguinte modo: o sistema capitalista caminha para um modelo de reprodução do capital que leva a crise interna e estrutural do próprio modo de produção. Quanto mais intenso o modelo pautado mais na financeirização do que na produção, ou um conjunto bem articulado dos dois, mais intensas e frequentes são as crises do modo capitalista.

Desta maneira Marx explica a tendência à redução das taxas de lucros com o processo de maquinização que transforma, ou substitui, trabalho produtivo (de onde se extrai mais-valia), em trabalho improdutivo (de onde não se extrai mais-valia). A maquinização do sistema capitalista industrial leva a redução das taxas de lucro com a modernização dos meios de produção e a diminuição das possibilidades de extração de mais-valia:

Com o desenvolvimento da força produtiva e a composição superior do capital, que lhe corresponde, põem um quantum cada vez maior de meios de produção em movimento por um quantum cada vez menor de trabalho, cada parte alíquota do produto global, cada mercadoria individual ou cada medida individual determinada de mercadoria da massa global produzida absorve menos trabalho vivo e, além disso, contém menos trabalho objetivado, tanto na depreciação do capital fixo empregado quanto nas matérias-primas e auxiliares utilizadas. Cada mercadoria individual contém, portanto, uma soma menor de trabalho objetivado nos meios de produção e de trabalho novo agregado durante a produção. Por isso cai o preço da mercadoria individual. (MARX, 1983, pág. 172-173)

Se se considera o enorme desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, ainda que somente nos últimos 30 anos, em comparação com todos os períodos anteriores, se se considera a saber a enorme massa de capital fixo que, além da maquinaria propriamente dita, entra no conjunto do processo de produção social, então, no lugar da dificuldade que até agora ocupou os economistas, isto é, explicar a queda da taxa de lucro, aparece a dificuldade inversa, ou seja, explicar por que essa queda não é maior ou mais rápida. **Deve haver influências contrariantes em jogo, que cruzam e superam os efeitos da lei geral, dando-lhe apenas o caráter de uma tendência, motivo pelo qual também designamos a queda da taxa geral de lucro como uma queda tendencial.** [...]. (MARX, 1983, pág. 177, grifos nossos).

No processo que estamos indicando, as transformações econômicas resultantes da financeirização da economia conjuntamente à Terceira Revolução Industrial contribuem para a “tendência geral da queda das taxas de lucro” inserindo, cada vez mais, o elemento “capital financeiro” na esfera da economia mundial.

O estilo de acumulação é dado **pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros** (os fundos mútuos e fundos de pensão), cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira. Seu veículo são os títulos (*securities*) e sua obsessão, a rentabilidade aliada à “liquidez”, da **qual Keynes denunciara o caráter “anti-social”** (...) ativos financeiros de várias dezenas de bilhões de dólares, quem personifica o “novo capitalismo” de fins de século XX. (CHESNAIS, 1996 P. 14, grifos nossos).

Como acima indicado, a propagação das referidas medidas se coadunava ao processo de “mundialização do capital” e da adoção do regime de “acumulação flexível”. Esta tendência de transformação da economia mundial é resultado da busca incessante, desenvolvida no âmago do próprio sistema capitalista, de adaptação aos novos parâmetros para a produção e reprodução do capital.

As condições de transformação no modelo de acumulação saíram do próprio sistema e o sistema busca novas alternativas para que o capital continue seu desenvolvimento. As mediações e adaptações necessárias a todo este movimento são complexas, mas seu resultado é inequívoco, a busca pela desregulamentação e flexibilização das relações de mercado desenvolvidas na própria sociedade civil e destas para com as instituições do Estado.

Esta última instituição precisa ser repensada e reformulada com base nos novos preceitos e necessidades do regime de acumulação flexível, assim (...) “modo de regulamentação, a inovação organizacional e tecnológica no sistema regulatório (como aparelho do Estado, os sistemas de incorporação e representação etc.) se torna crucial para a perpetuação do capitalismo”. (HARVEY, 2012, p. 169).

O que afinal constatamos é uma situação em que, nas palavras de R. Petrella (1994), **“a mundialização de economia de mercado, privatizada, desregulamentada e liberalizada, está “liberando” o capitalismo das regras, procedimentos e instituições que haviam permitido, à escala nacional, construir o “contrato social” – o Estado previdenciário ou *Welfare State*”**. (CHESNAIS, 1996, p. 297, grifos nossos).

O capital financeiro passa a permear as atividades financeiras e produtivas da maior parte dos conglomerados empresariais na economia mundial, ou seja, o capital produtivo de investimento perde espaço para a financeirização. Há o predomínio do capital financeiro sobre o capital produtivo no regime de acumulação flexível, segundo Harvey (2012 p. 181) [...] Estou, portanto, tentado a ver a flexibilidade conseguida na produção, nos

mercados de trabalho e no consumo antes como um resultado da busca de soluções financeiras para as tendências de crise do capitalismo do que o contrário.

Ademais, a relativa autonomia dos campos produtivo e financeiro é enfraquecida pelo fortalecimento de sua indissociabilidade. Desta maneira o capital produtivo e o capital financeiro atuam dentro de um mesmo espectro no modelo de acumulação flexível.

Este é um dos principais mecanismos de acumulação de renda e divisas dos grupos financeiros internacionais que agregam suas divisas a países periféricos e em desenvolvimento, retirando dinheiro dos fundos públicos e os transferindo para o setor privado, quer seja pela sucção de tecnologias, quer seja pela desregulamentação e flexibilização que fortaleceram os fundos privados (pensões, títulos, ações).

Mais preocupante do que este processo é que estas organizações internacionais, por meio de documentos como o Consenso de Washington, passam a influenciar diretamente nos governos destes países indicando quais políticas de investimentos sociais devem ser desenvolvidas.

Assim, as políticas de ajustes fiscais e superávit primário trazem um contexto econômico no qual, no início do século XXI, ocorre uma obediência dos países periféricos e semiperiféricos a este processo de mundialização do capital, o conhecimento científico e as áreas de pesquisa e desenvolvimento, produzidos pelo fundo público, são essenciais para a constituição da plataforma de produção de valor e de lastro ao capital financeiro e suas operações que promovem a “sucção de tecnologias”.

Tais operações devem ser vistas tomando em consideração as atividades de acompanhamento tecnológico e de aquisição de insumos especializados (conhecimentos científicos abstratos, bem como tecnologias complementares já testadas) **junto às universidades, centros de pesquisa públicos e pequenas firmas de alta tecnologia.** O caráter estratégico dessas atividades foi explicado anteriormente. São elas que **asseguram a ‘internalização das externalidades’ no campo da P&D, ou, de forma mais crua, a ‘sucção’ de tecnologias** (CHESNAIS, 1996, p. 153, grifos nossos).

Além da financeirização, ajuste da economia à reprodução do capital e privatização de fundos públicos e do sistema previdenciário, movimento que leva ao incremento do endividamento dos países periféricos, também há uma retirada de investimentos das áreas sociais destes mesmos países. Esta lógica privatista atinge também a educação superior no Brasil.

4.1.1 – A educação superior na esfera do ajuste econômico e da reforma do Estado.

No desenvolvimento da educação superior no Brasil ao longo das décadas de 1990 e 2000 há pontos dissoantes, mas de semelhante há a concretização das características analisadas nesta seção até este ponto, ou seja, a consolidação do regime de acumulação flexível no Brasil e da inserção do país no processo de mundialização do capital.

À sombra das recomendações do documento do Banco Mundial, de 1994, *Higher education: the lessons of experience* (Educação Superior: as lições da experiência), que propunha, entre outras coisas, uma muito maior diferenciação institucional e diversificação de fontes de manutenção da educação, incluindo o pagamento pelo aluno das IES públicas; que considerava a *universidade de pesquisa* (neo-humboldtiana) inadequada para os países em desenvolvimento e em seu lugar propunha a adoção da *universidade de ensino* (sem pesquisa); que recomendava às autoridades que ficassem “atentas aos sinais do mercado”, aprovava-se, em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Esta lei, aprovada como uma espécie de “guarda-chuva jurídico”, possibilitou a edição de diversos decretos normalizadores imbuídos do espírito dessas recomendações. Entre eles, destaca-se o Decreto número 2.306, de 19 de agosto de 1997, que reconhecia a educação superior como um bem de serviço comercializável, isto é, como objeto de lucro ou acumulação. (SGUISSARDI, 2008, p. 1000).

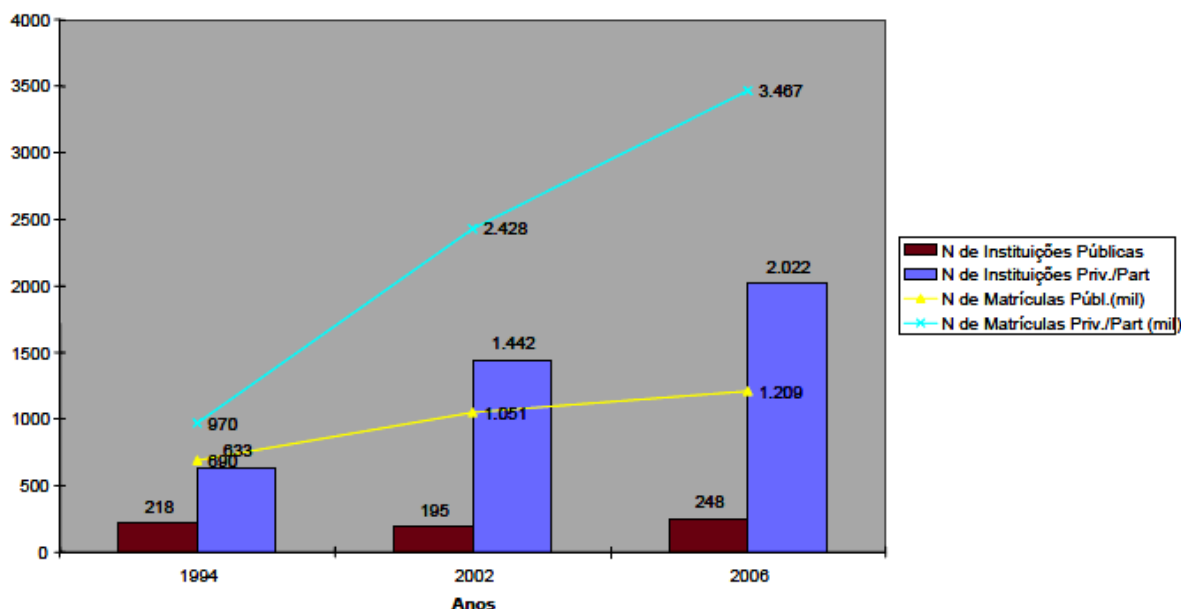
Em primeiro momento, no Governo FHC, isto significou a expansão paulatina do modelo de educação superior apoiado no crescimento vertiginoso das instituições privadas. De 1994 a 2002 (gráfico 1 abaixo) houve, inclusive, uma redução das instituições públicas neste setor de 218 para 195, enquanto que as instituições privadas cresceram de 970 em 1994 para 1.442 em 2002. O número de matrículas segue a mesma tendência com ligeiro crescimento das matrículas nas instituições públicas e vigoroso crescimento nas instituições particulares.

Em segundo momento, no Governo Lula, há uma expansão relativa das universidades públicas, aliada a contínua expansão das universidades particulares. De 2002 a 2006 as instituições públicas passaram de 195 para 248 e as particulares foram de 1.442 para 2.022 (ver tabelas 20, 21 e 22, respectivamente, nas páginas 117, 119 e 121).

Mas, afirmamos que a expansão proposta nos últimos anos, incluindo aqui a expansão proposta pelo REUNI, não rompe com a lógica mercantil para o setor da educação superior e que, mesmo esta expansão é relativamente pequena frente a demanda por educação superior pública no Brasil. Ou seja, não contempla nem de perto a procura e a necessidade de

expansão do ensino superior. Ainda, carrega consigo uma série de contradições tanto em seu planejamento quanto em sua implantação.

Gráfico 1: Evolução das IES e matrículas presenciais em Educação Superior por categoria administrativa (público e privada) – 1994 a 2006.



Fonte: MEC/INEP. Censo da Educação Superior apud SGUISSARDI 2008.

Esta relativa expansão ocorreu permeada por uma série de contradições entre a consolidação de uma “racionalidade instrumental” e os objetivos preconizados de “universalização e democratização”, como está na proposta do REUNI, mas que não se concretiza de fato.

A racionalidade instrumental, que a burocracia weberiana preconiza, destaca-se pela preocupação fundamental pelos meios, pelos modos mais eficazes no alcance de determinados objetivos, relegando a questão das finalidades para um plano acessório, porque a pretensão de justificação não existe. Compreende, assim, a relação entre meio e fim, com referência à relação entre causa e efeito. Baseada na lógica desta relação dirige a sua preocupação a excelência dos métodos e busca, incessantemente, o ‘menor meio’ na procura da solução ótima para se atingirem os objetivos que esta racionalidade não discute e não contesta, nunca pondo em causa os valores em nome dos quais se atua. (CARVALHO, 2009, p.120).

Destacamos, portanto, que mesmo com certa expansão do sistema federal de ensino superior a partir de 2002 e, principalmente, a partir de 2007, com a implantação do

REUNI, estes processos de expansão e reestruturação das universidades federais trouxeram consigo características de implantação ligados à “racionalidade instrumental” e à lógica da acumulação a partir do regime flexível e da mundialização do capital.

A racionalidade se explica com vistas ao pragmatismo com que foi idealizado o programa REUNI, conforme citado acima, “preocupação fundamental pelos meios, pelos modos mais eficazes no alcance de determinados objetivos, relegando a questão das finalidades para um plano acessório”, assim, o meio mais eficaz, para o Governo, parece ser um plano de expansão e reestruturação que traz consigo a “otimização dos recursos” e o “ótimo uso do recurso e gestão de pessoal”.

Analisamos, que o REUNI faz parte deste contexto da economia capitalista, onde o próprio capital, as empresas, os fundos de pensão, os investidores nacionais e internacionais, estão em busca de incremento de novas possibilidades e de investimentos. Como há a “tendência da redução gradual das taxas de lucros” se faz necessário a inserção de novas áreas para a acumulação e reprodução do capital.

A área de serviços, incluindo a educação superior, é uma destas áreas com “novas possibilidades” que surgem como alternativa aos investidores e aos especuladores. Não é por coincidência que o processo de abertura para o capital internacional no setor de educação superior se deu na década de 1990 no Brasil.

Em todo esse processo de financeirização, um novo tipo de ator surgiu e passou ter voz e vez no mercado educacional: os fundos de investimento. Eles são os protagonistas dessas grandes movimentações no setor e representam a entrada de capital e também de ingerência estrangeira. Esse processo foi iniciado antes mesmo da entrada dos grupos na bolsa de valores, mais precisamente em 2006, quando a estadunidense Laureate International, controlada pelo fundo KKR, comprou a Anhembi Morumbi. Hoje, a Estácio de Sá é administrada também por um fundo, o GP; a Anhanguera, pelo banco Pátria; a Kroton, pela Advent International.

Em sentido semelhante, os autores de Internacionalização do Ensino Superior atentam para o risco de se tratar a educação, um direito fundamental, como uma mercadoria qualquer. Não seria impróprio admitir que se vive hoje um intenso processo de mercantilização ou mesmo de ‘commoditização’ do ensino superior, com as formas de prestação de ensino superior sendo equiparadas a outros produtos negociados no mercado internacional como minérios, grãos etc.

(<http://revistaforum.com.br/blog/2013/08/sob-o-dominio-do-capital-estrangeiro/>, acessado em 18/09/2013).

Os *fundos de investimento* (principalmente estrangeiros) seriam cerca de duas dezenas, dispendo de R\$ 3 bilhões para serem aplicados no setor educacional no Brasil. Até o momento, quatro redes nacionais de educação superior privado/mercantis abriram seu capital e passaram a negociar ações na Bolsa de Valores (BOVESPA): Anhanguera, Estácio de Sá, Sistema Educacional Brasileiro (SEB, Ribeirão Preto - SP) e Kroton³ O total captado em um ano no mercado de capitais: cerca de R\$ 1,9 bilhão. (SGUISSARDI, 2008, p.1005).

O faro dos **grandes investidores financeiros** detectou um jeito novo de aplicar dinheiro no país. **A oportunidade se chama educação.** Escolas e universidades foram monopólio de instituições públicas e sem fins lucrativos até seis anos atrás, mas a legislação mudou em 1997 e o mercado demorou a se dar conta. Agora, começou a corrida. Fundos do tipo *private equity*, que compram empresas e investem nelas para revendê-las depois com lucro, estão em busca de oportunidades para entrar em universidades, editoras, cursos de línguas, empresas de treinamento e o que mais houver no segmento. O negócio é bilionário. O setor movimenta 13,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Sozinho, ele é maior do que os setores somados de óleo e gás, energia e telecomunicações. (<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2003/09/12/547880/olho-nas-escolas>, acessado em 19/09/2013).

O mercado de educação superior está aberto ao capital estrangeiro, às grandes empresas e “marcas” do setor educacional de modo que passa a ser tratado como um setor específico do mercado mundial de produtos e *commodities*. Na esteira deste processo, o ensino superior não apresenta condições de formação (graduação e pós-graduação), de corpo docente e infra-estrutura adequada de extensão e pesquisa, mas sim clientela, ensino terciário e aprendizado para o mercado de trabalho e para a produção.

Passamos de uma ideia de Universidade, instituições que agregam ensino, pesquisa e extensão, dentre outras atividades de cultura, desenvolvimento, artísticas para a consolidação de um modelo pautado nas relações de mercado, no modelo de educação enquanto mercadoria.

As certificações em massa que se promoveram dentre deste contexto rebaixaram, ainda mais, os índices de “qualidade” da educação no Brasil. Os maiores beneficiários da política educacional para o ensino superior desenvolvida neste contexto que estamos analisando foram as grandes empresas-universidades, os investidores estrangeiros e nacionais.

³ A Kroton Educacional, dona da marca Pitágoras (Mares Guia, ex-ministro do Turismo), entrou para a BOVESPA em julho de 2007, onde teria captado R\$ 396 milhões. Seu alvo seriam escolas de 1 a 4 mil alunos, localizadas em cidades de grande potencial de crescimento. Até agora, o grupo investiu R\$ 200 milhões em 15 estabelecimentos que têm as marcas Pitágoras e Ined, esta para cursos de tecnologia. São oferecidos 19 cursos para 26 mil alunos nas 25 unidades instaladas.

Há um número reduzido de vagas nas instituições públicas de ensino superior, há a expansão vigorosa das instituições privadas que oferecem uma formação superior de qualidade duvidosa na maior parte das instituições; há a intensificação do trabalho docente nas instituições federais e há a ligação e interdependência das áreas de pesquisa e desenvolvimento com o setor produtivo e com as universidades. Assim, temos consolidados os processos de transformação da educação superior em mercadoria e em objeto para a produção e reprodução do capital, inserida em uma lógica de pragmatismo e racionalidade instrumental, como já apontamos.

O mais problemático, porém, no caso do *modelo* de expansão da educação superior aqui em exame, é a necessidade de conciliar a regulação, isto é, o reconhecimento de padrões, a acreditação de títulos, pelo Estado, de instituições que fazem do lucro seu principal, embora muitas vezes oculto, objetivo final. O livre mercado já demonstrou, nas crises passadas do capitalismo e especialmente na atual, do que é capaz. A “mão livre do mercado” é uma metáfora esperta para disfarçar os objetivos reais do mercado livre, que não são, como universalmente reconhecidos, nem a preservação ambiental, nem as dignas condições de trabalho dos trabalhadores, nem a qualidade dos produtos, nem a ética na prestação dos serviços e, em última instância, o bem universal da sociedade. Se isso é válido para o mercado em geral, que dizer do mercado educacional?

Como corolário da tendência de tudo ser transformado em mercadoria pela sociedade capitalista, é que se pode entender que os serviços educacionais, como um direito e um bem público, possam se considerados como uma mercadoria, a educação-mercadoria, objeto de exploração de mais-valia ou de valorização. Isto não somente entre os empresários da educação, mas até certo ponto também para os interesses privado/mercantis no aparelho do Estado. (SGUISSARDI, 2008 p. 1012-1013).

A consolidação deste modelo de regulação, de educação superior como educação-mercadoria, dá-se, na esfera público-estatal, dentre outras mediações, pelo REUNI. Os interesses privado/mercantis atuam conjuntamente no desenho deste programa. É a perpetuação do processo de mercantilização no qual a esfera público-estatal passa a se organizar, e as políticas públicas educacionais seguem esta lógica, com vistas aos parâmetros da economia de mercado. Ou seja, a “otimização de recursos” e parâmetros de “eficiência” e “eficácia”, termos e condições que se materializam no REUNI.

4.2 – A reestruturação do Estado no Brasil e o REUNI: números e dados da expansão das universidades.

Desde 1994, portanto, que o modelo econômico adotado, como uma política de Estado no Brasil, tem obedecido ao que se formulou no Consenso de Washington para os países emergentes – *superávit* primário das contas públicas, diminuição dos investimentos do Estado nos setores sociais, com a transferência de parte deste papel para instituições privadas que podem obter lucro na venda desses serviços, como educação superior, por exemplo. E ainda: participação do Estado como gerenciador e da participação da sociedade civil no papel de investidores nestas instituições que anteriormente exibiam um caráter público de responsabilidade do Estado.

De seu nascedouro para cá, poucos ainda têm dúvidas de que o Plano Real, a despeito de sua originalidade operacional, é hereditário da grande família dos planos de estabilização analisados na reunião de Washington. [...] sua concepção estratégica de longo prazo – ajuste fiscal, reforma monetária, liberalização comercial e financeira, desestatização, abertura econômica e retomada do crescimento [...]. (FIORI, 1995, p. 236).

Assim, está em processo desde então a flexibilização do mercado de trabalho, modificações do financiamento da previdência social, aumento da carga tributária, diminuição dos investimentos nas áreas sociais, política de juros altos para a contenção da inflação e metas de *superávit* primário fiscal rígido. Na esteira deste movimento de Reforma do Estado e adoção do chamado “modelo gerencial”, em tese:

Através do **cancelamento da dívida que não pode ser paga** e de um ajuste fiscal que contemple a redução de despesas e **aumento de impostos sobre aqueles que podem pagar**, será possível recuperar a capacidade de poupança do Estado, para que esse possa no curto prazo, executar uma política macroeconômica e, no médio prazo, **definir uma política de retomada do desenvolvimento**, da qual faça parte uma política industrial e tecnológica, uma política social e uma política para o ambiente. (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 16) Grifos nossos.

O discurso proferido pelo Ministro da Reforma do Estado Bresser Pereira procura, de certa forma, ser contundente em relação à tarefa proposta. Mas, o que se visualiza na prática é outra realidade. Se no discurso se propõe aumento da carga tributária “para quem

pode pagar” na prática este aumento recai sobre todos. Se se fala no “cancelamento da dívida” na prática esta foi multiplicada muitas vezes e os serviços da dívida (seus juros) são pagos à custa do aumento dos impostos e da diminuição dos investimentos na área sociais.

E, se se fala em “retomada do desenvolvimento”, o que se viu foi um Estado engessado e com capacidade muito limitada de planejamento e execução de projetos, em todos os níveis. Para a educação superior, o que se visualizou foi uma expansão demasiada das instituições privadas e um sucateamento das condições físicas, materiais e humanas nas instituições públicas federais.

Neste processo da “Reforma do Aparelho de Estado” em seu documento principal intitulado “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” publicado pela Câmara da Reforma do Estado através da Presidência da República em 1995, se delimitam as esferas do Estado e como estas deveriam ser tratadas e organizadas daí em diante.

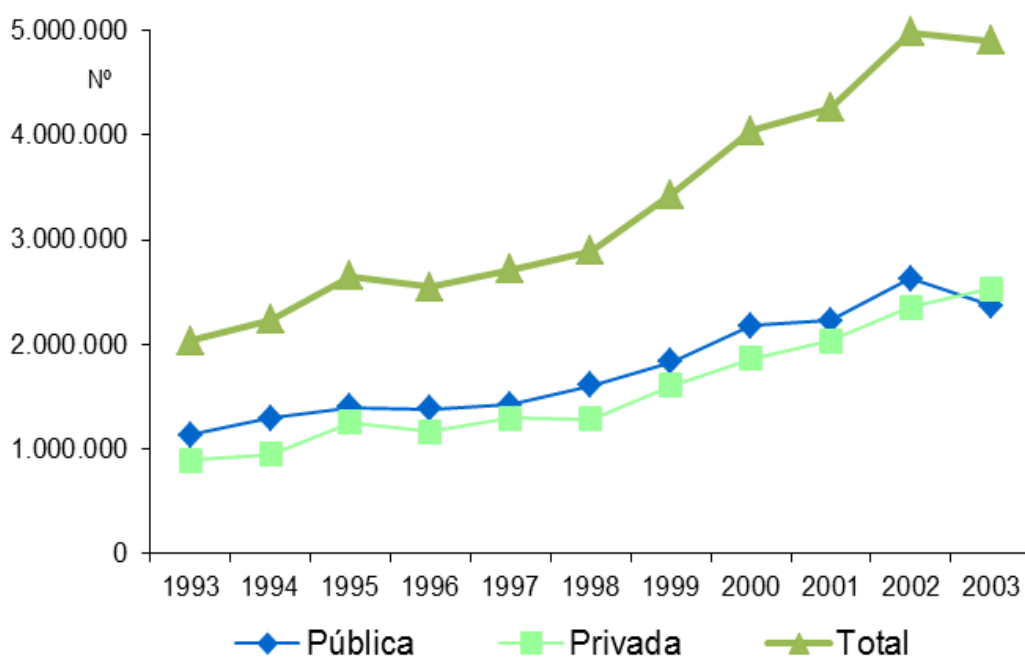
O Aparelho do Estado, segundo o documento, se organiza a partir de um núcleo central que é o “núcleo estratégico ou Governo”, um quadro de funcionários e a força militar e a polícia. Neste aparelho se organizam setores do Estado: um núcleo estratégico, “corresponde ao Governo em sentido *lato sensu*”; um setor de atividades exclusivas do Estado, “o setor em que são prestados serviços que só o Estado pode realizar”, ou seja, polícia e segurança nacional, cobrança de impostos, dentre outros; um setor de serviços não exclusivos “corresponde ao setor onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas”, entraram neste “pacote” as universidades, museus, hospitais e centros de pesquisa; e por fim, o setor de produção de bens e serviços para o mercado, que corresponde a área de atuação das empresas.

Assim, o setor que estamos analisando, as universidades e as políticas educacionais relacionadas a elas estão localizadas, no Aparelho do Estado, no setor de serviços não-exclusivos e, deste modo, passam a ser gerenciadas e financiadas pelo modelo de gestão que alia o Estado ao mercado.

Vale a pena lembrar-se de Luiz Carlos Bresser-Pereira e das principais instituições que pertenciam ao setor de serviços públicos não exclusivos do Estado ou competitivos: as universidades, as escolas técnicas, os museus (...). **É necessário também destacar a direção e os objetivos da educação básica e da profissional de nível técnico posicionada entre o Estado e o mercado.** (SGUISSARDI e SILVA JÚNIOR, 2009, p. 50). Grifos nossos.

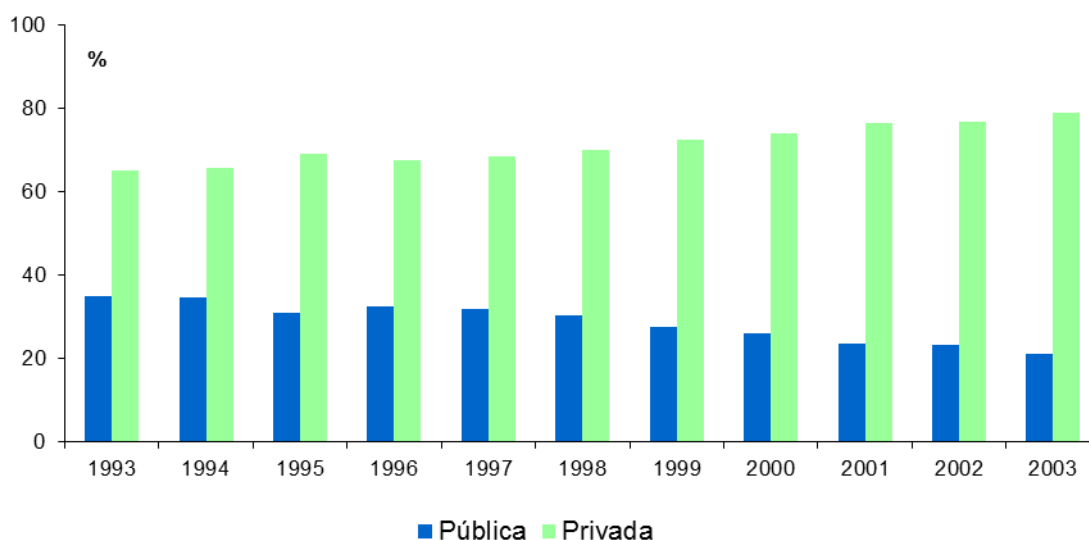
Portanto, este contexto e as transformações advindas da implantação do modelo gerencial no Brasil, submeteram as universidades federais a uma política de arrocho na qual, durante praticamente oito anos, não houve contratação de professores e nem o repasse de verbas para a manutenção adequada das atividades destas instituições. A educação superior pública sofreu uma estagnação, uma paralisação, enquanto que as instituições privadas de ensino superior se expandiram de maneira vertiginosa. Apresentamos abaixo e, mais a frente, dados relativos à expansão da educação superior brasileira, que nos parecem importantes de serem explicitados tendo em vista nosso intuito de, neste capítulo conclusivo, indicar as relações entre a singularidade de nosso objeto de pesquisa com a totalidade concreta na qual ele se insere.

Gráfico 2: Evolução do número de inscrições nos processos seletivos, por categoria administrativa – Brasil – 1993-2003



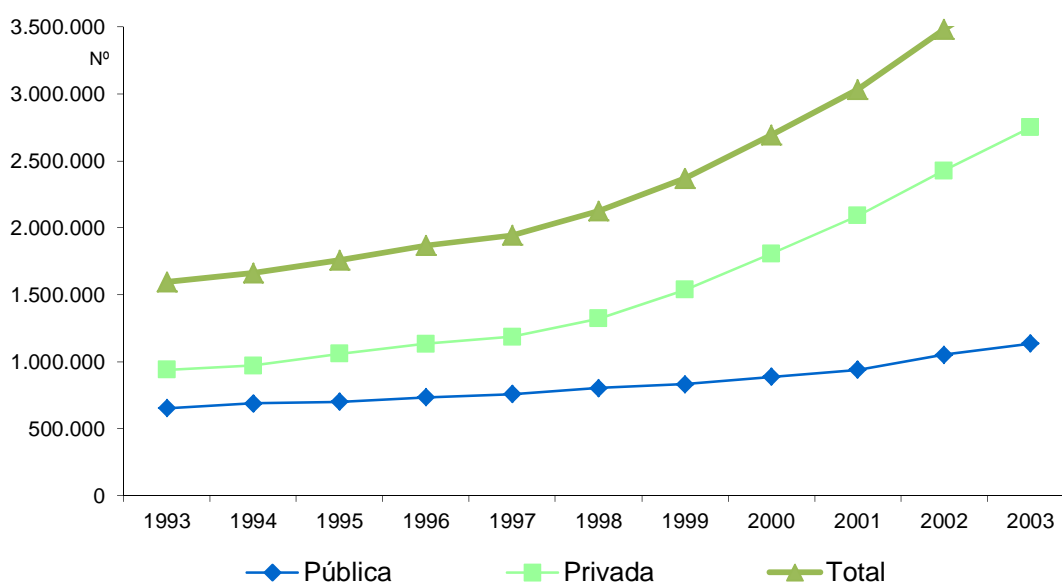
Fonte: MEC/INEP 2003 (anexos).

Gráfico 3: Distribuição Percentual do Número de Ingressos através de Processos Seletivos, por Categoria Administrativa - Brasil 1993-2003.



Fonte: MEC/INEP/DAES 2003 (anexos).

Gráfico 4: Evolução do número de matrículas, por categoria administrativa Brasil – 1993 – 2003.



Fonte: MEC/INEP 2003 (anexos).

As funções docentes – o número de professores da rede federal de educação superior – também sofreu um arrocho, houve paralização das contratações e durante quase uma década as universidades federais trabalharam com o mesmo número de professores. A Tabela 19 a seguir, mostra a relação das funções docentes nas universidades públicas e privadas entre dois períodos: 1995 – 2002 e 2002 – 2010.

Percebemos que de 1995 a 2002 o crescimento do número de funções docentes nas instituições públicas foi da ordem de 10,15%, enquanto que nas instituições privadas foi da ordem de 108,39%. Assim, percebemos, com os dados considerados dos gráficos 2, 3 e 4 (acima) e da tabela 20 (abaixo), o processo de privatização e mercantilização do ensino superior, nos anos considerados, principalmente, 1993 a 2003.

De 2003 a 2010 ocorreu relativa inversão desta tendência no crescimento das instituições públicas em relação às particulares sem, porém, afetar o quadro geral de preponderância do ensino privatizado na educação superior e adoção do modelo que estamos evidenciando.

Tabela 19 - Evolução do número de funções docentes em exercício no Brasil, por categoria administrativa, 1995 – 2010.

Período	Brasil	Públicas	%	Privadas	%
1995	145.290	76.268	52,49%	69.022	47,51%
1996	148.320	74.666	50,34%	73.654	49,66%
1997	165.964	84.591	50,97%	81.373	49,03%
1998	165.122	83.738	50,71%	81.384	49,29%
1999	173.836	80.883	46,53%	92.953	53,74%
2000	183.194	78.712	42,97%	104.482	57,03%
2001	204.106	81.300	39,83%	122.806	60,17%
2002	227.844	84.006	36,87%	143.838	63,13%
Δ%1995-2002	56,82%	10,15%	-	108,39%	-
2003	254.153	88.795	34,94%	165.358	65,06%
2004	279.058	93.800	33,61%	185.258	66,39%
2005	292.504	98.033	33,52%	194.471	66,48%
2006	302.006	100.726	33,35%	201.280	66,65%
2007	317.041	108.828	34,33%	208.213	66,67%
2008	321.493	111.894	34,80%	209.599	65,20%
2009	340.817	122.977	36,08%	217.840	63,92%
2010	345.335	130.789	37,87%	214.546	62,13%
Δ%2003-2010	35,88%	47,29%	-	29,74%	-
Δ%1995-2010	137,69%	71,49%	-	210,84%	-

Fonte: MEC/INEP, 2011.

Percebe-se, neste sentido, que ao longo da década de 1990 no Brasil a política econômica para setores-chave do desenvolvimento da sociedade como educação e, principalmente, educação superior, foram transformadas em funções às quais o Estado deixou de exercer com responsabilidade pública-estatal e se abriu, por meio de legislação própria, um leque de opções para a iniciativa privada, inclusive, capital de investimento estrangeiro.

O sistema de educação superior passou a se expandir a partir de grupos da iniciativa privada e as universidades federais foram incentivadas a se administrar a partir de parcerias com a iniciativa privada, com as parcerias público-privadas. Assim, se reconfiguram as fundações de apoio, como na UFSCar a Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAI) de 1992. Estas fundações de apoio tem o papel de desvincular parte da verba que chega às universidades de laços institucionais com o Estado, desta maneira, liberando entrada e saída de dinheiro da/para a iniciativa privada por vias menos formais e regimentais.

Fundada em 1992 pela Associação Brasileira de Polímeros (ABPol), a Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – **FAI•UFSCar** - **é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos e com personalidade jurídica própria**, que atua em diversas áreas do conhecimento e atende a todos os requisitos da Lei das Fundações.

Em atendimento à Lei n.º 8.958/94, a Fundação é credenciada junto à Secretaria de Ensino Superior (SESu), do Ministério da Educação (MEC) (sob n.º 062/2009) e à Secretaria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Desse modo, **tem sido ferramenta essencial na viabilização e fortalecimento da relação que a UFSCar mantém com a sociedade**, tendo como documento norteador o Convênio de Cooperação Institucional (CCI) renovado em 2004.

A FAI é forte parceira da UFSCar em todas as áreas do conhecimento, e **atua como interface junto às entidades e agências de financiamento e fomento à pesquisa, sejam elas públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras**. Realiza ainda o levantamento de oportunidades, a assessoria na elaboração de projetos de pesquisa e de propostas de prestação de serviços, negociação de convênios e contratos, além do gerenciamento de recursos financeiros de projetos da Universidade.

(<http://www.fai.ufscar.br:8080/FAI/fai-ufscar>) Acessado em 18/10/2012. Grifos nossos.

Configurou-se a mercantilização da universidade pública estatal, isto é, dava-se o decisivo passo para a institucionalização da “dimensão estatal/mercantil” da universidade (SGUISSARDI e SILVA JÚNIOR, 2009, p. 35).

A institucionalização da dimensão estatal/mercantil criou um espaço para as relações entre mercado e entidades da sociedade civil (ONGs, empresas do terceiro setor) para a prestação de serviços antes de natureza estatal pública, por meio de contratos de gestão. Passou a permitir a transferência de responsabilidade do

Estado para a sociedade civil e para o mercado. As universidades estatais públicas passaram a executar atividades que antes não lhes eram pertinentes, tais como convênios com empresas privadas ou com associações de moradores para resolver problemas de violência, alfabetização de jovens e adultos, dentre outras que se poderia enumerar. Estas atividades aproximaram-se muito das que as organizações estariam juridicamente aptas a executar. (SGUISSARDI e SILVA JÚNIOR, 2009, p. 37). Grifo nosso.

Percebe-se, por exemplo, na Tabela 20 que, além da análise de que as universidades estatais públicas assumiram atividades que não estão, necessariamente, ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, aumentaram as demandas sobre os profissionais da universidade, ainda houve um crescimento acelerado do número de vagas nas universidades particulares em relação às públicas.

Enquanto que de 2002 a 2007 as universidades privadas foram de um total de vagas de 1.477.733 para 2.494.682, um crescimento em torno de 60%, as universidades públicas federais expandiram suas vagas de 124.196 para 155.040, um crescimento em torno de 24%. Assim, além de assumir novas funções com base na institucionalização da dimensão estatal/mercantil, sua expansão vem bem aquém do que acontece com suas concorrentes do mercado privado de educação superior, este que cumpre menos funções sociais do que as universidades estatais.

Tabela 20 – Evolução do Número de Vagas, segundo Categoria Administrativa – Brasil – 2002 a 2007.

Ano	Total	%Δ	Pública						Privada	%Δ
			Federal	%Δ	Estadual	%Δ	Municipal	%Δ		
2002	1.773.087	—	124.196	—	132.270	—	38.888	—	1.477.733	—
2003	2.002.733	13,0	121.455	-2,2	111.863	-15,4	47.895	23,2	1.721.520	16,5
2004	2.320.421	15,9	123.959	2,1	131.675	17,7	52.858	10,4	2.011.929	16,9
2005	2.435.987	5,0	127.334	2,7	128.948	-2,1	57.086	8,0	2.122.619	5,5
2006	2.629.598	7,9	144.445	13,4	125.871	-2,4	60.789	6,5	2.298.493	8,3
2007	2.823.942	7,4	155.040	7,3	113.731	-9,6	60.489	-0,5	2.494.682	8,5

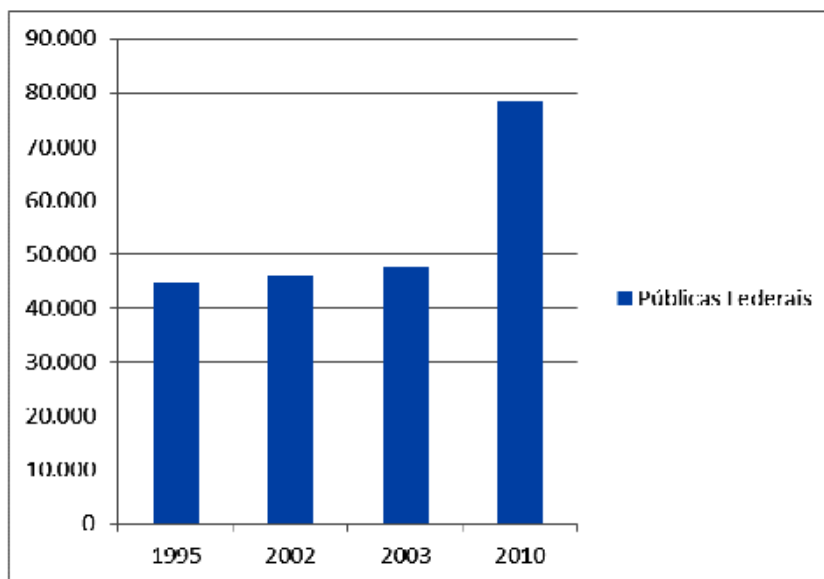
Fonte: MEC/INEP, 2009

Com o início do século XXI, há a consolidação deste modelo supracitado. No entanto, não se trata de mera continuidade, sobretudo quando se considera a política de expansão do ensino superior, particularmente das IFES. Nesta há diversas contradições, expressas no modelo de implantação do projeto REUNI, mas há uma mudança de direção em relação à política universitária adotada nos governos anteriores, pois que, mesmo seguindo a

lógica da mercantilização das relações Estado/Mercado, há o incremento relativo das universidades federais.

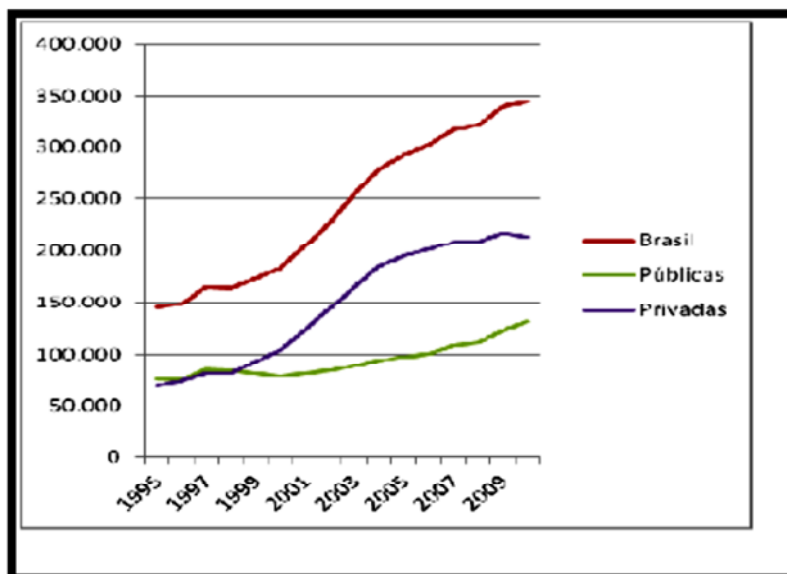
Em um gráfico da expansão do número das funções docentes nas universidades federais entre 1995/2003 e 2003/2010 (gráfico 5) e em outro (gráfico 6), relativo à evolução no número de funções docentes conforme a natureza pública ou privada, período 1995-2010, podemos visualizar a mudança referida no parágrafo anterior.

Gráfico 5 - Evolução do número de funções docentes em Exercício no Brasil, na rede federal, 1995/2002-2003/2010.



Fonte: MANCEBO, 2012, p.5.

Gráfico 6 - Evolução no número de funções docentes em exercício no Brasil, por categoria administrativa, 1995-2010.



Fonte: MANCEBO, 2012 p.2.

É notável que, a partir do ano de 2003, a política para a docência nas universidades federais apresenta uma mudança de direção. Há uma expansão substancial nas vagas docentes. Mas, esta política aponta contradições que foram apontadas na análise do programa REUNI, com destaque para a desproporcionalidade do crescimento de cursos e turmas em comparação a contratação de professores e técnicos.

A expansão da rede de ensino superior no Brasil se estrutura nos últimos cinco anos com base na promulgação do Reuni no segundo mandato do Governo Lula, como já vimos. Com este Programa, o Governo Federal busca a expansão da rede federal de ensino superior, a “otimização” do trabalho docente e produção e reprodução acadêmica e científica nas universidades conforme a lógica da implantação do processo de mundialização do capital. Tanto com a expansão e intensificação do trabalho docente como pela expansão do número de discentes.

A reformulação da educação superior, que está sendo realizada pelo governo Lula da Silva, encontra-se inserida em um **processo mais amplo de reordenamento do Estado brasileiro, caracterizado pela sistemática diluição das fronteiras entre público e privado, a partir da materialização da noção de público não estatal operada pelas parcerias entre o público e o privado.** Esse processo atravessou o governo Cardoso, quando a educação foi incluída no setor de atividades não exclusivas do Estado (SILVA JR. e SGUISSARDI 1999), e está sendo aprofundado no atual governo por meio de mais uma fase da reforma da educação superior (LIMA, 2012, p. 1).

O REUNI é alvo de críticas vindas, de alguns segmentos, da comunidade acadêmica que contestam o caráter de expansão democrática e universalizante e o localiza, prioritariamente, como um programa inserido na lógica da racionalidade instrumental, como definimos na seção anterior. No entanto, como procuramos identificar no discurso dos sujeitos de nossa pesquisa, muitos professores aderem ao REUNI, ou tecem um “apoio crítico”, sem que suas relações com o contexto econômico e político ora aqui considerados sejam levados em conta.

Observamos que a evolução do número de professores das universidades federais é insuficiente para a expansão sugerida pelo próprio REUNI e que há um descompasso entre a tentativa de expansão do ensino superior público e os investimentos destinados a esta expansão. Tal aspecto foi reconhecido pelos sujeitos desta pesquisa, apesar destes, na maior parte das vezes, não irem ao mérito das críticas à expansão da universidade

pública que ora tecemos, restringindo-se, não obstante, como revela a análise do discurso de alguns docentes e do próprio PDI/UFSCar, não interligar o apoio das instituições federais de ensino para a realização da expansão da rede federal de ensino superior. E este apoio, ainda que, com críticas pontuais, se efetiva, apesar do Governo, destinar verbas insuficientes para o REUNI e intensificar as exigências sobre o corpo docente e os funcionários técnico-administrativos. E, no caso da instituição por nós analisada, a aceitação foi facilitada pela entidade de classe (PROIFES) e pela utopia inclusiva dos docentes, de modo geral, ao que denominamos “críticas operacionais” (vide item 3.5).

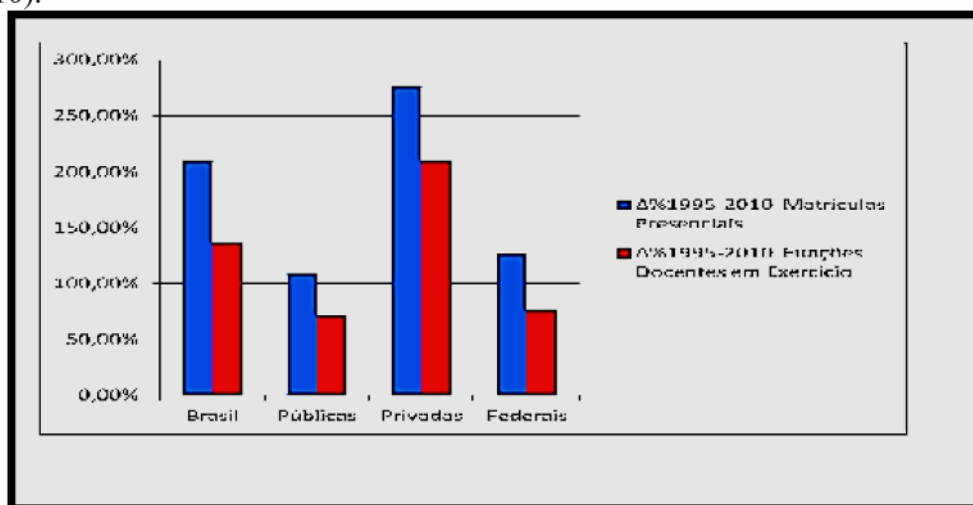
Materializa-se a dimensão ideológica e se revelam as reais intenções do Governo com a reestruturação das universidades que é a busca por um modelo no qual com menos recursos se exigem mais demandas, uma universidade pronta a atender às necessidades do mercado e um setor de pesquisa subordinado à esfera da produção.

Tabela 21 - Comparação do crescimento das matrículas e funções docentes, por categoria administrativa (% 1995-2010).

	Δ% 1995-2010 Matrículas Presenciais	Δ% 1995-2010 Funções Docentes em Exercício
Brasil	209,66%	137,69%
Públicas	108,65%	71,49%
Privadas	276,47%	210,84%
Federais	126,90%	76,70%

Fonte: MANCEBO, 2012, p.10.

Gráfico 7 - Crescimento das matrículas e funções docentes, por categoria administrativa (% 1995-2010).



Fonte: MANCEBO, 2012, p.10.

Em síntese, enquanto as matrículas presenciais expandiram 209,66% no Brasil, entre 1995 e 2010, as funções docentes foram ampliadas em somente 137,69%. Considerando as matrículas nas IES públicas, observa-se uma expansão de 108,65% acompanhada de um crescimento das funções docentes de somente 71,49%. No setor privado, o crescimento das matrículas foi de 276,47%, enquanto as funções docentes cresceram 210,84%. **Por fim, a situação mais grave dentre os recortes analisados é a da rede federal que teve uma expansão das matrículas da ordem de 126,90%, para um crescimento de 76,70% de docentes.** Esses dados, inequivocamente, evidenciam a intensificação do trabalho docente, tanto na rede pública quanto na privada, pelo menos no que tange às atividades de ensino presencial. (MANCEBO, 2012 p.11, grifo nosso).

4.3 – As estratégias de regulação e cooptação das IFES e da instituição e sujeitos desta pesquisa.

A universidade vem perdendo autonomia frente à necessidade de financiamento. O MEC assina acordos de gestão com cada universidade que adere ao REUNI e amarra a liberação de verbas ao cumprimento das exigências do programa. É uma tática do Governo de cooptação e regulação para que as instituições sigam as exigências do MEC/SESu.

Percebemos, grosso modo, nas universidades brasileiras dois grupos políticos antagônicos. Existem entusiastas do modelo produtivista e da interligação entre as empresas e

as universidades, como o modelo de parceria público-privada, no qual há a utilização das dependências das instituições públicas para a produção e desenvolvimento de tecnologia voltada à reprodução do capital, ou seja, direcionada intencionalmente como para a produção de mercadorias. Este grupo considera que este modelo serviria como uma forma de captação de recursos para as universidades, que deveria ceder, inclusive, sua mão-de-obra especializada, materializada na figura dos docentes.

Há outro lado que argumenta que, desta maneira, se estaria descaracterizando a universidade como instituição pública e autônoma. A atividade complementar dos professores e pesquisadores descaracterizaria a carreira docente e a dedicação exclusiva na universidade. A universidade se comprometeria com a lógica produtivista e com a racionalidade instrumental, de tal forma que suas atividades passariam a ser guiadas por esta lógica. E parte dos docentes se guiaria da mesma forma. Fazemos parte do grupo daqueles que argumentamos no sentido desta última análise.

Ainda assim, e não apenas desta maneira, aqueles docentes comprometidos com suas áreas de pesquisa e ensino, distintos da ciência e tecnologia, estão sujeitos às lógicas de reprodução do capital, ou melhor, à instrumentalidade e ao pragmatismo, incentivados e/ou coagidos pelas agências de fomento à pesquisa e pelo Ministério da Educação a publicarem mais artigos, a ministrarem mais aulas e a orientarem mais discentes. O trabalho se torna intenso e exaustivo, conforme depoimento, percebemos que existem estratégias, desenvolvidas pelos docentes, para acompanhar o ritmo de trabalho na universidade e se afirmar neste cenário competitivo.

[...] As pessoas preferem, dá mais status (aulas na pós-graduação). [...] o que acontece, a graduação é meio deixada de lado. A pós-graduação é que domina a cena. Mas, nas Ciências Sociais a graduação está sendo um pouco carregada. Você tem que cumprir na graduação.

É, a CAPES está exigindo cada vez mais orientação, publicação. Então, as pessoas dão preferência para isso. E há um aquecimento da demanda na pós-graduação. Eu acho que as pessoas estão descuidando muito da graduação.

Iniciação científica é uma coisa importante, não é? As pessoas acabam deixando para segundo plano porque estão mais preocupadas com a bolsa FAPESP do aluno de mestrado, de doutorado, sua publicação, sua agenda de pesquisa [...] O pessoal mais cumpre tabela na graduação e investe na pós-graduação. (Professor/a 2).

No cenário do REUNI, na UFSCar e no curso de Ciências Sociais, a consequência da implantação de um programa, como o REUNI, que estabelece a lógica do

pragmatismo para a educação superior e consolida a “otimização” de recursos e a intensificação do trabalho, é o estabelecimento e a concretização de cursos e departamentos onde as disputas acadêmicas e políticas se intensificam de tal maneira que os docentes do DCSO e do DS não estabelecem diálogo sobre o curso e suas matérias, na realidade, o meio acadêmico se torna cada vez mais individualista, especializado e isolado. Vejamos, conforme a fala de um docente:

Você (eu) tem um monte de colega de mestrado na Unicamp que está aí. A Professora Y na Política, o Professor Z que eu conheço; na Antropologia formou um monte de colega da minha geração que entrou. Mas é o que eu estava te falando, a pressão que a gente tem é para fazer pesquisa. Para fazer pesquisa não tem como trabalhar junto, principalmente entre áreas, entendeu? Eu sou uma pessoa que está meio entre áreas, mas é exceção. Um antropólogo não quer um sociólogo para trabalhar junto com ele, ele quer trabalhar com um antropólogo do museu nacional, entendeu? Então você tem uma tendência que é estrutural na pesquisa que é de nucleação e especialização e você tem um discurso retórico de interdisciplinar não é o que a CAPES quer, não é o que o CNPQ privilegia, não é o que FAPESP privilegia, não é o que as empresas internacionais privilegiam, não é o que os referis de revista privilegiam elas tendem a nucleação isso é muito evidente historicamente olhando. Ela tende a nucleação e pessoas cada vez mais comprometidas com saber profissionalmente como uma linguagem específica. (Professor/a 4).

Com estas características e contradições, que se concretizam no cenário estabelecido pelo REUNI, cada professor tende a estabelecer um grupo de pesquisa e uma área de especialidade e a afastar, inclusive, as pessoas com quem estabeleceu, ao longo de seus estudos e de sua carreira acadêmica, laços profissionais e de amizade. Com a competição e a “política da eficiência” estabelecidas pelas agências CNPQ e CAPES cada docente busca a “maximização” de seus esforços por publicações e organizações de eventos, o que quer que apareça, para estas agencias, como “produção acadêmica”.

Enquanto que docentes e coordenadores, além de muitos discentes, de pós-graduações se esforçam para aumentar ou manter a nota de avaliação da CAPES aos seus programas de pós-graduação, a organização política e a interlocução de ideias tendem a diminuir nas mesmas, ou em maiores proporções. Esta é uma estratégia de regulação e de cooptação importada da esfera corporativa, da esfera empresarial, para as universidades federais, a competição entre os pares tende a trazer a diminuição da organização política destes atores. Esta é uma estratégia, dentre outras que já trabalhamos, do modo capitalista de

acumulação flexível. Mas, além da estratégia da competição, ou seja, da meritocracia, também, está no REUNI, importados do mesmo modelo, a “otimização” dos recursos humanos, o estabelecimento de um quadro de planos de carreira diferenciados para os docentes, conforme sua produtividade, os sistemas de avaliação e regulação heterônomos, disfarçando o controle como necessidade de “melhor aproveitamento” de recursos.

Dentre estas características, implantadas de acordo com o modelo de acumulação flexível e no cenário da mundialização do capital, conforme já trabalhamos, a mais expressiva destas é a intensificação (e extensificação) do trabalho nas universidades federais. Conforme depoimento de docente, uma das metas do REUNI, que era o estabelecimento do curso noturno em Ciências Sociais na UFSCar, não se concretizou, pois, os docentes perceberam que não teriam a contrapartida necessária do número de professores para a concretização do curso.

Então também acho que desqualifica, pois primeiro ninguém quer dar aula a noite, quem está acostumado a dar aula só de dia,, não quer dar aula a noite. As pessoas tem certa experiência com alguma coisa, mas vai abrir um curso novo, não vai ter tantos professores, então vai sobrar para nós, a gente vai ter que dar mais aula do que a gente já dá. Pensam: Bom, se está assim e vai ter um curso novo de Licenciatura noturno em Ciências Sociais, isso vai vir com mais 15 vagas docentes, a gente fala, beleza! Agora, a gente sabe que não é isso que acontece e vão vir 5 vagas docentes a mais e dessas 5 vagas(...) vai precisar de 15 para dar aula e os outros 10 vão ficar com sobrecarga . Porque já estão escalados, eles não querem correr esse risco. **Você tem um monte de demanda corporativa** e um monte de briga de departamento que impediu essa proposta que era óbvia. (Professor/a 4).

A estratégia de “otimização” dos recursos e de estabelecimento de uma relação aluno-professor (RAP) maior para cada curso em questão a ser reestruturado afasta, conforme este depoimento, inclusive, algumas possibilidades propostas do próprio REUNI. As estratégias para a consolidação do programa, neste sentido, não foram bem traçadas pelo próprio MEC.

Da UFSCar existe um relatório sobre o REUNI, “Parecer do Grupo GT-REUNI N° 001/2011” e a situação para a implantação do curso de Direito, que estava previsto pelo REUNI/UFSCar, que demonstra, também, os problemas estruturais e de recursos humanos deste programa na UFSCar. Neste relatório são descritas as situações dos cursos que foram reestruturados, expandidos e estabelecidos com o REUNI e a demanda docente de cada

Centro da UFSCar para a continuidade do programa e, ainda, o estabelecimento, do curso de Direito que seria implantado em 2011.

No documento é citado que no Banco de Professores Equivalentes para a UFSCar havia a possibilidade da contratação de 50 docentes que poderiam ser distribuídos entre os Centros da universidade, de acordo com a Tabela 22:

Tabela 22 – Cálculo de estimativa de alocação de docentes do banco de reserva para cada Centro no Projeto REUNI-UFSCar

CENTROS	Docentes solicitados (A)	Docentes calculados (B)	Atendimento dentro de cada cenário	
			SEM Curso de Direito (C)	COM Curso de Direito (D)
ccbs	8,0	4,1	0,6	0,0
ccet	20,1	29,6	17,2	11,3
cech	20,0	13,7	8,2	5,6
cca	9,0	9,8	5,0	2,7
cas	36,0	25,3	18,0	14,4
total	93,1	82,5	49,0	34,0

Fonte: UFSCar/GT-REUNI, 2011.

As diferenças entre as colunas demonstram como, mesmo em 2011, na UFSCar, as demandas para a implantação do REUNI de forma completa, não haviam sido atendidas pelo Governo. Na Tabela a Coluna (A) indica o número de docentes solicitados por cada Centro para atender as demandas do REUNI em 2011 para todos os seus cursos. Detalhamos que, segundo o documento, o curso de Direito necessitaria de 23 docentes, ou seja, 15 Docentes-DDE para ser implantado. E que a Coluna (C) parte de 49 docentes, pois que, um dos cinquenta docentes do Banco de Professores seria um docente da matéria de Libras que daria suporte ao estabelecimento desta matéria aos cursos do REUNI.

Porém, dos 82,5 Docentes Calculados (B) que, segundo cálculo do GT-REUNI, estariam disponíveis aos Centros, apenas 49,0 Coluna(C) eram previstos no Banco. Isto sem a implantação do curso de Direito, pois, com a implantação deste último restariam 34,0 docentes Coluna (D). Nesta situação, por exemplo, dos oito docentes solicitados pelo CCBS, este Centro teria na realidade zero; e o CECH, Centro ao qual estaria ligado o curso de Direito, dos vinte docentes solicitados, na realidade restariam cinco.

Mas, mesmo diante desta situação, a Diretoria do CECH, além da Diretoria do CCET, votaram a favor do estabelecimento do curso de Direito com o uso dos professores do

referido Banco. Estes Centros estavam dispostos a sacrificar o “ótimo” andamento de seus próprios cursos, principalmente, o CECH, para que a UFSCar pudesse apresentar mais uma graduação relevante para o cenário atual, ou seja, mais força política e referência.

Esta decisão é parte da mentalidade dos atores que foram cooptados pela retórica governamental, ou seja, a “expansão a qualquer custo”, a lógica empresarial. De qualquer forma, é interessante notar que, nenhuma vaga docente foi concretizada na UFSCar em 2011 e 2012, segundo documento disponível no sitio da universidade na *internet*.

Se o curso de Direito tivesse sido implantado não haveria docente algum, pois, as vagas do Banco de Professores não foram providas, pelo menos não até 2012, e o curso não saiu do papel para 2014. Esta foi a lógica máxima do REUNI: a propaganda e a retórica em graus elevados, os projetos que se consolidaram apenas em parte e a consolidação da educação superior pública federal no Brasil mais ligada aos setores produtivos e de acordo com as demandas do processo de mundialização do capital.

Desta maneira, é fato que, a partir de um conjunto de leis e decretos, o Governo vem descaracterizando a universidade pública federal como instituição estatal de responsabilidade do Governo e do Estado, assim pretende e concretiza a partilha com a sociedade civil, e com o mercado, da responsabilidade pelo financiamento e gestão destas instituições.

Conclusão

O REUNI em essência é um programa que, apesar de propor a expansão e a reestruturação das universidades federais no Brasil e, de certa forma, consolidar estas metas, é muito mais que um simples programa, pois que como pano de fundo para a consolidação destas metas traz consigo a concretização da inserção do Brasil no contexto da mundialização do capital. Esta concretização se dá por meio de mecanismos que estão subjacentes às propostas de primeiro plano do programa. Ou seja, não é uma meta declarada e assumida do REUNI que as universidades sejam administradas e financiadas com a lógica da administração gerencial, mas esta intenção se materializa.

No caso das Ciências Sociais da UFSCar a implantação do programa tem a particularidade de desvelar algumas questões. Em primeiro momento, que o Governo e o MEC foram bem sucedidos na propaganda política que foi possível de se estabelecer com a implantação do REUNI. Ou seja, a retórica institucional, de forma mais ou menos direta, foi absorvida pelos docentes que fizeram parte desta reestruturação da universidade, mesmo com a efetivação de sobrecarga e intensificação do trabalho. Por esta razão que argumentamos que o programa concretizou parte de sua materialidade, ou seja, há uma real dimensão de mudanças físicas nas universidades, não é apenas discurso. Mas, por meio do discurso o Governo alcançou mais êxito do que o programa obteve na realidade. Em segundo momento, percebemos claramente que a organização micro-política das universidades, em suas administrações e em seus departamentos, estabelece um jogo dialético na implantação das políticas públicas para a educação superior. Assim, parte das metas do REUNI são renegociadas no momento de sua implantação em cada unidade acadêmica. A situação política e econômica de cada universidade, sua maior ou menor inserção no cenário brasileiro de produção acadêmica e científica, seu papel na difusão de tecnologias, sua maior ou menor inserção no setor industrial-produtivo na região em que atua e as demandas da classe docente que administram aquela universidade, aquele centro e aquele curso, são características que influenciam diretamente na implantação dos programas para o ensino superior público federal. Há uma cena política efervescente e interessada, ideologicamente direcionada segundo suas pretensões acadêmicas, políticas e econômicas.

A essência do REUNI e as particularidades de sua implantação na UFSCar e no curso de Ciências Sociais se relacionam com o contexto político e econômico no sentido de que percebemos uma direção das políticas de Estado para educação no sistema federal de

ensino superior desde o processo de reforma do Estado que se iniciou em meados da década de 1990 no Brasil.

Esta política de Estado direciona as universidades federais para uma maior ligação e para a interdependência destas com o setor industrial-produtivo brasileiro. São programas como o REUNI que demonstram que o Governo e o Estado brasileiros, independentemente de qual partido esteja no Governo, assumem a necessidade da inserção completa do Brasil no processo de mundialização do capital. Assumem o Brasil como um país que necessita ser atraente ao capital produtivo e financeiro internacionais, um país dependente tecnologicamente, e que pode, a partir de desenvolvimento científico e tecnológico direcionados cumprir um “papel emergente” (semi-periférico) na economia mundial. O REUNI auxilia na concretização desta dimensão econômica do Brasil: um país com mão-de-obra qualificada para a reprodução de tecnologia, inserido periféricamente na produção de tecnologia de ponta, com capacidade limitada (com a busca para o incremento) para o crescimento de seu setor industrial e com possibilidades modestas a curto e médio prazos de transformação da realidade social, ou seja, do quadro de péssima distribuição de renda no qual a sociedade brasileira se encontra.

Referências bibliográficas.

- ANDES-SN, **Circular nº 221**, Brasília, 2007.
- _____. **Circular Nº 282**, Brasília, 2007.
- _____. **Circular Nº041**, Brasília, 2008.
- _____. **Circular Nº 069**, Brasília, 2009.
- _____. **Circular Nº 076**, Brasília, 2009. Anexo 1 e Anexo 2.
- _____. **Circular Nº 083**, Brasília, 2009.
- ANDIFES. **Relatório de acompanhamento do Programa de Apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): o Brasil e sua gente estão nas Universidades Federais**. Brasília, Janeiro de 2010.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- ATAYDE, Vanessa Martins. **Dinâmicas do reconhecimento: a constituição do habitus do professor universitário**. Dissertação de Mestrado; Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE. São Carlos: UFSCar, 2013.
- BANCO MUNDIAL. 1994. **La Enseñanza Superior – Lãs Lecciones derivadas de La Experiência**. Washington, 1994. Disponível em www.bancomundial.org.br, acessado em junho de 2012.
- BRASIL. **Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acessado em: 07/09/2011.
- _____. **Decreto nº 7.485, Brasília**, 18 de maio de 2011.
- _____. **Lei nº 9.394. Lei de diretrizes e bases da educação**. Brasília, 1996.
- _____. **REUNI – Diretrizes Gerais**, Brasília, 2007.
- _____. **REUNI 2008 – Relatório de Primeiro Ano**. <<http://www.mec.gov.br>>. Acessado em: 07/09/2011.
- _____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. Censo da educação superior: 2003 – resumo técnico**. Brasília, 2003.
- _____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. Censo da educação superior: 2002 – resumo técnico**. Brasília, 2002.
- _____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. Censo da educação superior: 2007 – resumo técnico**. Brasília, 2009.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. **Mapa do Ensino Superior Privado**. Brasília, 2008.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. **Sinopse estatística do ensino superior**. Brasília, 1995.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. **Sinopse estatística do ensino superior**. Brasília, 1996.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília, 2010.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. **Sinopses estatísticas do censo da educação superior**. Brasília, 2011.

_____. Plano diretor da reforma e aparelho do Estado. Brasília, 1995.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?** In: Pesquisa e Planejamento econômico, n. 21, Brasília: IPEA, 1991.

_____. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, 47(1) janeiro-abril. Brasília, 1996 (a).

_____. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil:** para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, 1996 (b).

BRUNHOFF, Suzanne. **A hora do mercado: crítica do liberalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

CARVALHO, Maria João de. Explorando a racionalidade instrumental nas decisões da organização escolar. **Revista Portuguesa de Educação**, 2009, 22(2), Universidade do Minho.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Cemarx, 2003.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Análise do REUNI: uma nova expressão da contrarreforma universitária brasileira/** Juliana Fiuza Cislighi, UERJ/ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro, UERJ. 200fls. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Reformanda - o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.

_____. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 809-829, out. 2007.

_____. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior brasileiro – Estado e mercado. In: **Conferências do Fórum Brasil de Educação**. Brasília, Ed. UNESCO, 2004.

FIGUEIREDO, Gil Vicente Reis de. **Educação universal e de qualidade: um projeto para o Brasil**. PROIFES-FEDERAÇÃO, Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior. Brasília, 2010.

GRAETZ, Carla Fabiana. **Campo científico, conflitos e relações de poder no trabalho de professores de uma universidade pública**. Dissertação de Mestrado; Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE. São Carlos: UFSCar, 2013.

GREGÓRIO, José Renato Bez. **Política de pessoal docente no governo Lula: uma análise do reuni na UFF e seus desdobramentos**. NITERÓI. Dissertação de Mestrado; Programa de Pós-graduação em Educação/UFF. Niterói, 2011.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de uma interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Suely. **Reforma da educação superior no Brasil e na Europa: em debate novos papéis sociais para as universidades**. <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT11-6003--Int.pdf>. Acessado em 31/10/2013.

FERRETI, C. J. **Uma nova proposta de orientação profissional**. São Paulo: Cortez, 1992, 2ª edição, pág. 83-107.

FIORI, José Luiz. **Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado**. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Revista Educação & Realidade** - Faculdade de Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre - RS – Brasil, 2009.

LEITE, Fernando. Expansão ignorou o professor. **Jornal Opção**, Goiânia, 10 a 16 de junho de 2012. <<http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/expansao-ignorou-o-professor>>. Acessado em 11/06/2013.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Universidades federais e o REUNI: alterações nas funções da universidade pública brasileira. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, 2009, n°23, p 20-27. Em http://www.asduerj.org.br/publica/revista/imagens/advir_23.pdf. Acessado em: 11/09/2011.

_____. **Contra-reforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF**. Associação dos Docentes da UFF.

<http://www.aduff.org.br/especiais/download/20090917_contra-reforma.pdf>. Acessado em 04/05/2012.

MANCEBO, Deise (Coordenação Geral); OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília Costa (Assessores). Projeto de pesquisa – **“Políticas de expansão da educação superior no Brasil pós-LDB”**. <<http://www.anped11.uerj.br/projetouniversitas.pdf>>. Acessado em 02/09/2011.

_____. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. **Revista Portuguesa de Educação**, 2010, 23(2), pp. 73-91.

_____. Trabalho Docente: Subjetividade, Sobreimplicação e Prazer. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 20 (1), 74- 80, 2007.

_____. **Algumas estatísticas relevantes para a análise do trabalho docente**. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPED. GT 11 - Política da Educação Superior / Rede UNIVERSITAS/Br. PESQUISA: Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil pós-LDB, 2012. <<http://www.anped11.uerj.br/documentos.htm>>

MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis & OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs.) (2008). **Reformas e Políticas: Educação Superior e Pós-graduação no Brasil**. São Paulo: Alínea.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. **O Capital: Crítica da Econômica Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. Produtividade do capital: trabalho produtivo e improdutivo. In: **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PROIFES-FEDERAÇÃO, Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior. **Análise do Anteprojeto de Reforma da Educação Superior**. Brasília, 2005.

KRAWCZYK, Nora Rut. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 26, n. 92, Especial - Out. 2005.

SGUISSARDI, Valdemar. Produtivismo acadêmico. In: OLIVEIRA, Dalila A.; DUARTE, Adriana M. C.; VIEIRA, Livia M. F.. (Orgs.). **Dicionário de Trabalho, Profissão e Condição Docente**. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Educação/UFMG (CD; ISBN: 978-85-8007-007-1), 2010.

_____. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.

SILVA JR, João dos Reis. O professor pesquisador nas universidades públicas no contexto da internacionalização do capital: a produtividade do trabalho imaterial superqualificado. **Revista Portuguesa de Educação**, 2009, 22(1).

SILVA JR, João dos Reis; SGUISSARD, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil. Reforma do estado e mudança na produção**. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

_____. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA JR, João dos Reis et al. **Trabalho intensificado na universidade pública brasileira**. In: Universidade e Sociedade. Brasília: ANDES, 2010, nº45, p 9-25.

SILVA, Eduardo Pinto e; SILVA JR, João dos Reis. Estranhamento e desumanização nas relações de trabalho na instituição universitária pública. **Revista HISTED-BR On-Line**. Campinas, número especial, p.223-238, ago.2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS/UFSCar, Conselho Universitário, **Ato Administrativo nº 931**, São Carlos, 2007.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional**, São Carlos, 2004.

_____. Conselho Universitário, **Parecer nº 402**, São Carlos, 2007.

_____. Conselho Universitário, **Parecer nº 402, Anexo I - Formulário de Apresentação de Proposta “REUNI”**, São Carlos, 2007.

_____. **PORTARIA GR nº 947/08**, São Carlos, 2008.

_____. **PORTARIA GR nº 996/08**, São Carlos, 2008.

_____. **Estatuto da Universidade Federal de São Carlos**, São Carlos, 2007.

_____. **Parecer Grupo GT-REUNI Nº 011/2011**, São Carlos, 2011.

_____. **Regimento Geral**, São Carlos, 2012.

Anexos

Anexo A – DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007.

Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição, e considerando a meta de expansão da oferta de educação superior constante do item 4.3.1 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

§ 2º O Ministério da Educação estabelecerá os parâmetros de cálculo dos indicadores que compõem a meta referida no § 1º.

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Art. 3º O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

I - construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa;

II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e

III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

§ 1º O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1º, § 1º.

§ 2º O acréscimo referido no § 1º tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos.

§ 3º O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação.

Art. 4º O plano de reestruturação da universidade que postule seu ingresso no Programa, respeitados a vocação de cada instituição e o princípio da autonomia universitária, deverá indicar a estratégia e as etapas para a realização dos objetivos referidos no art. 1º.

Parágrafo único. O plano de reestruturação deverá ser aprovado pelo órgão superior da instituição.

Art. 5º O ingresso no Programa poderá ser solicitado pela universidade federal, a qualquer tempo, mediante proposta instruída com:

I - o plano de reestruturação, observado o art. 4º;

II - estimativa de recursos adicionais necessários ao cumprimento das metas fixadas pela instituição, em atendimento aos objetivos do Programa, na forma do art. 3º, vinculando o progressivo incremento orçamentário às etapas previstas no plano.

Art. 6º A proposta, se aprovada pelo Ministério da Educação, dará origem a instrumentos próprios, que fixarão os recursos financeiros adicionais destinados à universidade, vinculando os repasses ao cumprimento das etapas.

Art. 7º As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Paulo Bernardo Silva

Anexo B – Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020

Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 (PNE - 2011/2020) constante do Anexo desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição.

Art. 2º São diretrizes do PNE - 2011/2020:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais;

IV - melhoria da qualidade do ensino;

V - formação para o trabalho;

VI - promoção da sustentabilidade socioambiental;

VII - promoção humanística, científica e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;

IX - valorização dos profissionais da educação; e

X - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ser cumpridas no prazo de vigência do PNE - 2011/2020, desde que não haja prazo inferior definido para metas específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ter como referência os censos nacionais da educação básica e superior mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.

Art. 5º A meta de ampliação progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência dessa Lei, podendo ser revista, conforme o caso, para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas do PNE - 2011/2020.

Art. 6º. A União deverá promover a realização de pelo menos duas conferências nacionais de educação até o final da década, com intervalo de até quatro anos entre elas, com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do PNE – 2011-2020 e subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Educação para o decênio 2021-2030.

Parágrafo único. O Fórum Nacional de Educação, a ser instituído no âmbito do Ministério da Educação, articulará e coordenará as Conferências Nacionais de Educação previstas no caput.

Art. 7º A consecução das metas do PNE - 2011/2020 e a implementação das estratégias deverão ser realizadas em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 1º As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 2º Os sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão prever mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PNE - 2011/2020 e dos planos previstos no art. 8º.

§ 3º A educação escolar indígena deverá ser implementada por meio de regime de colaboração específico que considere os territórios étnico-educacionais e de estratégias que levem em conta as especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade, promovendo a consulta prévia e informada a essas comunidades.

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em Lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE - 2011/2020, no prazo de um ano contado da publicação desta Lei.

§ 1º Os entes federados deverão estabelecer em seus respectivos planos de educação metas que considerem as necessidades específicas das populações do campo e de áreas remanescentes de quilombos, garantindo equidade educacional.

§ 2º Os entes federados deverão estabelecer em seus respectivos planos de educação metas que garantam o atendimento às necessidades educacionais específicas da educação especial, assegurando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.

Art. 9º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas disciplinando a gestão democrática da educação em seus respectivos âmbitos de atuação no prazo de um ano contado da publicação desta Lei.

Art. 10. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do

PNE - 2011/2020 e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 11 O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo escolar da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar.

§1º O IDEB é calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, vinculado ao Ministério da Educação,

§2º O INEP empreenderá estudos para desenvolver outros indicadores de qualidade relativos ao corpo docente e à infraestrutura das escolas de educação básica.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 2010 ; 189º da Independência 122º da República.

Anexo C – Ata de Aprovação do REUNI na UFSCar

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Parecer nº 402

Assunto: Participação da UFSCar no Programa REUNI

O Conselho Universitário da Universidade Federal de São Carlos, reunido extraordinariamente em sessões realizadas nos dias 19 e 25/10/07, após ampla discussão sobre o assunto em tela,

D E L I B E R O U


1. Aprovar a participação da UFSCar no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

2. Aprovar a anexa proposta elaborada pela Comissão designada pelo ConsUni, construída a partir das contribuições da comunidade acadêmica, através da deliberação dos Conselhos de Centro/Campus, as quais foram sistematizadas e organizadas com base nas diretrizes discutidas nas reuniões abertas ocorridas durante o processo de elaboração da proposta.

Prof. Dr. Oswaldo Baptista Duarte Filho
Presidente do Conselho Universitário

Anexo D – Ata de aprovação da Comissão REUNI/UFSCar

Ata de reunião
nº 1863/2007-02 em, 20.07.07



CONSELHO UNIVERSITÁRIO
Ato Administrativo da Presidência nº 931

O Presidente do Conselho Universitário da Universidade Federal de São Carlos, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da UFSCar e considerando a deliberação do colegiado em sua 163ª reunião ordinária, realizada em 29/06/2007,

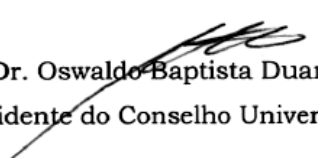
RESOLVE

1) Constituir uma comissão com o objetivo de organizar uma discussão no âmbito da UFSCar sobre os temas “Projeto Universidade Nova” e “Reuni”, bem como elaborar estudos a respeito da “carga horária mínima de aulas (graduação e pós-graduação) a ser ministrada pelos docentes da UFSCar”, para embasar a discussão do colegiado em sua próxima reunião prevista para 31/08/07.

2) A comissão será constituída pelos seguintes membros:

- Prof. Dr. Paulo Antonio Silvani Caetano, CCET, Presidente;
- Prof. Dr. Pedro Manoel Galetti Jr., CCBS;
- Prof. Dr. Arthur Autran Franco de Sá Neto, CECH;
- Profa. Dra. Maria Bernadete Silva de Campos, CCA;
- Prof. Antônio Fernando Gouvêa da Silva, Campus Sorocaba;
- Aluno a ser indicado.

São Carlos, 11 de julho de 2007.


Prof. Dr. Oswaldo Baptista Duarte Filho
Presidente do Conselho Universitário

Adar cópias aos membros
17/07/07

ccet
TP 20.07.07

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Via Washington Luis, km 235 - Caixa Postal 676
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil

Secretaria dos Órgãos Colegiados
Fone: (16) 3351-8117 - Fax: (16) 3361-2
E-mail: soc@power.ufscar.br

Anexo E – Acordo de Metas UFSCar/REUNI/MEC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Ofício Circular nº 37

/2008-MEC/SESu

Brasília, 14 de abril de 2008.

Aos Magníficos Reitores das
Universidades Federais

Assunto: Termo de Acordo de Metas

Magnífico(a) Reitor(a),

1. Encaminhamos, em anexo, uma via do Termo de Acordo de Metas do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, celebrado entre essa Instituição e o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior, assinado aos 13 dias do mês de março do corrente ano. Na oportunidade, encaminhamos também cópia do extrato do referido termo, publicado no Diário Oficial da União em 19/03/2008, na Seção 3.

Atenciosamente,

Maria Leda Costa Diniz
Diretora de Desenvolvimento da Rede de IFES

*A PROAD e PJ
Para encaminhamento.
São Carlos 6 maio 2008*

WSP
Profa. Dra. Maria Stella
Coutinho de Alcântara Gil
Vice-Reitora no Exercício da Reitoria

*Encaminhar cópias, anexos
e original para a PROAD
Recabido em 08/05/08
Jorge - 18/08
Profa.*

UFSCar/GR
Recabido em 05/05/08

Silva
Registro 23111

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Acordo de Metas n.º 12, que entre si celebram a União, representada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior, e a Universidade Federal de São Carlos, para os fins que especifica o Decreto n.º 6.096 de 24 de abril 2007.

A **UNIÃO**, representada pelo **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**, por intermédio da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.394.445/0074-59, sediada na Esplanada dos Ministérios, Bloco "L", 3º andar, Brasília - DF, neste ato, representada pelo Secretário, **Ronaldo Mota**, brasileiro, casado, nomeado pela Portaria N.º 343 de 12 de abril de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2007, RG n.º **6406329**, expedida pela **SSP-SP**, CPF n.º **132.650.085-68**, e a **Universidade Federal de São Carlos**, inscrita no CNPJ/MF n.º , 45.358.058/0001-40 ,representada por seu Reitor **Oswaldo Baptista Duarte Filho**, brasileiro, nomeado pelo Decreto Presidencial de 22 de setembro de 2004, publicado no DOU, de 23 de setembro de 2004, RG n.º **39.42936 SSP SP**, CPF **68.227.608-87**, residente e domiciliado na Rua Major José Inácio, 2851 Centro. CEP -13.560.161 – SÃO CARLOS -SP.

CONSIDERANDO:

- que há necessidade de reduzir as taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de ingresso, especialmente no período noturno;
- que há necessidade de mobilidade estudantil, com implantação de regimes curriculares e sistemas de título que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- que há necessidade de revisão da estrutura acadêmica, com a reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando elevação da qualidade;

- que há necessidade da diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- que é relevante a ampliação de política de inclusão e assistência estudantil;
- que há necessidade de articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

RESOLVEM celebrar o presente Termo, observando o disposto no Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007, às normas da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, Instrução Normativa n.º 01, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda - MF e alterações posteriores, Decreto n.º 4.175 de 27 de março de 2002, Decreto n.º 6.170/2007 e Portarias n.º 450, de 6 novembro de 2002 e 22 de 30 de abril de 2007, do Ministério da Educação, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo o Plano de Reestruturação e Expansão, composto pelo projeto de reestruturação da **Universidade Federal de São Carlos**, apresentado através do Formulário de Apresentação de Propostas, disponibilizado pela SESu eletronicamente, com as seguintes metas:

- elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento;
- e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início da assinatura deste termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

São responsabilidades e obrigações, além dos outros assumidos neste Acordo de Metas:

I – DO MEC/SESU:

1. custear as despesas com a execução do presente instrumento, de acordo com o estabelecido na Cláusula Quinta;
2. acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução deste Acordo de Metas, conforme o Plano aprovado;
3. exercer a função gerencial fiscalizadora dentro do prazo regulamentar de execução/prestação de contas deste instrumento de Acordo de Metas, ficando assegurado a seus representantes o poder discricionário de reorientar ações e de acatar, ou não, justificativas com relação às disfunções porventura havidas na execução;

4. aferir o cumprimento das Metas acordadas por meio da Plataforma de Integração de Dados das Ifes - PINGIFES.

II - DA UNIVERSIDADE:

1. executar o Plano, conforme aprovado pelo MEC/SESu, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades;
2. utilizar os recursos do presente Acordo de Metas, exclusivamente na execução do seu objeto, mantendo a dotação orçamentária e classificação de despesa originária;
3. cumprir integralmente as obrigações pactuadas neste instrumento e no Plano aprovado pelo MEC/SESu;
4. restituir eventuais saldos dos recursos transferidos e os de rendimentos decorrentes de aplicações no mercado financeiro para o objeto deste acordo;
5. promover e realizar as licitações, dispensas ou inexigibilidade para contratação de obras, serviços e aquisição de bens, de acordo com a legislação federal, bem como, realizar concurso público para provimento de pessoal;
6. Encaminhar, de acordo com o cronograma e os procedimentos definidos pelo MEC/SESu, os documentos necessários à liberação de recursos;
7. Encaminhar os dados à Plataforma Pingifes de acordo com o cronograma e procedimentos definidos pela SESu.
8. restituir ao MEC/SESu o saldo eventualmente existente na data de encerramento, denúncia ou rescisão do Acordo;
9. permitir o livre acesso e as inspeções cabíveis aos bens e serviços adquiridos com recursos do Acordo de Metas, aos locais das obras e aos documentos relacionados com o Termo, por parte de representantes do MEC/SESu;
10. assegurar a adequada manutenção e conservação das obras e bens compreendidos no Plano, em conformidade com técnicas universalmente aceitas, responsabilizando-se por eventuais danos;
11. fornecer todas as informações que o MEC/SESu solicite sobre o Plano, sua situação financeira e documentos de licitação, quando houver, nos prazos previamente estabelecidos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO

A vigência do presente instrumento será de 5 (cinco) anos contados da data de sua assinatura.



SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - É vedado o aditamento deste instrumento para alteração do objeto.

CLÁUSULA QUARTA – DA DEFINIÇÃO DOS INDICADORES GLOBAIS

A Universidade Federal de São Carlos se compromete a cumprir as metas que seguem abaixo:

TABELA DE INDICADORES E DADOS GLOBAIS			UFSCAR - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS							
Indicadores			2007	2008	2009	2010	2011	2012	2017	
Graduação	Número de Cursos	Total	35,30	37,00	37,50	37,30	38,00	38,30	38,30	
		Noturno	8,30	8,00	21,30	21,30	22,00	22,30	22,30	
	Vagas Anuais	Total	4.445,00	1.888,00	2.887,00	2.887,00	2.717,00	2.717,00	2.717,00	
		Noturno	270,00	270,00	923,00	923,00	674,00	673,00	673,00	
	Matrícula Proq. (MAT)	Total	7.241,91	7.568,28	12.771,42	12.771,42	12.004,42	12.004,42	12.004,42	
		Noturno	1.169,92	1.100,36	3.704,93	3.704,92	3.828,43	3.828,43	3.828,43	
	Alunos Dipl. (ADP)	Total	243,00	1.004,00	1.142,00	1.291,00	1.423,00	2.151,00	2.468,00	
		Noturno	170,00	200,00	211,00	243,00	253,00	216,00	243,00	
	Taxa conclusão graduação (TCC)			0,85	0,81	1,01	1,00	1,03	1,03	0,81
	Pós-Graduação	Número de Cursos	Mestrado	22,00	30,00	32,30	33,30	32,00	32,30	33,00
Doutorado			16,30	19,00	22,30	23,30	23,00	23,30	23,00	
Matrículas		Mestrado	1.260,30	1.417,00	1.610,30	1.735,30	1.896,00	1.964,30	2.178,00	
		Doutorado	1.511,30	1.051,00	1.132,30	1.292,30	1.327,00	1.341,30	1.518,00	
Número de Professores Equivalentes			1.105,00	1.100,00	1.200,22	1.384,40	1.540,39	1.617,22	1.617,76	
Número de Professores com Equivalência DE (ODE)			761,91	761,61	832,61	846,91	867,21	1.056,91	1.056,61	
Dedução por Integração de Pós-Graduação (DPI)			267,98	302,98	336,91	303,18	273,78	302,98	496,21	
Corpo Docente Ajustado (CDA-ODG)			493,73	440,01	467,30	538,48	623,38	644,52	557,40	
Relação de Alunos de Graduação por Professor (RAGP)			14,56	18,89	25,76	23,81	20,83	19,86	23,31	

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O montante de recurso para execução deste acordo de metas é de R\$ 22.293.000,00 (vinte e dois milhões, duzentos e noventa e três mil reais) para investimento e de R\$ 25.687.810,98 (vinte e cinco milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, oitocentos e dez reais e noventa e oito centavos) para custeio/pessoal, sendo o último incorporado ao orçamento da instituição após o cumprimento das metas estabelecidas.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Para o ano de 2007 os recursos de investimento estarão assim distribuídos:

Programa Trabalho 1»: 12.364.1073.8551.0001

Elemento de Despesa – Especificação	Nota de Crédito	Data da NC	Fonte de Recurso	Valor R\$
44.90.51.00	3479	28/12/2007	300	3.695.731,20
44.90.52.00	3479	28/12/2007	300	235.468,80
Total				3.931.200,00

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Para o exercício de 2008 os recursos referentes a este objeto fazem parte da previsão financeira deste Ministério, no Programa 1073 - Brasil Universitário - Ação 8282- Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI e serão disponibilizados da seguinte forma:
ProaramaTrabalh02»: 12.364.1073.8282.0001

<u>1</u>	Elemento de Despesa	Valor
<u>133.90.30.00</u>		613.964,85
<u>133.90.36.00</u>		235.000,00
<u>133.90.39.00</u>		1.009.900,00
<u>1³3.90.47.00</u>		• 47.000,00
<u>1⁴4.90.51.00</u>		2.463.820,80
<u>1⁴⁴.90.52.00</u>	I	156.979,20
<u>ITotal</u>	<u>II</u>	4.526.664,85

SUBCLÁUSULA QUARTA - Para os demais exercícios os recursos referentes a este objeto fazem parte da previsão financeira deste Ministério, no Programa 1073 - Brasil Universitário - Ação 8282- Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI e serão disponibilizados da seguinte forma:

<u>I</u>	Item	<u>II</u>	2007	<u>11</u>	2008	<u>II</u>	2009	<u>II</u>	2010	<u>II</u>	2011	<u>II</u>	2012
<u>I</u>	<u>ICusteio/Pessoal</u>												
	<u>11</u>								<u>11</u>	<u>11</u>	<u>11</u>	<u>11</u>	<u>11</u>
	<u>IIInvestimen</u>		<u>11</u>	<u>11</u>	<u>11</u>	<u>11</u>	<u>11</u>	<u>11</u>	<u>11</u>	<u>11</u>	<u>11</u>	<u>11</u>	<u>11</u>
	<u>to</u>		3.931.200,00	2.620.800,00	6.334.000,00	2.958.000,00							01
				6.449.000,00									

SUBCLÁUSULA QUINTA - A partir do exercício de 2009 os recursos serão alocados na Unidade Orçamentária da universidade

CLÁUSULA SEXTA - DA OPERACIONALIZAÇÃO

o presente Acordo de Metas não envolve a transferência de recursos entre os partícipes. Sua operacionalização dar-se-á mediante a descentralização de recursos financeiros, nos termos da legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA - EFEITOS DO DESCUMPRIMENTO DO ACORDO DE METAS

Os seguintes efeitos serão aplicados no caso descumprimento dos itens do presente Acordo de Metas, até o cumprimento das medidas de ajustes apontadas pela SESu MEC.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - suspensão do envio do recurso da parcela orçamentária programada, no ano subsequente à aferição das metas.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - suspensão do acréscimo de professores ao banco de professores equivalentes da instituição, quando da atualização anual do mesmo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Acordo de Metas poderá ser rescindido ou denunciado, formal e expressamente, a qualquer momento, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Constitui motivo para rescisão deste Acordo de Metas o inadimplemento de quaisquer de suas Cláusulas, particularmente, quando da constatação das seguintes condições:

1. utilização dos recursos transferidos em desacordo com o objeto e metas, constantes do Plano;
2. retardamento de início da execução do objeto do Acordo de Metas por mais de um ano, contados da data de recebimento dos recursos financeiros.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Este Acordo de Metas também poderá ser rescindido, a critério do MEC/SESu, por motivo de interesse público, caso sofra alguma restrição.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos praticados em função deste Acordo de Metas deverá restringir-se ao caráter educativo, informativo ou de orientação social, não podendo dela constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS REMANESCENTES

Na data da extinção deste instrumento, para assegurar a continuidade da ação constante do Projeto Governamental, fica assegurado à Universidade o direito de propriedade e uso dos bens remanescentes adquiridos, produzidos ou construídos à conta deste Acordo de Metas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Este Termo será publicado, por extrato, no Diário Oficial da União, nos termos do artigo 61 da Lei 8.666/93 combinado com o artigo 17 da IN/STN n.º 1, de 15/01/97, correndo as despesas por conta do MEC/SESu.


CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

O Foro é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília - Distrito Federal, para dirimir os possíveis litígios decorrentes deste Termo que não forem solucionados administrativamente.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, que também o subscrevem, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

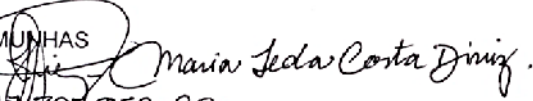
Brasília, março de 2008.



Ronaldo Mota
Secretário de Educação
Superior


Oswaldo Baptista Duarte Filho
Reitor da Universidade Federal de São Carlos


Fernando Haddad
Ministro de Estado da Educação

TESTEMUNHAS

Nome: 
CPF: 174.397.052-68.
RG: 2150085 PA.

Nome: Marcos Aurélio Souza Brito
CPF: 520.946.366-72
RG: 702.945 SSP/DF 

Anexo F - Orçamento executado pela UFSCAR, em reais, no ano de 2008

		2008	%
PESSOAL (RTN)	Total	160.357.802,06	75,08
	Ativo	101.438.366,77	47,49
	Inativo	30.793.162,98	14,42
	Professor Substituto	2.200.844,36	1,03
	Pensionista	3.855.016,22	1,81
	Obrig Patronais	21.678.381,03	10,15
	Precatórios (TRT)	392.031,00	0,18
CUSTEIO	Total	46.017.353,33	21,55
	Manutenção (RTN/Emenda/Sorocaba)	16.343.348	7,65
	Benefícios	5.830.010	2,73
	PASEP (RTN)	873.396,00	0,41
	Recursos Próprios	2.512.968,08	1,18
	Recursos Bolsas de Estudo Tx. Acadêmicas/PROAP	6.501.305,63	3,04
	Recursos Convênios/Descentralização de crédito	13.956.325,42	6,54
CAPITAL	Total	7.185.931,15	3,37
	RTN/Emendas/Sorocaba/Reuni	1.936.366,28	0,91
	Recursos Próprios	133.832,58	0,06
	Recursos Convênios/Descentralização de crédito	5.115.732,29	2,4
Total	Geral	213.561.086,54	100

Anexo G - Orçamento executado pela UFSCAR, em reais, no ano de 2009

		2009	%
PESSOAL (RTN)	Total	202.022.614,08	74,37
	Ativo	128.864.494,96	47,44
	Inativo	34.665.920,03	12,76
	Professor Substituto	3.596.571,09	1,32
	Pensionista	4.647.684,42	1,71
	Obrig Patronais	27.531.472,43	10,14
	Sentenças Judiciais: Ativos/Inativos/Pensionistas	1.751.600,10	0,64
	Despesas de Exercícios Anteriores: A/I/P	964.871,05	0,36
CUSTEIO	Total	53.567.765,98	19,72
	Manutenção (RTN/Emenda/Sorocaba)	19.802.894,80	7,29
	Benefícios	7.899.605,20	2,91
	PASEP (RTN)	1.503.873,04	0,55
	Recursos Próprios	2.728.779,56	1,01
	Recursos Bolsas de Estudo Tx. Acadêmicas/PROAP	6.907.775,94	2,54
	Recursos Convênios/Descentralização de crédito	14.724.837,44	5,42
CAPITAL	Total	16.048.821,52	5,91
	RTN/Emendas/Sorocaba/Reuni	12.917.023,77	4,76
	Recursos Próprios	329.857,68	0,12
	Recursos Convênios/Descentralização de crédito	2.801.940,07	1,03
Total	Geral	271.639.201,58	100

Anexo H – Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de São Carlos – Princípios, Diretrizes Gerais e Específicas aprovados em 2004.

Princípios

Princípios expressam a razão de ser da Instituição, seus valores, sua missão. Nos dez Princípios apresentados a seguir, a Universidade expõe suas bases consensualmente compartilhadas, seus compromissos fundamentais.

- Excelência acadêmica
- Universidade compromissada com a sociedade
- Gratuidade do ensino público de graduação e pós-graduação stricto sensu
- Indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão
- Livre acesso ao conhecimento
- Universidade promotora de valores democráticos e da cidadania
- Gestão democrática, participativa e transparente
- Universidade ambientalmente responsável e sustentável
- Valorização da dedicação integral ao ensino, pesquisa e extensão
- Integração da Universidade no sistema nacional de ensino

Diretrizes gerais

Os Princípios são base e parâmetro para as Diretrizes Gerais propostas para a Instituição e caracterizam os pontos de maior imbricamento entre os quatro aspectos que nortearam a discussão que resultou neste PDI. As Diretrizes Gerais, em conjunto com as Diretrizes Específicas, concretizam os Princípios e permitem o planejamento das ações.

- 2.1 Estabelecer ações de valorização da graduação, pós-graduação e extensão.
- 2.2 Promover a articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- 2.3 Promover a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e em todos os níveis de formação.
- 2.4 Garantir a qualidade dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão.
- 2.5 Ampliar a oferta de cursos e o número de vagas nos cursos de graduação, pós-graduação e extensão a partir de estudos de demanda, buscando equilíbrio entre as áreas de conhecimento.
- 2.6 Ampliar a diversidade de cursos de graduação e pós-graduação.
- 2.7 Defender a gratuidade dos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*.
- 2.8 Garantir coerência, consistência e compatibilidade entre as propostas e as normas aprovadas pelos diferentes colegiados, as ações implementadas e os resultados decorrentes.
- 2.9 Garantir livre acesso ao conhecimento produzido e armazenado na UFSCar, ampliando e diversificando os meios disponíveis.
- 2.10 Praticar a gestão democrática, transparente e participativa em todos os níveis da estrutura administrativa da Universidade, garantindo a participação e voto para representantes dos alunos, técnico-administrativos e professores.
- 2.11 Garantir suporte competente, ágil e eficaz às atividades de ensino, pesquisa e extensão, capaz de sustentar o projeto acadêmico da Universidade.
- 2.12 Garantir flexibilidade e agilidade na resposta a novos contextos, demandas e desafios.

- 2.13 Planejar e orientar o desenvolvimento físico a partir do projeto acadêmico da Universidade, de seus projetos de expansão de atividades e de suas especificidades de ensino, pesquisa e extensão.
- 2.14 Promover processos de sustentabilidade ambiental.
- 2.15 Promover atividades voltadas para uma sociedade sustentável.
- 2.16 Promover a ambientalização das atividades universitárias, incorporando a temática ambiental nas atividades acadêmicas e administrativas, com ênfase na capacitação profissional e na formação acadêmica.
- 2.17 Construir uma política integrada de informação e comunicação (sistemas de bibliotecas, editora, museu, TV e rádio universitários e núcleo de disseminação da ciência, entre outros).
- 2.18 Conceber a educação infantil como um espaço de ensino, pesquisa e extensão, estabelecendo relações de parceria com centros/unidades de educação no âmbito universitário e com outras instituições de atendimento à infância quando responsáveis pela produção e socialização do conhecimento.
- 2.19 Desenvolver e ampliar a concepção de atendimento e assistência à comunidade universitária, construindo e implementando uma política de gestão social voltada para a qualidade de vida.
- 2.20 Estabelecer ações de valorização do servidor público.
- 2.21 Promover a valorização do serviço público e suas carreiras, como instrumentos básicos do Estado democrático.
- 2.22 Promover e incentivar a inclusão da metodologia digital em todos os níveis da Instituição.
- 2.23 Promover a inserção plena da Universidade no sistema nacional de ciência, cultura e tecnologia.
- 2.24 Promover a inserção do ensino, da pesquisa e da extensão da UFSCar no esforço de compreensão e busca de soluções para problemas nacionais, regionais e locais da realidade brasileira.
- 2.25 Promover o intercâmbio acadêmico nacional e internacional com vistas ao desenvolvimento democrático, com justiça social, nos planos nacional e internacional.
- 2.26 Promover o regime de dedicação exclusiva dos docentes ao ensino, à pesquisa e à extensão, como fundamental aos objetivos da UFSCar.

Diretrizes Específicas

As Diretrizes Específicas foram ordenadas em seis temas estruturantes para a organização da Universidade: processos de formação; ampliação, acesso e permanência na Universidade; produção e disseminação do conhecimento; capacitação dos servidores da UFSCar; ambiente adequado; e organização e gestão. A sistematização das contribuições buscou, ao mesmo tempo, superar a divisão metodológica inicial dos quatro aspectos e ultrapassar a fragmentação “operacional” que ocorre tradicionalmente na Instituição, como, por exemplo, entre ensino de graduação, ensino de pós-graduação, pesquisa etc. O objetivo final dessas novas denominações e agrupamentos é cultivar um olhar sobre as atividades da Universidade que acompanhe processos, e não ações estáticas ou áreas isoladas.

3.1 Processos de formação

- 3.1.1 Implantar ações voltadas para a melhoria dos processos de ensinar e aprender.
- 3.1.2 Promover condições para o trabalho interdisciplinar em ensino, pesquisa e extensão na UFSCar, intra e inter cursos, grupos, redes e projetos.
- 3.1.3 Implantar procedimentos facilitadores da integração entre ensino, pesquisa e extensão.

- 3.1.4 Criar oportunidades para que todas as atividades de cunho acadêmico desenvolvidas pelo aluno ao longo de seu curso sejam incorporadas como atividades curriculares.
- 3.1.5 Capacitar os alunos para uso de tecnologias de informação e comunicação e incentivar a disseminação do conhecimento e uso do *software* livre nos *campi*.
- 3.1.6 Promover a ampla reformulação dos cursos de graduação para que seus currículos garantam as qualificações profissionais, científicas, técnicas, filosóficas, éticas e político-sociais previstas no “Perfil do Profissional a ser formado na UFSCar”.
- 3.1.7 Estabelecer e implementar uma política de avaliação permanente da formação propiciada pelos cursos de graduação, reformulando seus projetos pedagógicos sempre que necessário.
- 3.1.8 Expandir a oferta de cursos interdisciplinares de graduação e pós-graduação.
- 3.1.9 Definir o perfil do profissional a ser formado pela pós-graduação da UFSCar.
- 3.1.10 Definir e implementar uma política institucional de formação na pós-graduação, considerando todas as modalidades contemporâneas.
- 3.1.11 Expandir, diversificar e inovar a oferta de cursos de pós-graduação.
- 3.1.12 Implantar um processo institucional de avaliação da pós-graduação da UFSCar.
- 3.1.13 Fomentar a integração entre pós-graduação e graduação.
- 3.1.14 Avaliar o impacto das atividades realizadas pela pós-graduação nos cursos de graduação.
- 3.1.15 Promover o equilíbrio entre a formação científica, a formação docente e a formação gerencial nos cursos de pós-graduação.
- 3.1.16 Rever os requisitos para o acesso aos diferentes níveis e os prazos de conclusão da formação na pós-graduação.
- 3.1.17 Definir e implementar uma política de educação continuada na UFSCar.
- 3.1.18 Definir e implementar uma política para ensino a distância na UFSCar.
- 3.1.19 Ampliar a oferta de cursos e o número de vagas nos cursos de extensão.
- 3.1.20 Incentivar, apoiar e priorizar atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a sustentabilidade ambiental em seus aspectos mais amplos.
- 3.1.21 Incluir nos currículos conceitos e práticas voltadas para o meio ambiente.
- 3.1.22 Fortalecer as coordenações de modo a facilitar sua ação e garantir maior envolvimento com a promoção da qualidade, do aprimoramento constante e da inovação dos cursos de graduação e pós-graduação da UFSCar.
- 3.1.23 Utilizar o conhecimento produzido na Universidade para a geração de material didático destinado ao uso interno e externo.
- 3.1.24 Conceber novos espaços físicos de ensino, buscando a coerência com o perfil do profissional a ser formado na UFSCar e com a diversidade das práticas de ensino.
- 3.1.25 Melhorar as condições físicas e estruturais das salas de aula.
- 3.1.26 Aperfeiçoar os laboratórios de ensino, inclusive os Laboratórios de Informática da Graduação (LIGs), e manter um monitoramento contínuo de suas condições materiais e humanas.
- 3.1.27 Discutir e avaliar, com ampla participação, a política da Biblioteca Comunitária para ampliação e manutenção do acervo.

3.2 Ampliação, acesso e permanência na Universidade

- 3.2.1 Desenvolver e apoiar ações que ampliem as oportunidades de acesso e permanência dos estudantes na Universidade e contribuam com o enfrentamento da exclusão social.
- 3.2.2 Ampliar de forma planejada e sustentável o número de vagas e cursos de graduação, pós-graduação e extensão, em consonância com o projeto acadêmico, a excelência e o caráter inovador dos cursos da UFSCar.

- 3.2.3 Priorizar a ampliação dos cursos de formação e atualização de professores.
- 3.2.4 Buscar o pleno aproveitamento da capacidade já instalada na UFSCar na ampliação do acesso à Universidade.
- 3.2.5 Garantir o suporte adequado ao funcionamento dos cursos noturnos, considerando aspectos organizacionais e acadêmicos.
- 3.2.6 Aperfeiçoar o processo de seleção de alunos para os cursos de graduação, em consonância com o perfil dos cursos e do profissional que se quer formar.
- 3.2.7 Ampliar e aperfeiçoar programas de apoio aos alunos de graduação e pós-graduação.
- 3.2.8 Priorizar a ampliação dos cursos noturnos.
- 3.2.9 Manter a Unidade de Educação Infantil da UFSCar (UAC), promovendo esforços para atender a demanda.
- 3.2.10 Buscar a garantia da permanência de estudantes sem condições financeiras na Universidade, através de políticas e infra-estrutura que atendam a toda a demanda.

3.3 Produção e disseminação do conhecimento

- 3.3.1 Definir e implementar uma política institucional de pesquisa.
- 3.3.2 Incentivar a geração de pesquisas socialmente referenciadas e autônomas.
- 3.3.3 Incrementar a política de incentivo e apoio aos grupos de pesquisa emergentes.
- 3.3.4 Implementar uma política institucional de captação de recursos externos destinados à pesquisa.
- 3.3.5 Incentivar a produção e disseminação de conhecimentos sobre o meio ambiente.
- 3.3.6 Incentivar o desenvolvimento de pesquisa e extensão nas áreas de recursos naturais renováveis e não renováveis, que contribuam para a utilização de forma racional e sustentável dos mesmos.
- 3.3.7 Incentivar o desenvolvimento de pesquisas em práticas agrícolas de conservação e minimização de impactos ambientais nas áreas agrícolas dos *campi*.
- 3.3.8 Criar um fórum permanente de discussão de grandes temas ambientais, que potencialize, articule e integre as pesquisas realizadas na UFSCar.
- 3.3.9 Fomentar a cooperação institucional, interinstitucional, nacional e internacional em redes de alta complexidade.
- 3.3.10 Utilizar o conhecimento produzido na própria Universidade para oferecer soluções e alternativas para os problemas de gestão e administração enfrentados pela instituição.
- 3.3.11 Consolidar a política de extensão vigente e expandir as atividades extensionistas.
- 3.3.12 Intensificar a formação de parcerias com a sociedade e entre os diferentes setores da UFSCar.
- 3.3.13 Apoiar a divulgação da produção da UFSCar.
- 3.3.14 Incentivar a proposição de projetos que contribuam para a geração de emprego e renda.
- 3.3.15 Fortalecer a inserção local e regional da Universidade, buscando parcerias com outras instituições públicas e privadas no desenvolvimento e apoio de ações voltadas para a sustentabilidade, relativa ao ambiente externo à UFSCar.
- 3.3.16 Valorizar, consolidar e ampliar os Núcleos de Extensão e suas respectivas atividades.
- 3.3.17 Promover infra-estrutura, equipamentos e pessoal para os programas de extensão, núcleos e unidades já existentes e a serem criados.
- 3.3.18 Avaliar o impacto dos programas e projetos de extensão.
- 3.3.19 Aprimorar a política de avaliação dos programas e projetos de extensão.
- 3.3.20 Avaliar a regulamentação vigente para as atividades de extensão.
- 3.3.21 Garantir e intensificar o caráter inovador da Biblioteca Comunitária, considerando seu interesse social para a cidade de São Carlos e região.

3.3.22 Aprimorar o papel da Editora da UFSCar como canal efetivo para a divulgação do conhecimento produzido na instituição.

3.3.23 Valorizar a produção artística como atividade acadêmica.

3.4 Capacitação dos servidores da UFSCar

3.4.1 Implantar política de capacitação contínua didático-pedagógica para os docentes que atuam na Universidade, permitindo-lhes o domínio de novas concepções do processo de ensino e de aprendizagem e de estratégias para o seu desenvolvimento.

3.4.2 Incentivar a qualificação do corpo docente.

3.4.3 Aprimorar e ampliar o processo de avaliação do desempenho docente, tendo como referência o perfil do profissional que a Universidade quer formar.

3.4.4 Definir o perfil do servidor técnico-administrativo que a UFSCar deseja e necessita.

3.4.5 Orientar os processos de seleção e ingresso, capacitação e de avaliação do desempenho dos servidores técnico-administrativos tendo como referência o perfil definido e as novas demandas da universidade contemporânea.

3.4.6 Implantar uma política de capacitação continuada interna e integrada para os servidores técnico-administrativos.

3.4.7 Capacitar os servidores docentes e técnico-administrativos para uso de tecnologias de informação e comunicação.

3.4.8 Desenvolver processos de capacitação para gestão institucional e de projetos.

3.4.9 Aperfeiçoar políticas que promovam a qualidade de vida do servidor.

3.5 Ambiente adequado

3.5.1 Expandir a área urbana dos *campi*, garantindo espaço adequado para as atividades desenvolvidas e a serem criadas.

3.5.2 Garantir adequação e padronização dos sistemas construtivos, em função das especificidades de uso e da otimização de recursos para construção e manutenção das instalações da UFSCar.

3.5.3 Gerenciar as ações de expansão física, a fim de evitar construções improvisadas e/ou com impactos negativos na harmonia do ambiente urbano e na qualidade de vida nos *campi*.

3.5.4 Gerenciar a ocupação e o uso das edificações, de acordo com normas previamente estabelecidas.

3.5.5 Promover o uso, a ocupação e o manejo ambientalmente adequados dos *campi*, em suas áreas urbanizadas, agrícolas e de preservação.

3.5.6 Cumprir a legislação ambiental em todos os seus níveis, realizando, sempre que possível, ações que não se restrinjam aos limites mínimos previstos nos requisitos legais.

3.5.7 Criar espaços urbanos com maiores possibilidades de interação e convívio.

3.5.8 Promover o adensamento dos *campi*, aproveitando melhor as áreas urbanas, respeitando as especificidades das áreas de conhecimento, sem comprometer a estética, a qualidade de vida e integrando edificações à natureza.

3.5.9 Promover a ambientalização dos espaços coletivos de convivência.

3.5.10 Manter um elevado índice *per capita* de área verde nas áreas urbanas.

3.5.11 Investir na valorização do pedestre, do uso de bicicletas e de transporte coletivo.

3.5.12 Garantir plenas condições de acessibilidade nos *campi* a pessoas portadoras de necessidades especiais.

3.5.13 Buscar ambiente adequado e qualidade de vida nos *campi* durante todo o horário de funcionamento.

3.5.14 Aprimorar sistemas de acesso aos *campi*, facilitando e organizando o fluxo da comunidade e promovendo a segurança patrimonial e pessoal.

3.5.15 Propiciar condições adequadas de conforto, qualidade de trabalho, convivência e lazer de toda a comunidade universitária.

3.6. Organização e gestão

3.6.1 Incentivar a participação e o compromisso da comunidade na definição e implementação de políticas institucionais.

3.6.2 Gerir de forma integrada as atividades acadêmicas e de apoio como parte dos processos de formação profissional, construção e difusão do conhecimento.

3.6.3 Estimular, valorizar e fortalecer as funções administrativas de modo a promover a qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

3.6.4 Garantir a clareza das atribuições das funções de apoio e permitir a descentralização da capacidade de decisão.

3.6.5 Aperfeiçoar processos administrativos buscando agilidade, eficiência e economia de recursos.

3.6.6 Assegurar ampla participação nas decisões e transparência no manejo dos recursos da Universidade (orçamento, captação, distribuição e execução).

3.6.7 Reavaliar o papel da FAI no apoio às atividades da UFSCar.

3.6.8 Buscar novas formas de captação de recursos para a Universidade, em consonância com seu caráter público e com a democratização do acesso.

3.6.9 Aprimorar os critérios de distribuição de recursos, visando o aperfeiçoamento de políticas institucionais de apoio a programas, cursos e áreas de conhecimento.

3.6.10 Promover o acompanhamento, avaliação e melhoria permanente do trabalho de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma a sustentar o projeto acadêmico da Universidade.

3.6.11 Aperfeiçoar critérios para a alocação de vagas de docentes, permitindo a implementação de políticas institucionais de apoio a cursos e áreas do conhecimento.

3.6.12 Gerir os *campi* de forma integrada e equilibrada nas áreas acadêmica e administrativa.

3.6.13 Planejar e garantir a infra-estrutura física, material e de pessoal de apoio às atividades de gestão.

3.6.14 Promover a segurança no trabalho e a saúde ocupacional dos servidores da UFSCar.

3.6.15 Avaliar constantemente a Política de Informática da Universidade, com ampla participação da comunidade.

3.6.16 Promover a ambientalização da gestão institucional.

3.6.17 Dotar de estrutura adequada a gestão ambiental dos *campi*, com órgãos aparelhados e profissionais capacitados.

3.6.18 Reavaliar o papel da Coordenadoria Especial para o Meio Ambiente (CEMA).

3.6.19 Ampliar e aprimorar a utilização racional e sustentável dos recursos naturais renováveis e não renováveis, buscando implementar inovações.

3.6.20 Elaborar procedimentos ambientais que orientem licitações e concessões, visando a redução da utilização de recursos e da geração de resíduos.

3.6.21 Consolidar política de redução, destinação e tratamento adequado de resíduos potencialmente perigosos.

3.6.22 Planejar e buscar a garantia de infra-estrutura física, material e humana necessária à implementação da gestão social.

3.6.23 Aprimorar o gerenciamento dos serviços prestados na área de alimentação no interior dos *campi* – autogeridos e terceirizados – atuando de forma integrada na garantia da qualidade nutricional, sanitária e ambiental.

3.6.24 Aprimorar o gerenciamento dos serviços de limpeza e de destinação de resíduos sólidos dos *campi* – autogeridos e terceirizados – atuando de forma integrada para garantir a qualidade social e ambiental.

3.6.25 Promover a integração e a melhoria da qualidade de vida da comunidade universitária.

3.6.26 Garantir condições para o desenvolvimento de atividades que otimizem o atendimento social da comunidade universitária, por meio da integração com os departamentos afins.

Anexo I – Entrevista semiestruturada sobre o REUNI: Tema e Roteiro

Tema geral: Implantação do projeto REUNI na UFSCar, implicações sobre o curso de Ciências Sociais e sobre o trabalho docente.

O professor será perguntado sobre:

- breve relato sobre história de vida: família, escolarização e socialização primária;
- relato sobre formação e trajetória acadêmica (vida profissional, graduação, mestrado e doutorado);
- trajetória na UFSCar;
- sobre o projeto REUNI e as implicações deste projeto para a universidade e para o trabalho docente.

- 1- Fale-me um pouco sobre sua família, escolarização e socialização primária.
- 2- Como foi o início de sua vida profissional e de que modo tornou-se professor? E está na UFSCar há quanto tempo?
- 3- Como avalia a UFSCar como instituição de ensino superior?
- 4- Há como “mensurar” seu próprio trabalho como docente nesta instituição? O/A professor/ra universitário/a da rede federal de ensino superior é um profissional valorizado/a?
- 5- Sobre o curso de Ciências Sociais, ao qual está ligado/a, como avalia o curso? Como este está inserido na universidade? Ou seja, qual papel político desempenhado pelo curso na Universidade?
- 6- Sobre suas atribuições (disciplinas, comissões, projetos de extensão, projetos de pesquisa) como as avalia? É um trabalho recompensador ou exaustivo?
- 7- A partir da implantação do projeto REUNI há uma diferença notável no trabalho docente?
- 8- Como você, enquanto professor universitário e docente da área de Ciências Humanas avalia este projeto governamental – REUNI - de expansão e reestruturação da Universidade Pública?

9- No curso em questão – Ciências Sociais – quais as mudanças e/ou contradições a partir do REUNI?

10- Gostaria de mencionar algo mais do que lhe foi perguntado?